



Número: 6

Horta, Terça-Feira, 16 de Dezembro de 1980

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

I Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados José Maria Cabral e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10 00 horas.

O Sr. Presidente deu conhecimento aos Srs. Deputados de que estavam distribuídos os Diários números: 90, 93, 94, 95, 96 e 97 e de que tinham sido admitidos liminarmente, dois projectos de decreto-regional, um visando a elevação da Vila da Praia da Vitória a cidade e outro a elevação da Vila da Ribeira Grande.

No **Período da Ordem do Dia** foi dada continuação à apreciação das propostas do Plano e Orçamento para 1981.

Nos debates intervieram os Srs. Deputados: Carlos Mendonça (PS), Adelaide Teles (PSD), António Fraga Pimentel (PS), Joaquim Pontes (PSD), Carlos César (PS), Jorge Castanheira (PSD), Conceição Bettencourt (PS), Fernando Monteiro (CDS), João Lima (PS), José Ribeiro (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Dionísio Sousa (PS), Álvaro Dâmaso (PSD), Roberto Amaral (PS), Emílio Porto (PS), Borges de Carvalho (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Martins Goulart (PS), Fernando Faria (PSD) e os Srs. Membros do Governo: Secretário Regional da Agricultura e Pescas *Adolfo Lima*, Secretário Regional do Comércio e Indústria *Américo Viveiros*, Secretária Regional dos Assuntos Sociais *Fátima Oliveira* e Presidente do Governo Regional *Mota Amaral*.

Seguiu-se a votação, tendo as propostas sido aprovadas por maioria.

Finalmente, foi aprovada por unanimidade, uma proposta da Mesa da Assembleia Regional, dando por findo o período legislativo.

Os trabalhos terminaram às 20 00 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(10 00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD – Adelaide Teles, António Amaral, Álvaro Dâmaso, Álvaro Monjardino, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, Costa Neves, David Santos, Emanuel Carreiro, Fernando Dutra, Fernando Faria, Frederico Maciel, José Altino de Melo, José Bettencourt Silveira, José Cabral, José Rodrigues, Joaquim Pontes, Manuel Melo, Mário Freitas, Mário Silveira, Pacheco de Almeida, José Tavares; PS – António Fraga, Avelino Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Emílio Porto, João Jorge Lima, Jesuino Facha, Martins Goulart; CDS – Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 32 Deputados. Pode entrar o público. Declaro aberta a Sessão.

Conforme ficou ontem estabelecido não existe período de antes da ordem do dia, vou apenas dar duas curtas infor-

mações aos Srs. Deputados:

A 1ª é de que estão distribuídos os Diários números 90, 93, 94, 95, 96 e 97 e que a partir de agora começa a correr o prazo para as reclamações que se queiram fazer relativamente ao seu texto.

A 2ª informação é de que foram ontem apresentados e deram entrada dois Projectos de Decreto Regional provinidos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um visando a elevação a cidade da Vila da Ribeira Grande, outro visando a elevação a cidade da Vila da Praia da Vitória.

Ambos estes projectos foram liminarmente admitidos e mandados baixar à Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos que sobre os mesmos dará o apropriado parecer.

E, após estas informações desde já vamos entrar no Período da Ordem do Dia com a continuação do debate sobre as propostas do Plano e do Orçamento para 1981.

Dou a palavra para uma 1ª intervenção ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em face da minha intervenção de sexta-feira passada, no período de antes da ordem do dia fui acusado, subrepticiamente, pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais de ter cometido um atropelo ao Regimento desta Assembleia uma vez que a referida senhora disse não responder naquele momento, às questões que por mim foram colocadas, por não considerar as mesmas no âmbito do referido período.

Devo dizer a V. Exa., que a minha limitada capacidade de interpretação do preceito contido na alínea b) do n.º 1 do artigo 63.º do Regimento desta Assembleia me permite discordar de V. Exa. e, nessa perspectiva, considerar as referidas questões totalmente cabidas no período já referido.

Contudo, o que mais me surpreende é ver terminado o período de respostas dos Exmos. Membros do Governo e não ter assistido às então prometidas respostas, para este momento.

Neste contexto, fico deveras admirado, e, das duas uma: ou a Sra. Secretária considera que as questões formuladas não merecem resposta porque, na sua óptica, o substracto das mesmas não tem relevância — e para mim é importante saber a opinião de V. Exa. a este respeito — ou a Sra. Secretária não se encontra, neste momento, habilitada a responder-me.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De harmonia com o preceituado nas alíneas j) e l) do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores apresentou o Governo a esta Câmara as propostas do Plano e do Orçamento da Região para 1981. Dando assim cumprimento a uma disposição estatutária, e, uma vez aprovadas as mesmas, tem o Governo ao seu alcance as disposições legais para a prossecução do quanto os referidos documentos estatuem.

Antes de mais, cumpre-nos assinalar que uma análise sectorial e concisa, tal como se impunha ao Plano e ao Orçamento, é humanamente impossível de efectuar-se em pouco mais de 48 horas, que o quanto de desejado e omitido não careça de debate pela sua integral e cabal concretização, é aquilo que se pretende.

Na óptica da limitação do tempo já referido, e com a preocupação da maior objectividade possível, passaremos a focar os seguintes pontos:

1.º No âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura é com agrado que registamos o montante proposto para construção, adaptação, restauro e equipamento dos diversos estabelecimentos de ensino em todo o Arquipélago.

A Educação e Cultura é, indubitavelmente, o ponto chave para o desenvolvimento de um Povo, e só quando esse mesmo Povo encontrar as condições mínimas ao acesso das mesmas se poderá dizer que ao seu alcance tem as bases para a sua formação e subsequente libertação.

Se, por um lado, podemos dizer que sem as indispensáveis instalações não pode haver funcionamento condigno das actividades docentes e discentes, o que sem margem para dúvidas, não é menos certo é que o cerne do problema

reside na existência dos docentes, devidamente habilitados, para o integral cumprimento que à Educação e Cultura cabem para com toda a comunidade que lhes assiste.

É incontestável a carência de professores com as habilitações exigidas por lei e, essencialmente reconhecidas como indispensáveis pela prática, a nível do ensino unificado. Também é igualmente incontestável que a massa prima no ensino qualificado não se adquire por encomenda a qualquer unidade fabril, mas do que essa massa é susceptível é de adaptação às carências societárias.

Contudo, preocupa-nos a falta de incentivação, através de um maior alargamento de bolsas de estudo para a preparação e ulterior apetrechamento dos quadros depauperados de tão importantes valores, que no fundo só irão contribuir para o bem comum.

Bolsas, total ou parcialmente reembolsáveis, a longo prazo e sob o compromisso dos conhecimentos e formação adquiridos virem a ser desempenhados na Região por um período determinado, e nunca como em outros tempos que, até aqui neste capítulo havia falta de operacionalidade, visto que, poucas ou muitas de montante baixo ou elevado, mas foram concedidas e o que a realidade nos diz é que os bolseiros uma vez na posse do seu pretendido grau académico passavam a fazer dos Açores o seu centro turístico.

É certo que cada qual dá de si aquilo que possui e a mais não é obrigado e, muito bom é, dentro dos condicionamentos referidos que as estruturas existentes consigam funcionar. No entanto se ilustrarmos a nossa pretensão com dados concretos, pensamos que melhor será entendido o seu enquadramento.

Os alunos da Ilha Graciosa que por felicidade conseguem transitar para o 10.º e 11.º anos, salvo raras excepções, ao chegarem aos novos estabelecimentos de ensino deparam com sérias dificuldades de integração e assimilação nos novos programas. Porquê? Cremos que a resposta já se encontra devidamente dada.

2.º É uma triste realidade o seguinte:

Quanto às dificuldades são muitas e todas de grande monta até a dificuldade reside em se encontrar a maior.

Se nem tudo vai bem no capítulo da Educação e Cultura, o que se dizer da Saúde?

Desta mesma tribuna por duas vezes já abordei graves, muito graves, problemas do sector da Saúde e no âmbito de competência da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Não vou repeti-los nem tão pouco avivá-los, pois, por certo eles estão na memória de quem de direito.

Contudo, nada nos inibe de afirmar realidades:

A pág. 61 do Plano existe um quadro com a distribuição «per capita» no Arquipélago de médicos, enfermeiros e parteiras. Verifica-se que no ano de 1977 existia, respectivamente, 1726, 675 e 7842 habitantes por cada uma das profissões mencionadas. Hoje término de 1980 (e diga-se que aqueles programas não diminuíram — refiro-me à Graciosa porque é a ilha da qual possuo dados concretos). Na Graciosa a realidade actual do respectivo quadro dar-nos-á os seguintes dados:

3 400 habitantes/ médico		
1 750	»	/enfermeiro
?	»	/ parteira

Daqui se julgou que decorridos três anos há um aumento na ordem dos 100% de habitantes para cada um dos profissionais citados e, conseqüentemente se em 77 os dados estatísticos globais nos forneceram aqueles números, em 80 os mesmos dados em relação à Graciosa são os que em cima foram indicados.

No que se prende com consultas já aqui foi referido a triste realidade que, pode bem dar tempo de se morrer antes de que as disponibilidades permitam que o doente seja atendido.

Sabemos interpretar o suficiente para discutir que somente são propostas para colmatar estas e outras situações anómalas, só que já em períodos anteriores nos foram apresentadas e o mal continua a crescer.

3º A Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Ilha Graciosa «Gracitur» teve a sua constituição para outorga da respectiva escritura de constituição da sociedade em fins de 1978, na qual a Região Autónoma dos Açores, é co-societária com a subscrição de 51% do capital social da mesma.

Desde a data da sua constituição até hoje o único acto praticado pela «Gracitur» traduziu-se na compra de um imóvel urbano, salvo melhor informação por 3 500 contos, facto esse que ocorreu há já mais de um ano. O imóvel referido necessita de toda uma série de transformações para que possa ser utilizado em sintonia com o objectivo da sua aquisição.

É do integral conhecimento dos Exmos. Membros do Governo que a Ilha Graciosa não tem cabimento em qualquer grau de uma escala de valores no âmbito de instalações para alojamento, de quem por obrigação de qualquer natureza, ou por índole turística tenha que lá permanecer poucos ou alguns dias.

Constatamos agora no anexo I ao Plano para 1981 que no quadro resumo da página 141 do mesmo é atribuída uma verba de 2 500 contos destinada à participação do capital social em Empresas Turísticas.

A urgência em dotar a referida ilha do mínimo de condições exigidas para um sector desta natureza impõe que o processo de concretização do objecto da «Gracitur» seja acelerado e nessa perspectiva que dotemos a ilha, não de Hoteis, Estalagens ou outros estabelecimentos congéneres, numa óptica do chamado turismo de qualidade, porque temos que ser realistas, dotemo-la, isso sim, de infraestruturas que permitam dar resposta neste campo àqueles que a demandam e que, muitas vezes tem de pedir como quem estende a mão à caridade que lhes seja proporcionada uma cama para pernoitar.

Esperamos assim, que a verba em causa seja a primeira pedra lançada para o erguer do empreendimento turístico da ilha e que esse fornecimento não fique por muito tempo limitado à mesma dita 1ª pedra, antes sim, seja a demonstração de que nem tudo está parado.

4º No que concerne à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, e em matéria de transportes, por força da natureza encontramos outra vez, num beco de saída muito difícil. Não fossemos nós habitantes de um Arquipélago e conseqüentemente vítimas da descontinuidade geográfica e de todos os condicionalismos que tais factos acarretam!

Já foi anteriormente focado o problema do Ponta Delgada em relação à sua substituição quando da sua deslocação a Lisboa e dos graves problemas que surgirão se não se verificar a sua temporária substituição.

A nível de cargueiros não é, também, satisfatória a situação, contudo preferimos descer ao concreto e apelar para o bom entendimento do Governo para o seguinte:

Na Ilha Graciosa existe uma sociedade denominada «Sociedade Graciosense de Transportes, Lda.», com sede na Praia da Graciosa, e que ao seu activo possui o iate «Espírito Santo».

É importante referir-se que tal iate não serve exclusivamente a dita ilha, antes sim todo o Grupo Central e que aguarda a devida autorização para na época de Verão se possa deslocar também a S. Miguel, sendo, inclusivamente a Graciosa a ilha que referido iate menos escala no seu período de viagens.

Assim, pensamos que, de modo algum se pode ver este problema no âmbito de ilha, antes sim num prisma de, ao presente, 5 ilhas de toda a Região.

O contributo válido daquele iate para o escoamento de carga e passageiros é inegável e é de ter em conta o seu valor para com a nossa comunidade.

Sucedo que, numa sexta-feira, que era o 13º dia do mês de Agosto, e por coincidência dum ano bissexto (o destino por vezes não perdoa!) o referido iate voltou-se fora da baía das Velas, e para além das vítimas que tal desastre causou, conjugando as conseqüências económicas deste triste acidente com os problemas técnicos que daí para cá advieram ao mesmo iate, a referida sociedade vive momentos muitos difíceis para a sua subsistência e o estrangulamento económico da mesma avizinha-se a passos largos.

Sabemos que a citada sociedade foi já, por mais de uma vez socorrida pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, mas se tivermos em conta o quanto de benefício é para os Açores a insistência destes meios de transporte, e no caso concreto a situação caótica da aludida sociedade, e porque é de proteger a continuidade de empresas desta natureza, pensamos que não é em vão que a Secretaria olhará para a situação descrita e que com o apoio que as disponibilidades permitam a auxilie, estando assim a colaborar para a melhor viabilização de tão grave problema que é o dos transportes marítimos na nossa Região.

Nesta perspectiva, esperamos que da verba não desagregada de 30 000 contos para apoio aos transportes marítimos, inserida no quadro resumo da página 163 do anexo I ao Plano para 1981, seja tida em conta a situação descrita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional: São estes alguns dos pequenos-grandes problemas, que na nossa óptica pensamos, uma vez atacados, poderão contribuir para que nós açorianos tenhamos o direito de nos considerarmos cidadãos do mundo, dum mundo que seja portador de resposta aos nossos legítimos direitos.

Assim, esperamos que o Governo Regional seja capaz de dar resposta ao quanto de bom os documentos em análise nos mostram ser detentores.

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ade-

laide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Ao analisar a proposta do Plano para 1981, mereceu-me especial atenção o Sector da Saúde, porque vivo numa ilha muito carenciada de meios técnicos e humanos e onde se sente o isolamento, pois continuamos a ter falta de transportes embora a Força Aérea esteja sempre pronta a prestar os seus serviços na evacuação de doentes.

A Saúde é um bem precioso e, como diz o nosso povo, só podemos dar-lhe o devido valor quando a perdemos.

No entanto nem sempre se tem os cuidados necessários à sua conservação — repouso reparador, alimentação saudável, trabalho fecundo e serenidade íntima.

Muitas pessoas vão demasiadas vezes ao médico, tomam remédios e mais remédios, mas o seu estado não se altera porque não cumprem um determinado número de regras. Em vez de evitarem a causa da doença, preferem recorrer a meios que atenuam a «dor».

Outras, pelo contrário, não querem ir ao médico e só resolvem cuidar da saúde demasiado tarde.

Posta esta introdução à laia de reflexão, gostaria de me referir a um dos aspectos de Saúde que afligem a Graciosa e que exige de diversos departamentos governamentais uma conjugação de esforços no sentido de colaborarem dentro do seu âmbito de acção na defesa da Saúde Pública.

A tuberculose ainda poderá ser considerada de entre os vários agravos à Saúde um dos maiores flagelos da humanidade.

Embora o índice de mortalidade proveniente desta doença seja, no meu entender — porque não sou especialista no assunto — menor que há uns anos atrás, são ainda muitos os que são atingidos por esta doença infecciosa, apesar de haver já na nossa sociedade uma melhoria das condições de vida.

As causas não se podem situar única e exclusivamente na acção preventiva que, por exemplo, constitui a vacinação pela B.C.G., pois esta tem vindo a ser feita com a regularidade adequada na Ilha Graciosa.

Considero que entre os factores que contribuem para o desenvolvimento desta doença naquela ilha encontra-se o alcoolismo e o não acatamento das indicações médicas bem como a recusa em aceitar o internamento nos centros de tratamento de tuberculosos, agravada ainda esta recusa pela inconsciência do doente e da família quanto aos perigos de contágio continuando uma integração total na família sem estabelecimento de quaisquer regras de defesa. O mesmo se verifica ainda nas tabernas onde indiscriminadamente e sem qualquer protecção para o utente se permite a presença de alcoólicos, não existindo depois qualquer tratamento diferenciado aos utensílios por eles utilizados.

Mas as causas profundas parece encontrar-se na ingerência de produtos alimentares que são portadores do bacilo do kock, nomeadamente a carne e o leite.

Ora acontece, precisamente como dizia no princípio da minha intervenção, que urge criar as infra-estruturas básicas que permitam um controle e uma fiscalização, nomeadamente do gado abatido. Por isso, no meu entender, impõe-se

não protelar por mais tempo a construção de uma Casa de Matança e colocar na Graciosa pessoal técnico que fiscalize efectivamente os alimentos declarando-os próprios ou não para consumo e com suficiente imparcialidade para não permitir a venda dos que forem considerados impróprios.

Não podemos dizer que estamos totalmente indefesos neste campo dado que o Delegado de Saúde da Ilha Graciosa, apesar de a sua preparação específica não se destinar a tal fim, tem vindo a exercer uma acção fiscalizadora nomeadamente em relação aos animais que são abatidos.

Apesar disso torna-se indispensável e urgente garantir a ida para aquela ilha de um veterinário que continue as campanhas de combate à brucelose e tuberculose, aproveitando algumas das estruturas já criadas pelo veterinário que durante cerca de um ano permaneceu na Graciosa e que no exercício da sua profissão tentou defender a todo o transe a Saúde Pública mesmo contra os interesses daqueles que para obterem lucros não têm escrúpulos em vender produtos impróprios para consumo.

Vejo que o Governo Regional incluiu no seu Plano a quantia de 20 000 contos destinada à construção de Casas de Matança nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge e Flores. Espero que o Senhor Secretário Regional do Comércio e Indústria diligencie no sentido de este programa ser de facto cumprido, não só para melhoria das condições económicas dessas ilhas, mas também e principalmente para defesa da Saúde das populações.

À Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais gostaria de lembrar que é urgente que à Graciosa chegue a acção da Rádio Rastreio, não só para detenção dos casos existentes, como também para uma acção preventiva que é necessária acentuar cada vez mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo: Verifico que pela primeira vez se inclui no Plano uma verba destinada a melhorar as estruturas e o equipamento das termas do Carapacho que constituem, sem dúvida, uma das fontes de valorização da Ilha Graciosa. Gostaria de deixar aqui vincado o meu desejo de que, à semelhança daquilo que já se vem verificando na estância termal das Furnas, o Governo, dentro do seu programa de formação e da fixação de pessoal, envide esforços no sentido de preparar em termalismo um médico residente, o que, sem dúvida, irá facilitar o retorno das águas do Carapacho à época áurea que já teve, apesar de então não existirem quaisquer infra-estruturas de apoio.

Registei, com agrado, a preocupação que ontem notei por parte da Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais em retomar um projecto existente já desde as antigas Juntas Gerais para a construção de um pequeno Motel. Neste processo certamente estará também interessada a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo pela íntima ligação que poderá existir entre os dois sectores.

Ainda no programa nº 7, no seu conteúdo, se pode constatar um projecto de aprovisionamento que, embora funcionando com múltiplas deficiências, deu os primeiros passos no ano que agora finda. É um facto que, se durante o ano de 1981 se vencerem 50% das anomalias verificadas durante o corrente ano, terá a Secretaria dado um grande passo no sentido de colmatar deficiências de fornecimento e

certamente terá atingido parte de um objectivo que parece bem evidente neste Plano, ou seja a racionalização dos custos de saúde a todos os níveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Espero que após a aprovação do Plano para 1981, o Governo se empenhe no seu cumprimento. Não é tarefa fácil, mas não se pode ficar nas «boas intenções».

As pessoas, que estão no Governo, certamente estão para servir o povo como o fizeram ao longo destes 4 anos.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Fraga Pimentel.

Deputado António Fraga Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Vou ser breve nas minhas palavras mas quero deixar um alerta nesta Assembleia e ao Governo Regional, sobre a Ilha do Corvo.

Quando se verifica no Orçamento do Governo Regional para 1981, há uma redução para a Ilha do Corvo de 5 280 contos, em relação ao Plano de 1980, que medidas o Governo Regional tem para a Ilha do Corvo, só especificando dois sectores, para não me alongar muito, como disse no princípio da minha intervenção:

1º Saúde, continuaremos a estar definitivamente para já não falar em médico, pelo menos não teremos direito a ter um enfermeiro permanente na Ilha do Corvo, continuaremos abandonados como se encontram os corvinos agora nem tão pouco um enfermeiro há a prestar assistência na Ilha do Corvo.

2º No que diz respeito aos transportes o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo disse no dia 10 de Novembro findo, que 5 barcos de carga vindos do Continente, e 5 barcos de carga inter-ilhas, acrescido de 6 viagens do «Ponta Delgada», a Ilha do Corvo, era a mais beneficiada em número de habitantes e que acrescento que até à presente data ainda não houve mais barco nenhum que escalasse a Ilha do Corvo, estando no fim de Novembro o barco «Ilha de Porto Santo» 14 dias nas Flores para fazer serviço de descarga devido ao mau estado do mar, e estando a bordo desse barco géneros de primeira necessidade para a Ilha do Corvo, como seja: farinha, açúcar, bolachas, conservas, marmelada, combustíveis, etc., e que já se estava a sentir roturas destes géneros e estando o mar bom no Corvo, o barco não se quiz deslocar ao Corvo, desembarcando esta carga nas Flores, onde ainda se encontra alguma, sem tão pouco ter consultado os carregadores ou os recebedores desta carga, ficando esta carga abandonada num armazém da Alfândega das Flores, onde, quando chove, entra água por todo o armazém, chegando esta carga ao Corvo com grandes prejuízos, especialmente a farinha e bolachas, não podendo estes géneros serem consumidos em virtude do cheiro e gosto que tem a gaz e gasóleo, e se não houver barco de carga que escale a Ilha do Corvo, durante o máximo de 15 dias haverá uma rotura completa de farinha na Ilha do Corvo, deixando a população corvina desprovida do primeiro bem alimentar essencial à sua sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não basta que o Governo Regional fale nas necessidades das ilhas mais pequenas. É preciso que se tomem medidas concretas com vista à defesa

dos interesses e direitos das mesmas.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Pontes.

Deputado Joaquim Pontes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Cabe em primeiro lugar salientar que no Orçamento Regional e no Plano para 1981, apresentados para apreciação e votação desta Assembleia, não só se continua a notar a gradual melhoria técnica dos documentos em causa, como também o desdobramento do financiamento pelos vários sectores evidencia a disposição de solucionar alguns dos graves problemas que afectam a vida da população Açoriana.

Vem isto de acordo com o programa do II Governo Regional que há bem pouco tempo esta Câmara aprovou por expressiva maioria, e com a política Social-Democrata desde 76 posta em prática pelos Governos de responsabilidade do PSD.

Deputado Regional que sou, eleito pelo círculo da Ilha Terceira cuja população em nós confia para aqui transmitirmos os seus desejos e defender os seus interesses, é considerando embora, a necessidade e o interesse existente no conteúdo das despesas públicas, que o Governo propõe com louvável empenho, não podemos deixar de alertar o Executivo para determinados aspectos que neste momento preocupam a população do círculo porque fomos eleitos, apreensão já manifestada, nomeadamente, através das autarquias locais.

O desenvolvimento harmónico da Região, preocupação constante dos Governos Regionais dos Açores, que a prática do I Governo demonstrou ser realidade, ao investir sobretudo nas ilhas mais carecidas e de menores recursos humanos e materiais, obriga a que infra-estruturas básicas de interesse Regional, tenham do Governo atenção especial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É esta atenção especial que se pede para projectos de primeira necessidade e de execução dificilmente adiável na Ilha Terceira.

Referirei, entre outros, o projecto de abastecimento de água à Ribeirinha-Cabo da Praia.

Quem vive na Terceira, e nós Deputados Sociais Democratas que ouvimos as populações da nossa terra, sabemos que é tão preocupante quanto necessária a execução desta obra.

Beneficiará muitos milhares de pessoas que há longos anos, pacientemente, esperam uma solução para o seu aflitivo problema.

A situação é tão mais importante se considerarmos as expectativas já criadas, que fundamentam legítimas esperanças quanto a este e outros projectos, até porque já contemplados em Planos anteriores.

É o caso do Porto da Praia da Vitória, sobre o qual o Governo, há bem pouco tempo, manifestou claras e pormenorizadas intenções de execução.

É sem sombra de dúvida, outra realização de grande importância para o desenvolvimento económico da Região, que se deseja, e que muito contribuirá para uma melhoria das condições de vida da sua população.

Há, contudo, uma preocupação, que naturalmente de-

saparecerá aquando da apresentação do Plano a Médio Prazo, o facto de se constatar que o quantitativo financeiro atribuído para este projecto, tem variado ao longo dos anos, na razão inversa do avanço dos trabalhos preparatórios. A construção do porto da Praia da Vitória ainda mais acentua a necessidade de uma eficaz ligação entre os dois principais pólos de desenvolvimento da Terceira. Assim, uma via de acesso descongestionante, do complicado trânsito que se verifica em algumas estradas da rede torna-se indispensável.

A execução da política Social-Democrata, em que nos temos empenhado e nos propomos levar a cabo, passa pela conjugação efectiva do desenvolvimento económico com o desenvolvimento social.

A melhoria das condições de vida da população é assim uma consequência lógica e natural dos princípios que defendemos, e não é conciliável com a aceitação de condições de habitação e vivência social, como ainda hoje infelizmente se observa no tão falado bairro da Serra de Santiago, em terrenos anexos à Base das Lajes. O Governo pensa em soluções, aceita-se que o processo dada a complexidade de que se reveste seja passível de alguma demora na sua definitiva resolução, mas, não será possível manter aquela comunidade nas condições actuais de vivência por mais tempo.

Em planos anteriores tem-se constatado que as mais baixas capitações de investimento público se verificam na Terceira, situação esta que se deteriora se considerarmos que as correspondentes taxas de execução agravam, em muito, a já baixa capitação existente.

Se tal se passou em anos anteriores, e se agora observamos que no plano actual, a capitação da Terceira, é efectivamente logo à partida, a menor, encontramos-nos perante uma situação real, preocupante para todos os responsáveis regionais e em especial para a população daquela ilha.

A unidade regional que se tem vindo a construir e que, pelo nosso empenhamento, a todo o custo se deseja cimentar, terá que assentar num desenvolvimento concertado e justo, pela correspondente afectação de recursos a todas as parcelas regionais.

A assim não acontecer, plenamente, por certo todos seremos conduzidos a situações complexas e indesejáveis.

Não é esse o nosso desejo, não é essa certamente a intenção do Governo, pelo que estamos convictos, que, o que neste momento constitui justificada preocupação de muitos Açorianos, dará em breve, oportunidade ao Governo Regional de, ainda no âmbito do Plano para 1981, mais uma vez demonstrar o seu empenho em resolver as graves dificuldades com que se debatem, cada uma das parcelas da nossa Região, estando assim a contribuir fortemente para a realidade Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos assim continuar a luta pelo desenvolvimento harmonioso, de modo a que todos e cada um dos Açorianos, sinta que a terra que lhes foi berço será o local da sua integral realização como pessoa humana.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos Cesar (PS): Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não me ocuparei mais do que quatro ou cinco minutos nesta minha primeira intervenção na Assembleia Regional. Gostaria, porém antes de entrar no assunto que me levou a intervir, de cumprimentar todos os que aqui trabalham, particularmente os Srs. Deputados do PSD e do CDS, a quem incumbe, pela dignificação e seriedade do exercício das suas funções, a melhor afirmação dos Órgãos de Governo próprio da Região, que, à escala Açores, constituem pela sua articulação institucional, uma organização de poder que se incluirá para a valorização da actividade e competência parlamentar.

Espero que, ao longo deste seu mandato, os Deputados desta Assembleia compreendam isso, desfazendo alguns equívocos que permanecem no nosso espírito e que não abonam à sensibilidade democrática que me recuso, particularmente a admitir que não esteja presente no espírito dos Grupos Parlamentares desta Assembleia.

Independentemente das críticas, que suponho não se afirmarem contraproduativas, ainda que sejam mais contundentes, julgo importante introduzir uma relação de cortesia nas relações desta Assembleia, o que não me pareceu ser presente particularmente como aconteceu ontem por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma questão que nos suscita alguma perplexidade em relação à proposta do Plano para 1981 é a da ausência de qualquer tratamento significativo da problemática juvenil que, pela sua especificidade e importância, não dispensava, no ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS, uma formulação concreta neste Plano.

Era aliás o que se esperava, se o PSD fosse capaz de transferir para as áreas concretas de governação as promessas com que se exibiu em tempo eleitoral.

O capítulo da juventude constante do Plano com sete linhas que nem contemplam a largura da página, limita-se a formular três evidências, como se cedesse a uma obrigatoriedade, que mesmo assim não apresenta qualquer forma de execução.

A recusa de uma atenção cuidada a este sector etário, leva-nos a pensar que o Governo não entende, que a prolongar-se o estado de coisas, a juventude Açoriana, com as portas fechadas à sua realização satisfatória, nos planos profissional e intelectual, em fim, nos planos social e económico, caminha vertiginosamente no sentido da marginalidade, que não raras vezes a conduz a engrossar a massa crescente envolvida em fenómenos como a criminalidade ou a prostituição.

Constatamos assim que este Governo pretende continuar a ignorar tão importante sector, à semelhança do que, inequivocamente fez, ao longo do seu primeiro mandato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia constroi-se na conjugação da ocupação democrática do poder com a participação activa de todos, incluindo, naturalmente, os mais jovens.

Quer do lado do poder, quer do lado das populações, a democracia é prejudicada se se exerce, por vontade ou por omissão, de modo discriminatório em relação a grupos sociais ou etários.

É por isso mesmo que nós julgamos que a juventude,

como sector etário, merece um tratamento aprofundado, diverso do que consta do Plano aqui apresentado. Ignora-se a nosso ver, a tarefa que urge iniciar, e que já teria início tardio, que tem como objectivo necessário o apoio à inserção social, nos seus diversos domínios, da juventude das nossas ilhas.

Embora diferenciadas pela sua ascendência social, com experiências de vida e formações culturais diferentes, os jovens encontram-se mudos numa situação social comum, muitas vezes extremamente mais traumatizante e penosa, que os sectores que habitualmente pretendemos abranger quando nos referimos às classes menos favorecidas.

Desta forma, a juventude, vítima da marginalização injusta pela indiferença, é lançada para actividades alienantes (é o caso da droga!), que substituem o nível baixo de participação e apoio de que dispõem, pendem para um individualismo anti-social, gerador de graves conflitos e divisões, onde a juventude é sempre o parceiro perdedor.

O jovem tem necessidade de se afirmar na sociedade, de produzir, de ajudar a construir, de assumir um futuro que é seu.

Como passado tem uma vida curta marcada pelos laços de dependência familiar.

No presente, defronta nos Açores, como em todo o País um sistema de ensino que o encerra no quadro de uma cultura que ele não cria, numa situação de discriminação profissional, onde se sente cada vez mais inseguro.

Como futuro, este Governo oferece-lhe o seu discreto silêncio.

Como seria possível a alguém, que se interessasse por estes problemas e que ainda esperava que não fosse, uma simulação de interesse por parte do Governo, votar favoravelmente este Plano?!

Nem uma palavra sobre os problemas dos jovens trabalhadores rurais. Nem uma palavra sobre o trabalho de menores. Que mais não fosse, por serem questões cuja discussão é comumente mencionada nos meios políticos e sindicais de todo o País, o Governo Regional devia ter definido as suas opções nestas matérias.

A política de juventude deste Governo não vai além do sentido caritativo dos internatos e não tem o sentido interventivo de um Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A concluir: A autonomia democrática, largamente apoiada pela juventude dos Açores, não é uma ideia genial dos espíritos autoritários, que pretendessem transferir o autoritarismo tutelar central sobre os Açores, por um sub-autoritarismo de sede regional.

Ser-se autonomista, no caso português, como em todos os casos, é ser-se um amigo do ideal descentralizador (Julgo até que o Sr. Presidente do Governo Regional já o havia dito!), é ter a coragem, agora digo eu!, de levar a democracia até às suas últimas consequências.

É esse o entendimento que nós fazemos.

É nessa perspectiva que abordamos questões como o poder local, a participação dos trabalhadores, a participação dos jovens.

Não vemos através da proposta do Plano para 1981 que o Governo Regional aqui apresentou, se tenha colocado nesta perspectiva.

Que se compreenda, também através deste ângulo a posição que o Grupo Parlamentar do PS vier a tomar sobre o Plano.

Tenho dito.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Costa Neves.

O Sr. Deputado prescinde.

Então dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Faria.

Também prescinde. Então dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Castanheira.

Deputado Jorge Castanheira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Elaborar um plano que seja economicamente válido não é tarefa fácil.

Muito mais difícil ainda, é elaborar um plano que não se limite a ser válido do ponto de vista económico mas que seja também o melhor possível nas circunstâncias dadas.

A Região, não dispõe ainda de uma contabilidade económica nem de uma informação estatística que mereça a confiança necessária para servir de suporte à qualificação dos objectivos específicos do Plano.

Porém, não se deve crer, por tal motivo que a proposta do plano para 1981 a enquadrar pelo Plano a Médio Prazo não constitua garantia de uma programação benéfica.

Quatro anos se passaram, e as entidades regionais aprenderam com a experiência, os problemas e delas extrairam, uma útil lição e método para o futuro.

Não queiramos pois, partilhar da opinião de que o plano para ser plano deve ser um modelo econométrico com uma magnífica super-estrutura matemática, quanto o que todos nós ansiamos são os resultados práticos, de uma política bem dirigida tendente a uma economia de bem-estar.

É verdade que para evitar imprecisões, nos arriscamos a saber muito pouco, é também verdade que para se saber um pouco mais nos arriscamos a ser imprecisos.

Uma outra dificuldade na formulação quantitativa dos objectivos específicos do Plano para 1981 e que o Governo encontrará na laboração do Plano a Médio Prazo deriva do próprio reconhecimento das modificações estruturais a imprimir a certos sectores que representam com toda a probabilidade um dos aspectos principais do processo de desenvolvimento económico.

Embora a nossa economia tenha revelado uma estabilidade e um crescimento sustentado nos últimos anos, a adesão à Comunidade Económica Europeia, lança-nos um desafio a nível de reformas estruturais em que a Comunidade deve declarar-se pronta à consertação.

Não há dúvida, que a nossa estrutura produtiva deve alterar-se, com diversificações de vária natureza, desde que o processo de desenvolvimento regional apresente uma fisionomia própria. Para tal a política estrutural comunitária, deve responder adequadamente, às necessidades essenciais da Região a fim de que os efeitos positivos se façam sentir.

É também nesta óptica, que a grande orientação subjacente ao Plano para 1981, assenta no papel da iniciativa privada e na sua responsabilidade pelo desenvolvimento de determinados sectores já seleccionados e indicados pelo Go-

vermo, alguns destes aspectos medievais, e a adopção de um novo modelo. Impõe-se, assim, como exigência vital, a difusão de uma mentalidade empresarial voltada sobretudo para o exterior e para a conquista de novos mercados abertos, a livre circulação de mercadorias.

Torna-se igualmente, imperioso assegurar o máximo aproveitamento das estruturas existentes, procurando obter delas a mais alta produtividade, pela racional utilização dos factores disponíveis.

O dimensionamento mais económico das unidades industriais, deverá ter, o apoio do Governo Regional, a tais iniciativas, de harmonia, com os princípios expostos no seu programa e os objectivos específicos agora fixados no respectivo Plano.

Por outro lado, a promoção de novos empreendimentos de provada capacidade concorrencial, visando o aproveitamento de reservas de produtividade latentes constitui naturalmente uma nova perspectiva que a adesão à CEE, dará à economia regional.

As condições de confiança que encorajam o investimento privado estão criadas. Os rumos desejáveis estão apontados, os estímulos, estes devem ser reforçados.

O Plano para 1981, põe o acento tónico na reestruturação agrícola e industrial, assim, como, no desenvolvimento dos serviços e das infraestruturas.

Existem programas específicos tendentes a minimizar os actuais problemas económicos, e a corrigir distorções nos domínios, social, da saúde, da habitação, da educação e da formação profissional.

Em certos sectores, nomeadamente no de Agricultura e Pescas, houve uma diminuição significativa nas verbas do Plano. Tal facto, não explica, que a orientação do Governo tenha alterado no que respeita à consecução dos objectivos de reconversão e modernização, nem muito menos que se tenha agora relegado para segundo plano o que antes era prioritário.

Se, desfiarmos a proposta do Plano, conclui-se que a prioridade de desenvolvimento deste sector encontra-se qualitativa e quantitativamente contemplado, pois ela passa necessariamente pelo desenvolvimento do chamado tecido económico regional, ou seja, no campo de infraestruturas, de educação, de habitação, de serviços prestados à agricultura por organismos já criados e vocacionados para o efeito.

Impulsos iniciais já dados e a reforçar no domínio particular terão, na Região, os efeitos multiplicadores necessários para conduzir a um desenvolvimento corrente.

No domínio do sector público, o programa global de investimentos constitui uma imposição dos factos e de direito das populações com vista a recuperar os atrasos sofridos ao longo de anos e a lançar as bases duradouras do desenvolvimento harmónico, integrado e como tal visando o reforço da unidade regional.

Pela leitura simples dos documentos, verifica-se que o ritmo de investimentos necessário para atingir os objectivos globais do Plano, não pode, nem deve por razões de ordem política e económica ser assegurado apenas através dos recursos internos ou da poupança regional.

O montante de investimentos públicos em infraestruturas elementares e básicas tem crescido tão consideravelmen-

te, ao longo dos anos, que hoje poderemos muito bem afirmar, sem margem para erros e em face do atraso a que fomos votados, que ter um arquipélago era na realidade um luxo.

Dai, que me permito realçar que os mecanismos de cobertura do saldo orçamental, reflectem, grosso modo, o valor das responsabilidades do Estado e da Região, perante um projecto que solidariamente aceitaram.

Assim, este princípio económico, pela lógica que o informa, é naturalmente anti-depressivo, quer por via da origem de fundos, quer por via da sua aplicação; porque ao não pretender acelerar a procura em determinados sectores, representa efeitos positivos ao restante quadro da economia regional.

Finalmente, ao apoiar o Plano e Orçamento para 1981, faço votos para que a taxa de execução orçamental seja elevada, reflectindo o esforço do Governo e o sentir e querer do nosso povo.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser bastante breve. Vou focar, tão somente, um aspecto que me preocupou, que é o aspecto da não coordenação; não vou à descoordenação, porque será o contrário, seria a desordem, mas a não coordenação, nos vários sectores no sentido de um reforço das acções que se encontram, que convergem para o mesmo fim. E, em relação a este aspecto, focarei assuntos relacionados com «transportes e turismo» e até também com «património cultural».

Da intervenção, das explicações, que o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, que aliás agradeço, cuja disponibilidade ao aceitar com urbanidade e lhanza uma ligeira intervenção que não era, mas uma observação da minha bancada, que significava não só dúvida, como, estranheza, mostram o carácter, os dons de convívencia e a simplicidade do Sr. Secretário Regional, simplicidade esta em «grandes maiúsculas» não jogando o centro do universo ao centro de possíveis insultos mas tão somente acreditando, porque de boa fé, na boa fé dos outros. Repito, portanto, que lhe agradeço essa consideração.

Surgiu-me, no entanto, uma dúvida que paira sobre todo o Plano, a falta de coordenação entre os sectores que convergem e que se convergindo, viriam intensificar os efeitos dessas acções coordenadas.

No caso dos transportes e turismo refiro especialmente que estão dependentes da mesma pasta; do mesmo Secretário Regional, o que simplifica o caso. Refiro-me especialmente à definição ou ao ordenamento turístico do território que dependendo imensamente de transportes, sendo por ele até condicionado, e sendo também o resultado desse sector dos transportes, porque sem possibilidade de comunicações não há implementação de estruturas turísticas, o caso não se afigura tão grave. No entanto, tenho de considerar que os estudos que levarão à definição certamente da zona da Praia em Vila do Porto em Santa Maria, e desculpem-me a preocupação com o meu micro-mundo, mas isto está denotando se se poderá aplicar a outras ilhas e a outros:

recantos destas ilhas.

Tenho muito a dizer quanto à distribuição da zona de implantação do porto de Santa Maria. Várias hipóteses já foram postas e uma simples frase do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo trouxe-me outra vez esta preocupação à mente. É que, não sei se se recorda do advérbio, Sr. Secretário Regional, possivelmente será em Vila do Porto.

De facto, parece-me a mim que, definindo a Praia como zona turística, há que preservar o seu ambiente, há que defender a ecologia, há que consequentemente evitar a poluição dos mares daquela esplêndida baía e há até que proporcionar estruturas de pesca desportiva, de desportos náuticos, mas não um porto comercial que por sua natureza viesse a poluir as águas e viesse tornar aquilo num barulhento e poluído lugar, não de turismo, não de repouso, mas de trocas comerciais, de barulhos, de cheiros e de óleos de motor. Por outro lado também, em relação a certas demoras injustificadas, no que se refere a acções de defesa do património cultural apontarei um caso que tem o seu quê de cómico, mas também de trágico.

Vejo inscrita a verba de 850 contos, referente à Ilha de Santa Maria para defesa do seu património cultural. Presumo que essa verba contemplará, se bem que não se diga que seja específica o restauro da igreja de Santo Antão, em Vila do Porto, adquirida, presumo eu, pelo Governo Regional, declarada monumento regional, cuja demora em restaurar e em proteger, até do vandalismo, poderá causar o seu desaparecimento. Aqui há uma curiosa conjugação de acções à revelia do Governo Regional, obviamente. Quando eu falava em não coordenação, não me referia a este caso concreto, parece haver uma coordenação, à revelia do Governo Regional entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a do Equipamento Social no que concerne à auto-construção.

É que a igreja de Santo Antão está a desaparecer, pedra a pedra, a parte de trás andou, a parede lateral, que tem nave de pedra já não está toda, a nave ainda está, é bom que alguém não se lembre de construir ou de implantar aquilo sobre as suas janelas. Não é caso único nem seria o primeiro, até em relação a armas lavradas subtraídas daqui, de além para serem postas noutras partes. De maneira que é uma chamada de atenção, de facto para essa estranha conjugação de esforços entre a auto-construção e o património cultural, muito perigosa, mas que está a acontecer. Por outro lado na Rua Gonçalo Velho em frente à actual Casa Paroquial existe uma fachada tão somente r / c. Esse r / c foi morada, nos seus tempos, evidentemente, dum dos primeiros capitães donatários, senão o primeiro.

O estilo, a lavra é primitiva, ingénua, mas é de facto, talvez nesse aspecto o monumento mais antigo dos Açores. Está a esboroar-se completamente. Foi declarado em tempos Património Nacional, agora evidentemente Património Regional e se não se lhe acode é tarde demais. Neste aspecto e sem de maneira nenhuma perfilhar os dons premonitórios e trágicos do Sr. Deputado do CDS eu diria que desses monumentos, só restam o espírito como ele queria fazer crer também em relação ao Sr. Secretário Regional a quem desejo longa vida e muita saúde e por isso mesmo repudio os dons premonitórios, Sr. Deputado do CDS!

É que nós vamos ficar reduzidos ao espírito lá desses antigos monumentos e virá alguém que apelará enfim da paz de espírito do Senhor da Paciência quanto à igreja de Santo Antão.

Aquilo foi de tal ordem e a derrocada tão rápida até pelo abandono de edifícios daquelas características e com restauro tão caro. Quando cabem a herdeiros evidentemente que nenhum deles está disposto a arcar com essas despesas, não reprodutivas. Que as várias umas com ossos de alguns dos nossos mortos que lá repousavam no altar do Senhor da Paciência tiveram de ser retirados à pressa e à maneira das terras pequenas, vamos lá, em pleno dia também e de maneira mais cómica, não se pode achar cómico a uma coisa destas, mas eu pessoalmente com minha irmã fui buscar os ossos de minha avó com um capacete de motociclista, porque caíram-me telhas em cima e pedras também em vez de sairmos compungidas com os ossos da respectiva avó saímos à gargalhada, porque o nosso aspecto era absolutamente ridículo. Os outros, acho que foi na demolição, na retirada de algumas imagens, já foram homens contratados para isso que foram retirar. Nós preferimos ser nós próprios, os netos.

Vai parar lá o Senhor da Paciência talvez o espírito daqueles cujos ossos lá habitaram, e ficamos sem Património Cultural, pelo menos o mais antigo da ilha.

Temos a igreja de Santo Espírito restaurada, mas as acções têm que ser rápidas. Por tudo isto, eu não direi até que se limita ao Sr. Secretário Regional e ao sector que gere, mas tem também muito a ver com o aspecto turístico.

Estas acções combinadas, reforçadas pela confluência de acções, é isto que, em vários aspectos, eu vejo descurar-se no Plano. Temos também quanto aos portos artesanais, nestes 4 anos nem um quilo de cimento foi lançado em nenhum deles, nem um guincho foi montado em nenhum dos pequenos portos de pesca. Ninguém exige que seja, talvez a meia dúzia que lá existe, reparado ao mesmo tempo mas independentemente das críticas que possam ser feitas à nossa estrutura social e de trabalho, ao sub-emprego e sub-utilização da mão-de-obra do sector primário, que embora falte em termos de rotina e do modo como a terra vem sendo explorada, continua a ser da mais sub-aproveitada.

O que é certo, é que dado esse sub-aproveitamento, a maior parte dos nossos rurais nos dias que não trabalham na terra, vão para o mar se podem e é um complemento da sua dieta e até também tem o seu proveito em relação ao resto da população.

Não é possível em S. Lourenço, na baía de S. Lourenço, na Maia, na Praia, nos Anjos e no Pagarete lançar um barco ao mar a não ser com esforços sobrehumanos, com o mar que não se pode exigir que seja sempre um lago, que rarríssimas vezes é um lago, em qualquer parte, por falta de apetrechamento.

Sei que há uma verba, mas não desagregada para esse reapetrechamento de pequenos portos de pesca, mas eu pergunto se nessa desagregação alguma coisa irá caber a Santa Maria? Claro que não é pôr uma pazada de cimento em cada ano. Continuávamos com as acções não conjugadas, pois seja cara ou coroa, escolhe-se aquele que ao acaso destes mencionados, ou aquela onde isso seria mais correcto

até para que se verifique que há maior empenhamento e com mais frequência a procurar os pescadores artesanais. Há outro aspecto também em relação à defesa física, não digo na defesa higiénica, estou aqui focando especialmente a defesa física da orla marítima.

Há Regiões como a Ribeira Quente, que é de todos conhecida, tem estado sempre, esteve até numa época mesmo em perigo de desaparecer aquela zona baixa da Ribeira Quente e uma zona como, e volto à minha ilha, pois é com impaciência, que S. Lourenço, também corre graves perigos.

Algumas acções já estão lá iniciadas, mas não terminadas. Eu penso que a economia de meios é a aplicação da verba certa, não da menor verba mas da verba certa, para se produzir o efeito alcançado com segurança, consistência e que dada a durabilidade provável das obras efectuadas venha a compensar o maior gasto e maior montante investido.

Acontece, é que todos os anos se põe 1 ou 2 fileiras de blocos de cimento, que o mau tempo depois desagrega e que o incompleto da obra ajuda a desagregar, não só em virtude das chuvas e enxurradas que vêm arrastando terras e que derrubam essas barreiras, só no começo da sua protecção. Se todos os anos só se faz isto em 2 ou 3 locais da mesma baía, no ano seguinte o que se faz é reparar os estragos do ano anterior e pôr mais uma ou duas carradas de entulho e 1 ou 2 fileiras de pedra. E levamos assim, que dividido por demasiados anos, as obras vem mais que duplicar e sempre com prejuízo e agravamento dos motivos e das causas que impunham essa reparação.

É certo que, dada a escassez de mão-de-obra que existe em Santa Maria, e estou-me antecipando certamente a uma razão que com justiça poderá ser alegada pelo Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, os homens são divididos em várias frentes, são vícios que vinham do antigamente, da antiga maneira de governar Câmaras e distribuir verbas, através das comparticipações, isto é, da abertura de várias frentes de trabalho e da respectiva escolha.

Comparticipações, não só se abriam várias frentes de trabalho, no ano seguinte abriam-se outras que por vezes só lhe passavam «Catterpillares» e o resto do dinheiro para completar uma, que já estava iniciada há muito anos, mas que era preciso ser primeiramente reparada e posta em condições de conclusão.

Há ainda portanto vestígios, e não são poucos, dessa antiga maneira de proceder, mas pelo menos aquilo que se começa agora que seja feito com outro espírito, embora não com as mesmas causas, mas com o espírito de fazer, continuar e acabar de maneira a obter-se a melhor aplicação das verbas.

Muito mais haveria certamente para dizer.

É talvez este o aspecto que mais me choca, o económico, não haver portanto um plano integrado, em que todos os sectores concorram, porque é difícil, a não ser para uma melhor divisão de trabalho e alívio das pastas governamentais.

Parar nas suas causas e nos seus efeitos, qualquer dos assuntos que constituem objecto das respectivas Secretarias, é difícil separar esses sectores, mas há em cada fase concreta dois ou três que se afiguram de tal maneira concorrentes, que, se não são simultâneos no tempo, se não são complementares, não conduzem ao reforço dos efeitos pretendidos

e representam um dispêndio de verbas escusadas. Poderá dizer-se que não se pode até por constituição, como se nota neste Plano, das verbas aplicadas ao sector público, portanto despesas de capital. A utilizar este conceito de complementaridade ou produzir as respectivas acções, iniciaram-se menos coisas, mas façam-se realmente em complementaridade e em força, de maneira que alguma coisa se veja independentemente dos estudos que se projectam.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

É francamente destacável na Proposta do Plano para 1981 o propósito do Governo Regional executar na Região, um conjunto razoável de actos, traduzidos em projectos concretos se realizados que poderão minimizar a difícil condição de vida da gente açoriana.

A evolução nítida entre o Programa do Governo há pouco aprovado nesta Câmara e a Proposta de Plano em decurso de apreciação, é um acontecimento animador que julgo, ter resultado do bom trabalho que em meados do mês passado aqui produzimos e que resultou numa correcta aceitação por parte do Governo Regional das críticas quer da oposição quer da bancada do Partido do Governo, embora mais cautelosamente para maior concretização das intenções do Executivo.

Bem haja, o diálogo que daqui resultou.

Desejo antes de passar à análise crítica de toda a matéria da Proposta do Plano para 1981 dirigir uma palavra de apreço ao seu executor, pela positividade, textura e intencionalidade esquemática que pôs no texto e no seu desenvolvimento o que veio enriquecer o mesmo e facilitar a nossa análise crítica, permitindo assim, um voto mais consciente e participado.

As Grandes Opções e as Políticas Sectoriais delas emanadas estão suficientemente sincronizadas e estas perspectivavam-se em razoável convergência e harmonia com vista à melhoria da vida regional açoriana.

Antevê-se além do mais que o Plano a Médio Prazo para o quadriénio 1981-1984, mesmo sem estarem ultrapassados determinados denominadores comuns como o ordenamento territorial dos Açores, enquadra sem desconexão o Plano Anual do Governo para 1981.

Quer isto dizer que a pequena ultrapassagem do Plano Anual agora em discussão em relação ao Plano a Médio Prazo a discutir dentro de dois ou três meses julgamos não irá pôr em perigo, esperamos, a sua concepção e o custo de eventuais realizações antecipadas.

Aceitamos portanto como correctas as Grandes Opções consideradas na Proposta do Plano e consubstanciadas nas seguintes linhas mestras hierarquizadas segundo a nossa interpretação pessoal:

1.º — Reforço da unidade regional por meio do estreitamento das comunicações marítimas, aéreas, telegráficas, televisivas, etc..

2.º — Aproveitamento racional e intensivo dos recursos naturais de todas as ilhas.

3.º — Intenção de ordenar o território açoriano e dele

extrair toda a sua potencialidade produtiva.

4º — Recurso a todos os meios humanos existentes na própria Região sem discriminação de credos e ideologias e com a finalidade da prossecução do integral desenvolvimento participado.

5º — Satisfação das necessidades básicas das populações com vista ao desbloqueamento das assimetrias existentes em todas as ilhas.

6º — Assunção pelo sector privado mais competente e capaz, da real mola do desenvolvimento regional, impulsionado pelo investimento público agora na fase de grande implantação.

Consequentemente consideramos acertadas as linhas Gerais de Orientação do Governo expressas na Proposta do Plano nomeadamente as que destaco:

— Uma política pautada pela futura integração europeia o que pressupõe qualidade e competitividade da produção açoriana;

— Um ajustamento gradual e evolutivo da vivência sócio-económica regional ao figurino europeu, mais evoluído e mais moderno;

— E finalmente uma promissora Política Regional (Comunitária) no sentido de uma real justiça social na Região, minimizando a necessidade de termos que emigrar para melhor sobreviver.

Assim sendo e na sequência do que nos permite uma síntese do que neste Plano está escrito mesmo que em forma de intensionalidade governativa e que se traduzirá em conseguir à data da adesão às Comunidades a confirmação ou a perspectiva consubstanciada e digo por minhas palavras:

— No enriquecimento da Região para uma melhor distribuição de riqueza e consequentemente de justiça social;

— Na evolução da Região para os níveis de bem estar da Europa Comunitária sem perda da nossa personalidade própria;

— No aumento da formação bruta de capital fixo;

— No aumento do aforro social destinado ao investimento produtivo;

— No lançamento dos grandes projectos constantes deste Plano 81 para catalizar o processo de desenvolvimento económico;

— No apoio e expansão do investimento estrangeiro, e consequentemente a breve prazo; e

— Na concretização prática de toda a virtualidade autonómica mormente económica e financeira, a energética, e mesmo a alimentar, já que as políticas administrativas estão asseguradas pelos órgãos de governo próprio da Região e pela irreversibilidade da vontade do povo açoriano. Dar o nosso voto na generalidade às linhas fundamentais do Plano relevando dele a sua boa concepção e o seu promissor conteúdo é neste momento um acto de justiça.

As políticas sectoriais a elas dedicamos uma análise crítica mais pontual.

Vamos seguir a metodologia dos documentos do Governo.

1º — Política Sectorial da Educação e Cultura

É evidente a carência de estruturas e dos quadros profissionais como é evidente que a caminhada para atingir o

mínimo de satisfação é bastante longa ainda.

A reconversão do sistema de escolarização no sistema global e integrado de educação cria-nos ainda alguma dúvida. Quero nisto dizer:

Será que o ensino sofrerá uma reconversão profunda que o torne mais realista e ajustado às necessidades do desenvolvimento regional em ordem à integração europeia?

Se assim for, por minha parte, há é que concretizá-lo.

Quando se diz que o sector da Educação venha a assumir, «no imediato e entre os sectores sociais, uma importância crescente decorrente do facto de dizer directamente respeito a cerca de 20 % da população regional» parece-me que fica esquecida a necessidade de uma educação continuada e intensiva pensando evidentemente que o analfabetismo é uma atitude adquirida no decorrer do envelhecimento dos povos bastando para o efeito que estes parem de aprender e que a Ciência continue na sua caminhada histórica.

É neste aspecto que gostaria de ter visto preocupação mais expressa por parte do Governo Regional compreendendo porém que o P.M.P. possa vir trazer novidade na matéria.

Quanto à Cultura sente-se de facto um certo vazio no Plano o que não era de admirar porque estando a Educação em estado de evolução tão atrasado aquela só encontrará facilidade a partir de uma educação generalizada.

Mas há a cultura popular e essa é o património indeclinável.

Os tempos que correm são propícios à debilitação de inúmeros valores culturais da nossa terra, desde o teatro popular, à música popular, às artes plásticas, ao engenho artístico do povo, à literatura poética de milhares dos nossos cantores repentistas, etc..

Sem dirigismo, sem criar um clima de ameaça, sem caciquismos portanto, na máxima isenção que vejo existir na intenção do sector Educação e Cultura terá que se fazer muito mais do que o pressuposto neste Plano.

No campo do Desporto vamos encontrar a mesma debilidade.

E então eu pergunto: Como é possível educar a criança, se nos seus tempos livres ela não tem possibilidade de exercer toda a sua criatividade física e intelectual?

Acontecerá o que é demais conhecido em todas as nossas pequeninas comunidades dos açorianos: Os homens no trabalho ou na taberna, as mulheres na casa ou na futilidade e a criança na rua ao abandono.

Temos que preparar a criança para viver na cidade, no seu espaço urbano, como por essa Europa fora se vive.

2º — Política Sectorial da Saúde

Quando se diz que «o objectivo fundamental do sector é a melhoria do estado sanitário da população, atendendo de modo particular às áreas rurais e ilhas mais carenciadas» regozijamo-nos vivamente com este pressuposto.

Mas é este um dos sectores mais problemáticos da vida açoriana e não me apercebo da possibilidade de ver este assunto resolvido ou em vias disso neste Plano Anual a não ser e aqui é meu desejo para o esperado Plano a Médio Prazo.

E este sentimento tenho porque todo ele bebe na dúvida de não ver perfeita conjugação de políticas sectoriais como aliás extravazam da preocupação do texto do Plano quando se diz que «aquela melhoria não depende apenas de

medidas correctivas introduzidas no âmbito estrito da saúde», mas num «conjunto de acções inter-sectoriais coordenadas, abrangendo igualmente a segurança social, a educação, a habitação, o saneamento básico, a cultura, etc.».

As metas «promoção de saúde e prevenção de doença» merecem toda a nossa admiração mas só serão atingidas ao nível dos futuros Centros de Saúde. Quando?

Mas fiquemos na conjuntura do dia a dia: Os enfermeiros, os médicos, os hospitais, os postos clínicos, a cobertura médica de todas as ilhas e dentro de todos os lugares em que circunstâncias se encontram?

É por isso que solicitei ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, a quem incumbe a política da comunicação, a resposta à minha inquietação. Será possível fazer uma rede de telefones públicos que cubra a Região até aos lugares mais recônditos?

É que há lugares em cada ilha que distam do hospital ou do posto clínico ou do médico, ou do enfermeiro, ou mesmo do curandeiro, quilómetros e quilómetros!

Dá tempo da pessoa morrer e renascer mas só se for da seita brasileira dos racionalistas cristãos!

Cada pessoa tem direito inalienável à saúde.

É uma questão fundamental que incumbe ao Estado.

Eu por mim, quando penso neste mesmo refugio-me no sonho de viver como Sócrates numa República de Platão e nunca nos Açores.

É necessário ter coragem e arrancar com um Serviço Regional de Saúde que satisfaça toda a população e comprometa todos os seus agentes, com entusiasmo, com deontologia e pela convergência de esforços.

É isso que não vejo implementar aqui com a energia desejável.

Daqui a 4 anos, pelo que é permitido, antevê-se uma melhoria. Mas . . .

Até lá é preciso transformar o propósito subjacente a este documento onde não faltam afirmações quando lá se diz «Promover-se-á a integração das diferentes funções das unidades de saúde, de forma a conseguir-se um funcionamento global articulado e mais eficaz»; quando se promete também «A elaboração da carta sanitária da Região . . .»; ou quando se faz assentar a Política de Saúde na «promoção da saúde e prevenção da doença, por via da educação sanitária» usando nesta primeira fase, os órgãos de Comunicação Social enquanto não surgirem os almejados Centros de Saúde, que incidirão mais acentuadamente na nutrição e na dieta alimentar, no combate ao alcoolismo, no combate ao tabagismo, no consumo de medicamentos, na higiene pessoal, nos primeiros socorros, etc..

Aliás temos exemplos de muito mérito na Rádio Televisão como as emissões de defesa do consumidor e outras.

Há portanto que pôr toda a didáctica possível ao serviço da pedagogia do sector.

É que a vida das pessoas não pode esperar mais . . . e há muitas acções que se podem exercer por meio da Comunicação Social que custam menos que fazer um hospital, um centro clínico, um posto, etc..

Não vamos permanecer na inércia a que se assiste em campos mais difíceis, lembrando-nos agora do estafado exemplo do turismo: Não há turismo porque não há hotéis, não

há hotéis porque não há turismo.

Não vamos filosofar se foi o ovo ou a galinha que primeiro vieram ao mundo.

3º – *Política Sectorial da Segurança Social*

Aqui nesta área está a minha real preocupação acerca deste Plano 81.

É que o assunto é de tal complexidade que a meta a atingir não está aqui suficientemente perspectivada.

As intenções são vagas ainda.

Os caminhos para atingir as metas são impalpáveis.

A quantificação do problema não está feito.

Os efeitos reais na sociedade açoriana não estão equacionados.

A não ser que o que existe em imensos países civilizados por esse Mundo fora seja mais utopia da minha cabeça que factos reais.

É que ao ler o Plano eu interrogo-me:

Então não é a na Segurança Social que se encontra a complementaridade possível daquilo «que pode cada cidadão e daquilo que necessita cada trabalhador»?

Então não é na Segurança Social que cada trabalhador poderá encontrar a resposta ao seu direito à vida, à saúde, à sua libertação para um trabalho despreocupado, à sua libertação para a segurança directa da família, à sua garantia contra a vicissitude do trabalho e da doença, etc.?

O que irá acontecer a todos quantos vivem agora na Região, velhos, doentes, viúvos, deficientes, que já não tiveram a sorte de beneficiar das virtualidades das razoáveis reformas sociais que mal ou bem atingiram as camadas do sector secundário e terciário muito recentemente?

Francamente não encontro resposta que me satisfaça neste Plano.

Condiciono a minha esperança mais uma vez à expectativa de ver consagrada no Plano a Médio Prazo toda a problemática agora relevada e displicente.

Em contrapartida destaco como virtudes, como novidades em todo o conjunto sectorial, os aspectos que estavam esquecidos até agora nomeadamente implícitos nos Centros de Dia para uma melhor coexistência de estádios etários das diversas gerações e os edifícios polivalentes para um prolongamento das acções sócio-culturais às comunidades rurais.

Vejo estas duas medidas bem pensadas e com uma missão sócio-cultural virada objectivamente para o mundo rural.

Carecerá só saber se a sua função sócio-cultural será presidida pelo espírito associativo popular ou se continuará com a anquilozada mentalidade das Casas do Povo.

4º – *Política Sectorial do Trabalho*

Apesar de presidir a este sector por parte do Governo Regional a preocupação de diminuir as tensões entre os parceiros sociais e de concordar com a elaboração, por sua iniciativa, de matéria legislativa que permita a paz social e a estabilidade das relações de trabalho, julgo que só caberá à Administração esta missão tão arbitral e tão exclusiva na medida da despolitização ou falta de vitalidade dos Sindicatos na Região.

A isto não chamaria paz social mas paz encoberta.

E ainda hoje não percebo se o trabalhador açoriano não quer usar livremente o único instrumento que lhe pode de-

fender interesses de classe, ou se não tem consciência de classe ou se é tão submisso e paternalista que aceite toda a tutela da entidade arbitral que só eventualmente poderá estar pelo seu lado.

Toda a política sectorial será concebida como se não existissem tensões sociais, como se toda a gente estivesse a viver num paraíso de bem-estar e justiça salarial, de previdência completa e até de satisfação perfeita.

Quanto ao resto está tudo certo desde a própria preocupação de estar conscientemente activo na contratação colectiva, na resolução dos conflitos laborais, até à preparação de esquemas expeditos de indexação de salários, passando pela promoção da defesa do trabalhador, como consumidor pela via administrativa, da sua ocupação nos tempos livres pela concretização e expansão do INATEL, pela integração plena do trabalhador açoriano nas organizações extra-regionais da especialidade, etc..

Tenho naturalmente que perguntar ao Sr. Secretário e cuja resposta não foi possível ainda registar e que se traduz pela preocupação de ver todos os trabalhadores agrícolas e todos os outros e ainda assim como todos os agentes económicos, nos quais situo o próprio agricultor, cobertos pelo seguro da previdência social, pelo seguro do trabalho e por outras formas de defesa do trabalhador já que estes não têm Sindicato para se defenderem.

5.º — Política Sectorial do Emprego

Neste domínio concordo com o que é afirmado em termos de desemprego mas discordo da pouca atenção dada ao aspecto mais grave deste sector o sub-emprego.

Pois é aqui que se avoluma toda a problemática momentaneamente a responsável pelo baixíssimo nível de vida do povo açoriano.

O sub-emprego é além de desemprego encoberto, falta de produtividade, ociosidade obrigatória, etc..

Naturalmente que o sub-emprego existe em todo o Mundo por razões que começam no berço mas vamos conceber que na sua existência aqui, nos Açores, está a principal causa dos baixos salários e dos baixos rendimentos.

Ora, pensemos na força de trabalho acumulada ainda na sub-produção do funcionalismo público, na improdução da mulher açoriana, na pseudo produção do nosso técnico, etc., etc., e vamos avaliar o sub-emprego regional com estas novas permissas.

Eis talvez um dos factores determinantes do sub-desenvolvimento regional, a juntar a outros como a falta de racionalização dos sistemas produtivos, da capacidade directiva, e ainda do incentivo ao trabalho, da segurança no trabalho e da formação profissional.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Lima.

Deputado João Lima (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da apresentação do Programa do Governo nesta Assembleia, tive a oportunidade de dizer que estávamos e estamos aqui com uma missão de grande responsabilidade. Daí, nessa qualidade toda e qualquer posição deverá ser devidamente ponderada, pois que todos estamos empenhados no desenvolvimento desta Região.

É sabido, que vários factores influenciam a concretização dum plano de desenvolvimento, o mais importante, como é óbvio, é o factor económico. A nossa Região não é auto-suficiente. Todos os açorianos o sabem e deverão conscientemente sabê-lo. No entanto, há que desenvolver os sectores dos quais dependem ou dependerão o seu desenvolvimento: a agricultura, a pesca, o turismo, entre outros, os principais neste momento.

Para que o Governo Regional possa levar à prática este Plano, é necessário dotar com objectividade os factores mais carecidos economicamente. Por outro lado, é evidente a falta de estímulo por parte de certas camadas da população face a determinados pólos de desenvolvimento. Partindo do princípio, tantas vezes apregoado, do desenvolvimento harmónico da Região, há que olhar com clareza aos problemas específicos de cada ilha, porque não basta falar-se na insularidade Continente-Região, pois de ilha para ilha existe também o que podemos chamar «isolamento ilha». Aos custos da insularidade, há que neste caso que contrapor os custos de ilha menos desenvolvida ou com necessidade de desenvolvimento. Para além dum Plano, o mais bem elaborado possível, passando pela atribuição das verbas, há que dar garantias de execução. O povo precisa de ver problemas resolvidos ou em vias de o ser, do que saber que eternamente está para estudo ou em projecto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Obviamente, o desenvolvimento da Região passa pela rede de transportes e comunicações.

No campo dos transportes, o que tem feito o Governo? O que projecta fazer?

Tal como consta do Plano, o seu Programa nº 37, a construção, conservação e recuperação de estradas contribui grandemente para a vitalização da economia interna de cada ilha.

E o que concerne à Ilha Terceira, a via rápida Angra-Praia é uma necessidade premente, tendo em atenção o tráfego de mercadorias, de pessoas e bens entre as duas localidades. Apesar da intenção do Governo, não se encontra qualquer verba para o início dessas obras.

O registo é de preocupação, mesmo depois do esclarecimento do Sr. Secretário Regional.

Por isso, sem desprimor para outras necessidades, é grave não haver ainda resposta pronta. Assim não se está a desenvolver harmonicamente a Região. Assim o povo acredita ou acreditará que existe a insularidade dentro desta mesma Região.

Ainda sobre a Ilha Terceira o porto da Praia da Vitória é uma questão a que os terceirenses já quase se habituaram a esperar. Apesar de já ter sido considerado como um dos pólos principais para o desenvolvimento da Região, afigura-se-nos bastante limitativa a verba disposta para essa obra pois que a criação de tal estrutura é, no nosso entender, de grande vulto se considerarmos outras verbas destinadas a outros melhoramentos, sem dúvida, também necessários. É que projectos sobre projectos, acabam por cansar.

Sobre os melhoramentos da aerogare das Lajes, eles são de facto urgentes, mas o que se pretende dizer é que se tenha em atenção o movimento aéreo a médio ou a longo prazo e que não se resolva a situação em moldes quase provisó-

rios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No campo da formação profissional ela é essencial para o desenvolvimento da Região, pois que só assim se pode operar a realização pessoal e social dos que pretendem permanecer.

Queria frisar aqui uma exigência: são as Escolas de Pesca. Como estão elas?

Verifica-se que este título de formação existe e exige de facto programação adequada e o seu respectivo arranque. É muito urgente que se estimule os que ainda fazem da pesca a sua profissão, o gosto pelo aprofundamento dos conhecimentos. Daí que, neste sector, deverá o Governo dar cumprimento imediato do Plano agora traçado, já que pouco ou nada tem sido feito.

O não acontecer estará de certo ameaçada uma fonte de desenvolvimento da Região, dado que por muito que se queira equipar tecnicamente este sector a falta de incentivo pessoal agrava tal cumprimento.

No capítulo da habitação, urbanismo e ambiente, verifica-se uma tentativa de resolver tão graves problemas e merece da minha parte uma referência à reconstrução nas ilhas sinistradas num caso concreto, na Ilha Terceira.

Das medidas apontadas entendo que algumas deviam ter tido já princípio de solução. A reposição das habitações devolutas e a atenuação da especulação com terrenos urbanizáveis.

Creio que, não obstante as linhas de crédito, nem todos os sinistrados poderão a elas recorrer, ou recorrendo será com enorme sacrifício, com o risco de se agravar num futuro próximo.

Por isso, a recuperação da habitação degradada seria uma medida a pôr em marcha quanto antes e por conseguinte, criar-se-ia a esperança de muitos sinistrados, e não só verem o problema da habitação em vias de solução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há dúvida que o sector das pescas carece de medidas muito imediatas, não só pela riqueza do mar que se revestirá em fonte de receita da Região, como tendo em objectivo a Integração Europeia.

Para além da investigação científica e tecnológica indispensável a curto prazo, outras vias serão de implementar, com o sentido de assegurar o que já existe, embora em muitos casos em condições preocupantes.

Os portos, possibilitando que se pesque mais vezes durante o ano. O abastecimento de combustíveis às embarcações, bem como o fornecimento às frotas pesqueiras, dos conhecimentos existentes dos mares dos Açores, são de facto urgentes.

Cabe aqui uma referência, embora relacionada com a pesca, mas certamente a integrar no sector da segurança social; trata-se da reforma aos pescadores que sendo como está, contribuirá para que cada vez haja menos quem se queira dedicar a esta profissão, perigosa de si e que portanto precisa de ser devidamente compensada.

No campo do desporto, creio que o Plano não se encontra desenvolvido como seria necessário.

Refere-se no Programa n. 5, «construções desportivas» que o mesmo será repartido por dois projectos: construção do Parque Desportivo de Angra do Heroísmo e construção

do Pavilhão Gimno-Desportivo da Horta.

São de facto dois projectos, tendo em conta as carências existentes nessas duas cidades, mas há que exigir muito mais da Secretaria Regional de Educação e Cultura neste aspecto.

Atira o Plano determinadas iniciativas em termos de construção de recintos desportivos, para a alçada das Autarquias. É sabido das dificuldades destas em matéria de Orçamento. Cabe a pergunta: o que é feito da Direcção Regional da Educação Física e Desportos?

Não seria ou será esta Direcção Regional, responsável por outras tão importantes iniciativas, como por exemplo, a motivação pelo desporto são e educativo. Oxalá o Plano para 1982 traga a concretização nos vários projectos e ante-projectos agora apresentados.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rodrigues Ribeiro.

Deputado Rodrigues Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Fomos chamados a dar publicamente aqui o nosso parecer e voto, acerca do Programa do Governo Regional para 1981. Esse facto abriu o caminho, para de novo nos encontrarmos aqui, com a mesma serenidade, poder crítico e inteira liberdade de acção, para cada deputado ou Grupo Parlamentar, criticar, aconselhar e votar o Plano e Orçamento para 1981.

Não conhecemos, e pouco importa, a idade real dos Açores. Conhecemos, sim, a sua idade política e histórica. A primeira, apenas diz respeito aos estudiosos, ao passo que a segunda é do nosso interesse e competência. Pertence ao Povo Açoriano e, de modo muito especial, aos Deputados desta Assembleia.

Analizando o Plano e Orçamento agora entregues, encontramos em cada página um tema digno da nossa atenção e estudo. Desde já damos o nosso total apoio ao trabalho distribuído pelo Governo Regional, por o mesmo se apresentar revitalizado para um trabalho profundo e sério, onde a Secretaria da Agricultura e Pescas, apresenta pela primeira vez, em nosso entender, um trabalho capaz de quebrar o impasse e vencer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vem sendo norma democrática desta Assembleia, que a escolha dos temas a debater sejam livres, razão porque optámos pela construção de portos e aeroportos da Região. Os Açores contam já com cinco séculos e meio de vivência portuguesa, a contar após o seu redescobrimento pelas caravelas do Infante D. Henrique. Contudo, não foi o tempo suficiente, para os governantes destas Ilhas, que já foram capitães donatários, capitães gerais, altos comissários, governadores civis e desde 1976 governadas por um governo próprio, por nós democraticamente escolhido, para lhe imprimir o desenvolvimento sempre negado.

Os governos anteriores ao actual, nunca encontraram nem meios nem disponibilidade política, para implantarem portos condignos e operacionais em todas as nove ilhas, para facilitar e ajudar as pessoas e mercadorias a se deslocarem de um lado para outro em segurança, porque nenhuma des-

tas ilhas possuem economia política, económica e financeira para se abastecerem e serem autónomas.

Embora muito ainda haja a fazer para que todas as ilhas fiquem dotadas com estruturas portuárias e aeroportuárias, temos que reconhecer que foi o primeiro Governo Regional dos Açores, que tomou esse compromisso solene, e vem dando satisfação e apoio financeiro, para essa realização. Com a leitura do documento agora distribuído, ficamos sabendo as disposições do actual Governo Regional, para continuar a dar cobertura portuária e aeroportuária às ilhas necessitadas.

Do Plano e Orçamento agora distribuído, ficamos sabendo das intenções do Governo no respeitante a portos marítimos e aeroportos. Embora o assunto venha esplanado e orçamentado, desejamos expressar aqui o nosso apelo, para que este documento não seja descurado, e as obras sejam realizadas na sua totalidade, para que os açorianos quebrem o seu isolamento atroficante e irritante, para serem senhores de uma vida mais digna e justa.

Estamos confiantes e convictos, que estes documentos agora entregues para discussão, é para se cumprir, e nisso empenhamos a nossa palavra política, começamos por deixar aqui os nossos pontos de vista, que afinal serão o de todas as populações que representamos, e que desta vez se resumem nos seguintes pontos:

1. A continuação acelerada das obras da Ribeira da Cruz, na Ilha das Flores, para que a maravilhosa baía virada para o mar açoriano e para o futuro, seja aproveitada na sua maior totalidade, de forma progressiva e certa, porque irão constituir estruturas de interesse para todos os Açores, de Portugal e até para todo o Mundo Ocidental. Não virá longe o dia em que a ilha possa ser chamada pela OTAN, para dar um contributo muito válido para a humanidade.

2. Por sua vez a Ilha do Corvo, a mais pequena da nossa Região e também a mais esquecida e isolada, tem de ser acabado num curto espaço de tempo o seu aerodromo, destinado a pequenas aeronaves, assim como o seu porto e cais, merecem algumas reparações e melhoramentos, porque uma vez concretizados o aeroporto e porto de mar, a ilha terá os meios para impulsionar e dinamizar o seu desenvolvimento, quer agro-pecuário, quer o turístico, porque mesmo assim pequena, tem condições para receber um turismo itinerante e de qualidade, se lhe forem criadas as condições complementares.

Mas o facto mais importante, seria a fixação de um maior número de naturais da ilha que dela saem, à procura de melhor vida.

3. Quanto à Ilha do Faial, a terceira mais desenvolvida da Região, o seu maravilhoso porto de abrigo e ampla baía, tem de receber as obras já previstas para apoio ao iatismo, centro de recreio e apoio à navegação marítima, cada vez maior por estas paragens.

Estes melhoramentos serão fontes geradoras de turismo e trabalho, por conseguinte, a entrada de maior riqueza e melhoria de vida das populações.

4. A Ilha do Pico, a segunda em tamanho do nosso Arquipélago, continua a exigir com muito absoluto direito, o acabamento e funcionamento de imediato da sua bela pista de aviação, a qual possui condições para se tornar quando

for necessário, numa enorme e segura plataforma aérea, a desafiar o presente e a olhar com firmeza para o futuro.

No referente aos principais portos marítimos, todos se encontram em estado adiantado de execução. Contudo, há necessidade em lhes dar uma continuidade permanente até ao seu acabamento total. Nessa altura, que julgamos virá perto, o Pico deixará de ser considerada a ilha do futuro e da esperança, para se tornar na ilha da certeza e do presente.

5. No respeitante a S. Jorge, diremos que presentemente é a pior servida em transportes. A sua pista para aviões foi iniciada no princípio do ano, e continua a ser a mais longe do seu termo. Os seus trabalhos continuam e não se pode acusar o Governo de pouco interesse, mas as causas da natureza do solo.

Os seus principais portos marítimos, todos sedeados na costa sul da ilha, e embora dois se encontrem operacionais, ambos necessitam de melhoramentos e reparações urgentes.

Se tivermos em conta que a Ilha de São Jorge tem 65 quilómetros de comprimento, 237 quilómetros quadrados de superfície e uma população da ordem das 12 000 pessoas, bem merecem uma mais profunda atenção do Executivo Regional, que no ano passado para ali começou a canalizar verbas substanciais, facto que no corrente e próximo ano se vem a concretizar.

Contudo há que ter em conta, um facto muito importante: não distribuir verbas para determinadas obras, sem ouvir as autoridades ou representantes desse povo, porque o facto de o dinheiro ir para determinado Concelho, sem a aprovação e conhecimento prévio do outro, em vez de criar um espírito de unidade e solidariedade, vai aumentar o bairrismo, base prejudicial de todo o divisionismo, ainda muito visível em São Jorge. Este facto tem de ser combatido bem de frente e com todo o poder desta Assembleia e entendimento directo com o Governo Regional.

Nestas condições, temos de nos manter atentos e vigilantes, porque São Jorge é a única Ilha da Região, que não possui nem pretenda ter oposição neste Assembleia. Tem de ser os deputados eleitos por aquele círculo eleitoral, que sem nunca esquecerem a sua açorianidade plena, que terão de fazer uma atenta vigilância, e dar conhecimento ao Governo da orientação a tomar, de forma a se corrigirem distorções e anomalias.

Assim achamos, e chamamos a especial atenção do Governo Regional, no sentido de ser aumentado e melhorado o porto e cais de Velas, de forma a poder servir em melhores condições toda a Ilha de São Jorge, no tocante a porto comercial, recebendo para tal fim o apetrechamento necessário.

Igualmente alertamos para a imperiosa necessidade, de ser criada legislação no sentido de se regular num curto espaço de tempo, o porto e cais da Calheta, para oficialmente se tornar no porto piscatório da ilha, onde todo o pescado destinado às fábricas de conserva, seja obrigatoriamente descarregado, porque não faz sentido que o pescado vá para as Velas e de lá transportado por terra para a Calheta, como vem acontecendo.

Há que se proceder ainda, ao aumento do cais da Calheta, no sentido de Leste-Sul, de forma a que as traineiras e os

chamados «Barcos do Pico», possam com segurança e espaço suficiente, desempenharem cabalmente o seu serviço, quer no tocante ao pescado como no referente aos passageiros e carga transportada nos iates.

Para além destes portos já referidos, o das Velas quase no extremo Oeste da Ilha e o da Calheta a meio de São Jorge, o porto e cais do Topo, na ponta Leste e a 25 quilómetros da Calheta e 50 das Velas, tem uma necessidade imperiosa de se tornar operacional, de forma que os habitantes possam embarcar e desembarcar dos iates no seu porto, quando viajam entre São Jorge e Terceira ou vice-versa, porque não está certo que paguem 400\$00 para irem do Topo para a Calheta, ou 800\$00 para as Velas de automóvel a fim de tomarem o barco, quando uma passagem de São Jorge para a Terceira custa apenas 296\$00.

Em nome de todo o povo de São Jorge deixamos aqui este alerta, para o Governo Regional ter em conta, assim como para todos os Deputados dele tomarem conhecimento.

6. A Ilha Graciosa, que no decorrer dos anos foi a ilha mais deficiente em transporte de todas as do Grupo Central, graças à acção ajustada e dinâmica do primeiro Governo Regional, vai quebrar em pouco tempo o seu isolamento de séculos, para ficar permanentemente ligada ao resto do Arquipélago e ao Mundo, graças ao estado de adiantamento da sua pista de aviação, a inaugurar muito em breve.

No referente ao seu porto marítimo sabemos que está prestes a arrancar com força e de forma a melhorar substancialmente os transportes da ilha e para a ilha. Por estes dois melhoramentos importantes para a Graciosa, o nosso inteiro apoio e concordância.

7. Quanto à Ilha Terceira, apenas diremos que esperamos e confiamos que o projectado porto de abrigo na baía da Praia da Vitória, arranque sem mais demoras, porque a primeira referência a um porto de abrigo na Ilha Terceira, já remonta a um passado com mais de 400 anos, muito para constituir apenas uma promessa sem execução.

No respeitante ao seu aeroporto inter-continental, há também que tomar as providências necessárias, no sentido da sua gare seja melhorada e alindada, de harmonia com a capacidade e qualidade de passageiros que por ali passam diariamente. Neste capítulo também confiamos e acreditamos que o segundo Executivo Regional, saberá actuar a tempo e na medida necessária.

8. A Ilha de São Miguel, a maior e mais industrializada da Região Açores, vem pedindo um novo aeroporto, por o actual não estar de harmonia com as potencialidades da ilha, quer no tocante a passageiros quer em carga.

Por sua vez o seu porto de abrigo, necessita de algumas vultuosas reparações e melhoramentos, os quais devem ser dinamizados de imediato, de forma que o porto chave dos Açores, não venha a ficar inoperacional.

9. Finalmente desejamos evocar a Ilha de Santa Maria, a guarda avançada a Leste do nosso Arquipélago, que tem direito de receber os meios atinentes a novas rotas do seu belo aeroporto. Os melhoramentos nas suas estruturas são inadiáveis: a aerogare e restaurante, necessitam de obras de melhoramento condigno.

Quanto ao seu porto principal, há uma necessidade premente de o mesmo arrancar de forma a que a ilha do Gon-

çalo Velho, saia do seu isolamento marítimo e reencontre no contexto açoriano, o lugar a que por justiça tem direito incontestado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo Regional: Ficam aqui levantados nesta Assembleia, perante os Deputados da mesma e o Governo Regional, alguns dos problemas que afligem os açorianos no tocante a transportes, quer marítimos quer aéreos. Embora sejamos eleitos pelo círculo de São Jorge, somos por direito um Deputado a tempo inteiro pela Região Açores e não apenas de uma ilha. Essa a razão de termos levantado todos estes problemas, de forma simples e criteriosa, na certeza que criticar construtivamente, é estar ao lado do povo ajudando o Governo a tomar as medidas mais urgentes e necessárias.

Terminamos consignando o nosso total apoio ao Plano e Orçamento, porque achamos em nosso entender, que um completa o outro e no seu todo servem os anseios do povo açoriano. As considerações críticas, são o contributo sincero de quem aceitou vir para esta Assembleia, trabalhar com os olhos postos no futuro e no bem-estar das nossas gentes.

Disse.

Presidente: O Sr. Secretário Regional de Agricultura e Pescas pede a palavra para uma intervenção. Tem a palavra.

Secretário Regional de Agricultura e Pescas, Adolfo Lima: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O início da minha intervenção será para responder a uma questão concreta que aqui me já foi posta e que não devidamente explicada, poderá suscitar algumas dúvidas.

Diz ela respeito à questão aqui posta, de que este ano no Plano o investimento no sector agrícola seria substancialmente menor do que no ano anterior. Isto é, e não é, uma verdade. Embora se note, de facto, em termos absolutos, nas inscrições do Plano uma menor inscrição dessa mesma verba global, é preciso ter em conta três factos:

O primeiro facto, é que a verba que tradicionalmente vem sendo inscrita no que diz respeito às arroteias do Pico, transita para o chamado empréstimo a contrair pelo Governo Regional em relação ao apoio alemão.

– O segundo ponto, diz respeito, aqui, a uma maior racionalização das despesas, que se procurou encaixar não só no que diz respeito ao combate à brucelose, na florestação, na construção de novos barcos, na montagem da rede de informação e contabilidade agrícola, mecanismo indispensável para a integração europeia e na política de estruturas, contar com as verbas que dizem respeito às chamadas acções comuns e que transitam da fase negocial de integração no Mercado Comum.

Por outro lado e pela primeira vez, no Plano surge uma opção de inscrever verbas para bonificação de juros para créditos especiais, considerados com maior factor do produtivo no que diz respeito à agricultura e faço chamar a atenção que a verba inscrita, por exemplo se formos a uma taxa de mercado dos capitais actualmente existentes nos Açores, é possível bonificar mais de 300 000 contos; ora isto, se começássemos a funcionar no dia 1 de Janeiro, o que não é efectivamente possível, porque isto só estará pronto a partir dos primeiros meses do ano que começa.

Se chamarmos ainda a atenção que a estas fontes boni-

ficadas de crédito, teremos que somar as já tradicionais fontes de crédito, assim como a possível transição das linhas de crédito do IFADAP para os Açores, veremos que é substancialmente superior em relação ao ano anterior as potencialidades de investimento no sector agrícola.

Dada esta explicação que me parece ser a mais importante, a minha intervenção é num sentido mais genérico em relação ao Plano e vem um pouco no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Castanheira, do Grupo Parlamentar do PSD, que eu reputo de extremamente importante, em termos de análise política ao Plano.

O Plano é, como todos nós sabemos, um instrumento de política e para que esse instrumento de política funcione correctamente, é necessário o conhecimento concreto e actualizado de dados macro-económicos, para que as opções do Plano, seus objectivos e as compatíveis medidas de política e respectivos instrumentos, possam de facto funcionar.

Como todos nós sabemos, a nível nacional, esses dados são altamente deficientes e mais deficientes se tornaram nos últimos anos.

Por último, caberá até talvez perguntar: Qual é a participação do produto agrícola bruto e do produto interno?

Qual é a formação bruta de capital fixo em agricultura?

No fundo quem somos no sector agro-silvo-pecuário?

No fundo também procurar saber se teremos que caminhar para a exploração familiar economicamente rentável, como o vamos fazer?

Se somarmos esta dificuldade, que é a dificuldade de todos nós, de uma inexistência de correctas estatísticas correntes, cujas culpas devem ser atribuídas ao I.N.E. que só agora começa a ser regionalizado, vamos portanto entroncarmos com outra grande dificuldade na construção pelo Plano.

Os próprios trabalhos do recenseamento agrícola, cujos resultados imprescindíveis, que se encontram francamente atrasados, torna esta dificuldade ainda maior.

Por último, o conhecimento por todos os presentes da realidade Açores e seus estrangulamentos estruturais, colocam a construção dum Plano a nível da Região terrivelmente mais complicado e difícil do que em qualquer outra parte do território nacional.

Para não tentar abordar todos os aspectos condicionantes desta construção do Plano vou-me referir apenas a alguns, que penso devem estar presentes na mente de todos nós.

Vejamos por isso, como o evoluir da situação de Portugal Continental, que é no fundo o nosso principal cliente, e como essa evolução influenciou a situação açoriana, uma vez que os dados conhecidos da Região poderão explicar totalmente o fenómeno económico que aqui se vive. O sector não acompanhou com as necessárias imprescindíveis modificações estruturais e do comportamento, os ritmos de decréscimo global de economia.

A situação começou a degradar-se rapidamente a partir de 73/74, com os níveis quantitativos das principais produções agrícolas a distanciarem-se cada vez mais duma procura imediata, o acréscimo do poder de compra, um afluxo demográfico provocado pela descolonização, uma estagnação já da agricultura portuguesa, que vinha da década de 50.

Estes factos, deram origem a mecanismos de preços, faço chamar a atenção, mecanismos de preços para os produtos agrícolas verdadeiramente anormais, quer pelo seu incontrolado crescimento ao nível da procura e não resposta quantitativa da oferta, quer pelas exageradas margens brutas, que proporcionou em muitos casos, do sector da produção, sobretudo agro-pecuário e agora das pescas na Região Açores.

Isto colocou efectivamente a produção em face duma espiral na realidade francamente incontrolada. Se a isto somarmos, que Plano em agricultura não é de maneira alguma ninguém, em parte nenhuma do mundo consegue ser, em curto prazo, pois as respostas agrícolas são sempre mais lentas, uma vez que o peso estrutural das Instituições é terrivelmente difícil de fazer mover.

Plano em agricultura é, meus Senhores, sempre a médio prazo, por isso algumas das críticas aqui levantadas são mais críticas pontuais em questões que o Orçamento deverá resolver, do que verdadeiramente críticas a um Plano.

De tudo isto, decorreu a necessidade de elaborar o Plano de 81 com grandes preocupações de medida de incidência estrutural.

Falemos pois deste aspecto importante, condicionante das medidas a tomar, mas ao mesmo tempo, mola impulsivadora do desenvolvimento económico que é no fundo da Integração Europeia e as modificações estruturais, que o Plano terá que fazer a médio e longo prazo.

Uma vez, meus Senhores, se a Integração Europeia, de facto em termos de política agrícola e chamo aqui a atenção, que é a única política comum do Mercado Comum, é a agrícola, e daí portanto a nossa preocupação essa integração estará no mínimo, para qualquer dos produtos que os Açores produzem a oito anos de existência.

No fundo quais as consequências da adesão?

Como temos de nos preparar? Vejamos por isso alguns dos aspectos do Mercado onde futuramente nos temos que inserir.

O modelo em que assenta a agricultura portuguesa é diferente do modelo da CEE em questões fundamentais, coexistindo aqui um mercado concorrencial para certos produtos, como modelo muito controlado administrativamente e independente das condições de mercado e dos níveis de oferta e procura.

Também certas actuações da vida económica por parte do Estado conduzem à criação de situações de *pri vilégio* entre agentes económicos, o que é contrário ao princípio comunitário da livre concorrência.

A organização de mercados e preços, implica portanto alterações de fundo no tipo estrutural e institucional.

Por isso, é necessário que aproveitemos o chamado período de transição, para ver conseguida uma maior estabilidade económica e financeira e uma subida do rendimento «per capita» a par da elevação da produção agrícola, permitindo aliviar o actual peso das importações alimentares, sobre a balança comercial.

Assim, as grandes questões que se nos põem em que o Plano começa já a ser indicativo nesse aspecto e eu chamo a atenção para o facto extremamente importante de conseguirmos integrar este Plano 81, e é o esforço que nesse sen-

tido vamos fazer, no Plano a Médio Prazo com vista a que, as questões a resolver com a integração, sejam vistas sobretudo na modernização da tecnologia da produção, na reestruturação das produções agrícolas, no ajustamento de sistema de preços nacionais à política de preços da C.E.E. e ao sistema de preferência comunitária. No fundo, ao fortalecimento e expansão das organizações de produtores, no papel importante que desempenham no estabelecimento da política agrícola comum.

Esta capacidade de ajustamento ao quadro que se avizinha será, terá que ter como grandes objectivos, como já foi aqui afirmado, um aumento significativo das produções agrícolas com base numa correcta afectação dos recursos naturais existentes e em actuações sobre estruturas fundiárias e empresariais, uma correcta melhoria do sistema de comercialização.

No fundo, todas estas questões que se relacionam com este facto extremamente importante, que foi a influência que o mecanismo de preços teve na produção açoriana vai fazer com que, todos vamos ter que fazer um esforço, no sentido de que a correlação entre o Plano 81 e o Plano a Médio Prazo seja feita, e vai ser feita, da melhor maneira.

No fundo, poderíamos até talvez perguntar, para tranquilizar os espíritos, se por hipótese teórica fizessemos a aplicação já da política agrícola comum nos Açores o que é que aconteceria à Região?

Atrevo-me a dizer que em termos de preços e em relação à produção a situação não seria preocupante.

A situação poderia ser preocupante sim, a médio prazo, no que diz respeito às modificações estruturais no sentido duma maior produtividade e duma melhoria da qualidade do produto elaborado.

As situações que hoje se vivem nos Açores e que dizem respeito a algumas das questões aqui levantadas pelos legítimos representantes do povo, são na realidade factos concretos. O caso com que a Região hoje se defronta, por exemplo, que nos diz respeito ao mercado bovino é uma consequência clara e objectiva, como até aqui já foi dito pelo Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria quando de uma outra intervenção, do mecanismo de preços que, em determinada altura favoreceu em demasia alguns sectores produtivos e uma não racionalização verdadeira do mercado.

Por último, duas palavras, para dois aspectos que são preocupações do Governo e que até agora por razões óbvias não foram ainda referidas.

Quero-me referir ao sector da energia e quero-me referir ao sector do equilíbrio ecológico.

Quando me quero referir ao sector energia, estou-me a referir exclusivamente, àquela que é entregue na agricultura, é evidente.

Isto, porque as preocupações em relação ao produto elaborado e aos custos energéticos globais da energia em agricultura, são uma preocupação dominante em todo o Mundo.

Impõe-se portanto, a redução dos consumos intermediários e a produção de novas energias a partir da agricultura.

Aqui, cabe talvez, chamar a atenção de todos, para um esforço em que o Governo estará empenhado, no sentido da racionalização do consumo dos fertilizantes.

No fundo, ter como que um código da boa fertilização no que diz respeito, nomeadamente, a adubos azotados e também no que diz respeito a tornar a agricultura menos dependente energeticamente, o aproveitamento da BIOMASS para a produção de ETANOL e METANOL, hoje preocupação dominante em muitos países do Mundo energeticamente dependentes.

Por último, algumas palavras em relação a equilíbrio ecológico.

Tudo isto terá que ser feito, tudo isto terá que ser devidamente conduzido de modo a que os equilíbrios ecológicos sejam mantidos, pois uma das riquezas que ainda hoje se preserva nos Açores é um certo equilíbrio ecológico que poderá ser roturado, se na realidade os investimentos produtivos não são feitos no sentido da manutenção desse equilíbrio.

É esta pois, uma das últimas preocupações do Governo em relação ao estabelecimento do Plano a Médio Prazo, e no encaixe deste Plano de 81 no mesmo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso, que nesta curta intervenção fui capaz de deixar aqui algumas das preocupações do Governo em relação a estas matérias, mais no sentido do Plano do que no próprio Orçamento, uma vez que considero que algumas das questões concretas aqui levantadas dizem mais respeito a isso.

Os meus agradecimentos.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Sr. Sub-Secretário Regional:

Uma vez mais encontramos-nos a discutir à semelhança dos anos anteriores, uma proposta de Plano e outra de Orçamento, apresentadas pelo Governo Regional, desta feita para o ano de 1981.

Se em relação ao Orçamento é fundamental a disponibilidade financeira, cuja garantia, neste caso não existe, para cobertura do respectivo défice, mesmo que esse factor não constituísse dificuldade, a realização prática do Plano está condicionada à capacidade de execução.

Pensamos que ninguém discute da necessidade premente da construção de portos e aeroportos, edifícios hospitalares, bem como de outros para apoio à primeira infância e terceira idade, podendo-se contudo discordar quanto à sua localização. Transportes e comunicações, também são sectores de interesse comum, que importa melhorar para bem dos povos.

Compreendendo que constituem sectores de difícil tarefa, eles obrigam a um esforço muito grande, a um trabalho organizado e a uma opção clara da parte que se pretende defender.

Referências mais concretas já foram abordadas por parte de camaradas do Partido Socialista nesta tribuna e que me antecederam. Outras irão ser referidas em intervenções posteriores, clarificando as nossas ideias quanto aos documentos em discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes Membros do Governo Regional: As ideias, combatem-se com ideias, sem rancor, nem ódio ou animosi-

dade pessoal.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro para uma segunda intervenção.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A política sectorial da Formação Profissional completa e atenua algumas preocupações postas na política sectorial do emprego.

Gostaria de sugerir porém a necessidade de convergência deste sector com o da integração europeia sem que com esta atitude pretenda já a minha intromissão na opção governativa que for preferida.

Julgo ser imperiosa também a necessidade de alargar a outras ilhas e dentro do que for pensado no Plano a Médio Prazo, centros ou sub-centros de Formação Profissional, porquanto é a resposta definitiva à profissionalização da população açoriana, ilha por ilha.

Julgo que convirá manter esta orientação política preconizada no Plano.

Com a integração europeia o fenómeno virá necessariamente a tomar acutilância e a imprimir aceleração a este processo de formação profissional.

Política de Habitação, Urbanismo e Ambiente. Na habitação, embora concordando na generalidade com os objectivos, tenho a fazer ainda as seguintes considerações:

Nota-se na proposta do Plano uma certa tibieza na definição de habitação social que julgamos ser a necessária resposta ao deficiente parque habitacional das ilhas.

Igualmente se nota que havendo da parte do Governo Regional uma inclinação para a auto-construção e esta só podendo expandir a partir de crédito favorável, nada está suficientemente promissor para ter os seus efeitos ao longo do ano de 1981 o que protelando a solução aumenta a tensão do sector.

No Urbanismo julgo que a Região carece de acções imediatas, relativamente previstas neste documento ficando só a aguardar que a sua execução traduza fielmente a intenção e a rapidez que dele transcende.

Portanto para a matéria em questão só solicitamos urgência e desembaraço.

No Ambiente considero este assunto tão sensível e porque me sinto um candidato a ecologista, não fosse eu agrónomo, julgo ter que haver maior determinação da parte do Governo Regional em marcar uma posição enérgica perante a avassaladora mancha verde, a desenfreada inundação urbana, o desordenado desenvolvimento industrial, o descontrolado avanço da construção sobretudo nas orlas marítimas, etc..

- É preciso pensar imediata e seriamente no ordenamento físico da Região em que a Política do Ambiente terá um papel condicionante de base.

Na Protecção Civil para além do que foi dito terei que acentuar o meu expressivo apoio nomeadamente às corporações de bombeiros e votar a sua extensão a todos os aglomerados populacionais sob a forma mais racional que parece afluir ser a proposta no Plano.

Há que marcar posição imediata na defesa da poluição

da nossa ZEE contra aquilo que temos ouvido dizer e sobretudo pela boca do nosso Deputado Dr. Vasco Garcia que estamos na perspectiva de ser o cemitério dos desperdícios atómicos do Atlântico.

Na política sectorial da Agricultura, Silvicultura e Pecuária queria dizer que este sector a que somos bastante sensíveis, tem a síntese necessária e a articulação programática que não oferece dúvidas quer na definição dos principais objectivos quer na concretização dos mesmos.

Um e outros convergem para o auto-abastecimento, para a racionalização da produção, para a qualidade e orientação no sentido duma integração europeia consciente e vantajosa.

Concordo na generalidade desejando que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas mande proceder ao necessário e imperioso estudo de ordenamento agrário da Região sem o qual qualquer política de desenvolvimento pode conduzir a agravamentos maiores das assimetrias existentes.

Há trabalhos já propostos que aguardam implementação ou crítica ou reformulação total.

A integração europeia não se compadecerá por demoras e o povo açoriano não dispensará os seus juízos se for traído pelas surpresas de uma integração mal feita.

Disse integração porque todo o processo passará por um ajustamento profundo da produção agrícola regional, após a data da adesão.

Nada me assusta em termos de integração mas também a desordem produtiva e a falta de participação consciente podem conduzir à derrocada da economia primária regional.

Na política sectorial das pescas temos poucas objecções a fazer ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e ao Sr. Sub-Secretário Regional do Planeamento e Integração Europeia a não ser lembrar que quarenta vezes é maior a dimensão do mar em relação à terra açoriana, obrigará a um domínio sobre a sua ZEE que não se compadece com a nossa pequenez orçamental.

Os espanhóis, os japoneses, os franceses, os russos e outros não pescam nos nossos mares por devaneio ou diletantismo. É a minha esperança.

Política Sectorial da Indústria. Este sector que deverá ser importante no quadro económico regional está em crise e não arranca devidamente para contribuir mais forte e determinantemente no desenvolvimento açoriano.

Há clima de tranquilidade na Região para os empresários dinamizarem o sector.

Há mercado para tudo o que vier a produzir-se em qualidade concorrencial.

Há potencialidades regionais de muito mérito entre as quais se destaca o próprio açoriano.

Há poupança privada e entesouramento e até há liquidez bancária necessária para novos investimentos.

Há um sem número de condições favoráveis à alteração do actual parque industrial que concorre com menos de 20% para o emprego regional não sem graves assimetrias, porém, para outros níveis bem mais elevados de oferta de emprego e de formação do produto interno bruto açoriano.

Mas afinal porque é a crise do sector?

Não encontro neste Plano a resposta às minhas interrogações nem a justificação para a minha inquietação.

Na Política Sectorial da Energia, nesta matéria aprez-me concordar na quase generalidade com o que está escrito reforçando novamente a questão de se dar maior incremento à componente hidro-eléctrica.

É que até à solução prevista, que aprez louvar aqui pela tenacidade que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria tem posto no empreendimento, a geotermia não é senão um balão de ensaio ainda.

Acredito porém no sucesso da experiência mas é uma energia incipiente e insuficiente em qualquer País.

Política Sectorial do Turismo. Considero esta matéria a madre ou a trave do desenvolvimento regional.

Pelo que o turismo é em si mesmo, não como manancial de riqueza que nunca o foi mas como alavanca de multiplicação de efeitos noutras áreas produtivas.

Francamente não sei como será possível fazer o arranque do turismo açoriano ultrapassando os perigos que se reflectiram nas Regiões, como a Madeira e o Algarve. . . mas as experiências nelas vividas devem ser por nós atendidas.

Turismo e desenvolvimento turístico é matéria de «experts» e eu como ignorante na matéria não poderei avançar mais nada.

Posso porém, dizer que não vislumbro na Região a capacidade de resposta, a sua implementação em termos efectivamente eficazes como se pretende sem acautelar os perigos que um turismo desenfreado pode acarretar para o equilíbrio sócio-económico de um povo como o nosso.

Porém há quem possa estudar o assunto e equacioná-lo a fundo com as premissas que a Região dispuser.

É por isso que vejo pouco neste Plano 81.

Na Política Sectorial dos Transportes e Comunicações, a unidade açoriana só se poderá concretizar quando todos os habitantes das ilhas estiverem ligados por fáceis comunicações.

É mesmo a única actividade sectorial dentro das infra-estruturas económicas que admito ser um custo social para todo o açoriano.

É o sector mais carecido da Região e só o sinto resolvido quando for tão fácil ir de uma ponta à outra do Arquipélago como de uma ponta à outra de cada ilha.

Sei que é um sonho ainda, mas terá que ser um dia realidade.

Podem ser resolvidas todas as virtualidades da autonomia açoriana mas sem essa faculdade de nos deslocarmos e de comunicarmos por todos os meios, as distâncias manterão entre os insulares as enormes barreiras do estúpido maniqueísmo das ilhas mormente traduzido por ofensas entre as quais se destaca a minha é melhor que a tua.

E é um tal puxar para ver qual apanha mais fatia do bolo.

Assim concordamos com as preocupações expressas pelo Governo Regional neste grande sector e só não compreendemos a modéstia dos seus projectos sub-sectoriais a não ser que estejam também gravemente sujeitas à grande dúvida que impede sobre o déficite orçamental.

Daí o meu espanto de ver algumas ilhas tão carecidas, a despovoar-se de dia a dia pelo medo que as pessoas já têm de viver nelas, continuarem a esperar que a hora lhes chegue.

A política de comunicações entre ilhas e do Arquipéla-

go para o exterior deveria ter um tratamento mais preferencial e tecnicamente profundo.

As comunicações telefónicas e televisivas estão também tão carecidas que sendo um bem social que nos une e estreita, podem ter um custo social que atinja progressivamente, conforme os seus réditos, os habitantes da Região.

A rede de telefones públicos e a melhoria das comunicações telefónicas entre ilhas poderá ter um papel importantíssimo no estreitamento afectivo do residente nestas ilhas e em cada uma.

É neste quadro de esperanças que também reputo à Política Sectorial dos Transportes e Comunicações por parte do Governo Regional uma posição demasiado modesta em termos de sobrevivência insular.

Na Política Sectorial do Comércio, a afirmação que o comércio «absorve cerca de 30% da população activa de todo o sector terciário e produz 19% do Valor Acrescentado Bruto Açoriano» tal como na análise do sector agrícola a pág. 88 do Anexo I que diz que «42% da população activa total vive da agricultura e contribui com 47% do Produto Interno Bruto Regional» prova a falta de estatística regional.

Deve haver erros de interpretação que só uma estatística bem montada poderá desnustificar. São afirmações um pouco enganadoras.

Mas vamos ao nosso assunto essencial.

No Plano 81, não interessa a análise nele constante em termos de capitações de sub-sector e a textura do comércio retalhista, interessa mais a filosofia que o Governo apresenta para justificar a sua intervenção crescente nos circuitos de comercialização e as medidas de política conducentes à sobrevivência e mesmo desenvolvimento da iniciativa privada que se debate com uma crise fortemente marcada pela inflação dos preços de mercadorias importadas ou produzidas na Região.

Na Política da Administração Pública estamos sintonizados com a maior parte das preocupações do Governo.

Quereria naturalmente concordar com todos os aspectos fundamentais, porém põe-se-me uma questão.

É a situação que tem que haver, digo mais uma vez, respeitando a posição do Sr. Deputado Pacheco de Almeida, ter que haver uma posição definitiva de aceitação perante a ideia de que o Governo terá que ser distribuído por três ilhas, complicando e agravando bastante o custo da Administração Regional.

Finalmente, antes do acto solene da votação do qual sairá o veredicto, considero muito válidas na globalidade do Plano, o Anexo I, o Anexo do GAR e o Anexo dos Elementos Informativos de algumas empresas públicas, concorrendo largamente para o mérito da sua concepção, julgo Sr. Dr. Nunes Liberato da qual se releva a boa textura e coordenação fazendo votos que o Plano a Médio Prazo surja com a brevidade que uma administração consciente e preocupada exige.

Disse.

Presidente: Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Governantes:

Ao defrontar-me, pela primeira vez na passada quarta-

-feira com os então três volumes da proposta do Plano, Anexo e Proposta de Orçamento, mirei e remirei as suas 400 páginas compactas de frases, quadros e números, folheei-os, li-as em diagonal, decidi-me a lê-las na vertical, enchi os pulmões de ar e pensei para comigo: «Rapaz, não és nenhum Tarzan, mas exigem de ti que sejas um génio. Um génio» — repeti — «não só porque na tua situação parlamentar em «part-time» semi-parlamentar na realidade, não tens qualquer dificuldade em saltar das preocupações da escola e dos alunos e de outras, para leres, analisares, discutires criticamente em algumas horas (entre as corridas para uma refeição mais barata) o Plano e o Orçamento para uma Região».

Tendo-se prescindido da prévia consulta aos parceiros sociais, mas sendo formalmente impossível e demasiado escandaloso prescindir da consulta posterior aos parceiros parlamentares, esta acaba por ser feita exactamente como aquela o fôra, tarde e em más condições.

E mantive esta convicção e esta pressão até sexta-feira, tendo até conseguido esboçar e iniciar o trabalho num esquema de análise que acentava na consideração da clareza ou não dos pressupostos políticos subjacentes ao Plano na articulação — correcta ou não — dos projectos e das dotações aos projectos em relação às opções expressas e na credibilidade da sua execução.

Mas na sexta-feira, talvez porque as 400 páginas iniciais foram acrescentadas mais 200, desisti dessa perspectiva. E resolvi assumir outra atitude, a do cidadão comum e anónimo que aqui represento. Uma das atitudes possíveis, claro. Desta atitude resultou a intervenção seguinte que tem um título:

— O Plano no País Região das Maravilhas ou um Mito Açoriano Moderno — o Plano.

E que começa na linguagem narrativa própria do mito.

Naquele tempo disse o governo da Região à Região que governava:

«O meu Plano é transformar o futuro em presente, o quadrienal em anual, o médio prazo em perspectiva, a perspectiva em essencial, o ideal em real».

E a Região respondeu e disse ao Governo Regional que a governava:

«Venha a nós o vosso Plano, mas se o nosso passado remoto foi realmente vivido sob o signo maléfico de 3 palavras — como bem se acentua no Plano — centralismo, carência e insatisfação — centralismo nas super-estruturas de decisão, carência nas infra-estruturas de realização e insatisfação nas pessoas esmagadas entre a cegueira do centralismo e a fatalidade dos condicionalismos geográficos, económicos, sociais e políticos — o nosso passado recente de 4 anos não nos estará a revelar que o centralismo não se reduz ao lugar onde reside o poder — Lisboa e/ou Ponta Delgada e/ou Angra e/ou Horta — nem ao modo como ele se acede — pelo voto ou pelo golpe mas pelos objectivos que se visam, pelos interesses que se servem, pelo modo como se exerce o poder. Que interessa ao pescador artesanal o lugar onde o poder reside, se esse poder continua a esquecê-lo porque orienta os seus esforços, pelo menos em intenção, e canaliza alguma das suas verbas para a grande indústria pesqueira?»

Que interessa ao pequeno agricultor, comerciante e in-

dustrial atirados para as limitações e agruras da pequena lavoura de menos de cinco hectares, por uma estrutura fundiária arcaica, para o pequeno comércio de algumas dezenas de fregueses, pela exiguidade do mercado, para a incipiente indústria por impreparação como gestor, por dificuldade de acesso ao crédito, pelo empirismo em que nasceu e sobrevive e que limita a capacidade e as perspectivas, que lhe interessa se o poder, partilhado ou não, entre Lisboa e/ou Ponta Delgada e/ou Angra e/ou Horta?

Não se arrisca a beliscar na estrutura fundiária, não consegue vencer ou ultrapassar os círculos viciosos do sub-desenvolvimento, não se abalança a redimensionar estruturas empresariais na administração e na gestão?

Quanto às limitações infraestruturais e estruturais continuamos tão prisioneiros delas que em quase todos os domínios do social e do económico poderíamos repetir «ipsis verbis» aquilo que no Plano se reconhece do emprego «uma situação que *estatisticamente* está próxima do pleno emprego mas comportando instruções que não podem ser ignoradas» (Anexo I, página 24). O diagnóstico pode alargar-se à maioria dos outros domínios: o desenvolvimento conseguido, só *estatisticamente* é perceptível e comporta distorções que não podem ser ignoradas e que continuam à espera da hora de serem superadas.

Não será tudo isto, ao invés do pretendido, manter o passado vivo, demasiado vivo no presente, transformar o anual em plurianual eternizando, não abrir perspectivas nem para o curto nem para o médio prazo e matar o ideal na «pompa e circunstância» do real?

Naquele tempo disse o Governo da Região à Região que governava:

«Nos aspectos macro-económicos torna-se imprescindível diversificar a produção regional» (proposta do Plano, página 4). . . E mais disse: «Para atingir esses objectivos deverá utilizar-se os mecanismos apropriados, particularmente nos domínios das políticas fiscal e creditícia» (proposta do Plano página 4) e «reforçar as estruturas de apoio ao sector primário e ao turismo» (idem, página 5).

E a Região respondeu e disse ao Governo Regional que a governava:

«Venha a nós o vosso Plano, mas não é acaso, o vosso Plano que também assevera peremptório: «o Governo deverá atender e limitar a sua intervenção nos mecanismos reguladores da vida económica utilizando cada vez mais os mecanismos de concorrência da economia de mercado».

Qual será o segredo para se intervir não intervindo? Como se desejaria alargar limitando e diminuindo, como se é intermediário não concorrendo ou como se concorre sem ser intermediário? Como se aplicarão princípios que se reconhece não serem aplicáveis? (proposta do Plano, página 4).

Naquele tempo disse o Governo da Região à Região que governava:

«O meu Plano é de reformas e as mais importantes reformas são as do conceito. Reformemos pois os conceitos. E comecemos pelos conceitos vulgares de pequena e grande e pelos conceitos científicos da geografia. Descobri que não somos um arquipélago «somos um horizonte», pois, os Açores têm uma dimensão geográfica que não pode limitar-se à consideração de cada uma das suas ilhas de «per si». (Pro-

posta do Plano). E Portugal, perdidas as colónias se não pode continuar a adornar os mapas com o rótulo: «Portugal não é um País pequeno» mas de uma grandeza quase incomensurável porque multiplicado por 14 vezes numa costa de África e por 7 na outra, nós — os Açores — podemos «porque a Zona Económica Exclusiva da Região abrange uma enorme área de quase um milhão de Km², dez vezes a superfície de Portugal Continental» (Proposta do Plano).

E a Região respondeu e disse ao Governo que governava:

«Venha a nós o vosso Plano. Mas de que serve toda esta grandeza se é o vosso Plano que reconhece que se ignoram as suas potencialidades, pois não se conhecem os «stocks» de peixes existentes nas nossas águas; por conseguinte, os elementos fundamentais necessários ao planeamento do sector» (Anexo I, página 108).

É claro que reconhece o que de todos é reconhecido «que a Região terá que adoptar medidas para a exploração eficiente dos recursos do mar, aproveitando as possíveis potencialidades que se lhes deparam» (Anexo I, página 110). É uma evidência que nada ganha em ser evidenciada a não ser tornar ainda mais irrisória e ridícula a ideia de construir uma unidade de pesca industrial para a passear nesse «mar imenso» de 1 000 000 de Km². O seu lugar exacto não seria antes num qualquer . . . Museu da Marinha. Então seria realmente o barco certo no lugar certo.

Naquele tempo disse o Governo da Região à Região que governava:

«No ano inicial de um novo Plano de Médio Prazo, pensa-se que será de dar um novo passo no sentido da conversão do sistema de escolarização num autêntico sistema de educação, estendendo os benefícios da cultura e as possibilidades de orientação escolar e profissional, de reciclagem e de formação geral e profissional a toda a população interessada» (Proposta do Plano, página 11).

E mais disse ainda: «o desenvolvimento sócio-económico na Região terá que ser acompanhado por uma política habitacional que tenha como principal objectivo a recuperação e ampliação do actual parque de uma forma programada, em função de um ordenamento coerente com o desenvolvimento pretendido» (Proposta do Plano, página 21).

E a Região respondeu e disse ao Governo Regional que a governava:

«Venha a nós o vosso Plano mas porque no vosso Plano nada se diz sobre o que seja a conversão da escolarização em autêntica educação e pouco se diz sobre o que seja um ordenamento coerente com o desenvolvimento pretendido, pergunto se tão elevados e substanciais propósitos, terão alguma relação com os 16 400 contos orçamentados para apoio a 96 filarmónicas e com os 20 000 contos previstos para a recuperação de milhares de habitações degradadas. Se por acaso tem, talvez não se degradem mais ainda as filarmónicas — o que é duvidoso — mas por certo que os habitantes das habitações degradadas prefeririam ouvir tocar outra música coerente com o desenvolvimento pretendido».

E disse mais e mais e mais o Governo à Região que governava e do que a Região respondeu e disse ao Governo que a governava, apenas constam as palavras seguintes: «fale menos e melhor e faça. Faça mais, muito mais e muito me-

lhor».

A finalizar e porque quando foi dos pedidos de esclarecimento a bancada do Partido Socialista interpretou à letra o pedido feito pelo Sr. Presidente desta Assembleia para que os nossos pedidos de esclarecimento se limitassem apenas à apresentação do Plano e do Orçamento. Gostaria de referir aqui quatro questões, para outras tantas respostas possíveis; três em relação ao sector de Educação e Cultura e uma em relação ao sector dos Assuntos Sociais.

A primeira das questões para o sector da Educação e Cultura é sobre a Escola Preparatória de Angra, a nova Escola Preparatória de Angra, que cujo início ou cujo termo de trabalho está previsto para o 3º período de 82 e cuja dimensão física está prevista para completar 36 turmas. Acontece que, a actual Escola Preparatória de Angra tem 30 turmas com cerca de 700 alunos ou pouco mais de 700.

Pergunto se não haverá o perigo de se ter caído no erro de criar uma escola que se irá iniciar saturada ou perto da saturação? Bem sei que há outro factor a ter em conta, e é natural que isso tenha sido tido em conta, que é um certo descongestionamento que trará a Escola Preparatória prevista para os Biscoitos, mas gostaria de saber, porque já estamos habituados a essas fatalidades, e com base em quê, foi previsto esse factor no projecto para a Escola Preparatória de Angra.

Queria fazer uma outra pergunta ainda neste mesmo sector relacionada com a Escola Secundária de Angra para a qual se prevê um entendimento a médio prazo. Gostaria de saber se existe alguma ideia mais concreta ou mais pormenorizada já ou não sobre esse tipo de entendimento que a Educação e Cultura prevê necessária para a Escola Secundária de Angra a médio prazo.

A terceira questão neste mesmo sector é sobre a Secção de Angra do Conservatório Regional, que alguns saberão, funcionou o ano passado e este ano está a funcionar precariamente na própria Escola Secundária de Angra. Chegou a abordar-se a hipótese de um projecto de integração do ensino da Escola do Conservatório no próprio ensino secundário que tem uma lacuna muito substancial, tão substancial que não existe, no domínio da educação musical. Gostaria de saber se esse projecto chegou a ser abordado, se se considera ou não viável e se continua ou não a ser tido em consideração.

Uma última questão para o sector dos Assuntos Sociais. Era uma pergunta em relação à situação da instalação do Centro de Oncologia dos Açores, se de imediato está previsto ou não, se é possível ou não o seu funcionamento para breve uma vez que, segundo creio, a Secretaria dos Assuntos Sociais continua lá instalada.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados é tempo de suspender os nossos trabalhos.

O debate continuará às 15.00 horas neste mesmo local. Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 13.00 horas)

Presidente: Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 15.00 horas)

Em continuação do debate das propostas do Plano e do Orçamento para 1981, dou a palavra ao Sr. Deputado Álvaro

varo Dâmaso.

Deputado Álvaro Dâmaso (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Já lá vai o tempo em que as finanças públicas e as formulações teóricas erguidas em seu torno se sintetizavam com aceitação geral na seguinte fórmula: «há despesas públicas; é preciso cobri-las». Em tal época — conhecida como clássica — qualquer problema que a mais comezinha análise financeira suscitasse era de imediato reconduzido à questão mais geral e verdadeiramente dominante, a de saber se havia receitas para suportar todos os dispêndios públicos necessários.

Quanto de nós, neste preciso momento em que se debate, por força do mandato que o povo dos Açores nos confiou, o Orçamento e o Plano Regional para 1981, não se terão deixado tomar pela mesma visão . . . não terão ainda antes de qualquer outra análise, confrontado o montante das despesas orçamentais com o das receitas próprias da Região e ancorado à categoria de bem supremo a diferença que entre umas e outras se apura.

É o déficit orçamental que nos preocupa. Aterrorizamo-nos o endividamento porque pensamos não poder suportar.

Será isso?

Assim sendo, não demorará muito para que tomemos o Orçamento pelo seu déficit, que fixemos excessivamente a análise orçamental na expressão daquele, que desviemos a atenção doutros temas, porventura, maiores.

Tudo indica que começa a ser essa a nossa preocupação máxima, a qual assumida num crescendo, tem necessariamente reflexos negativos na nossa própria maneira de conceber a afirmação e o progresso da autonomia regional. Mas, mal iremos nós se aceitarmos, sem reservas, como certa e verdadeira a asserção de um conhecido e muito respeitado economista e estudioso das finanças públicas:

«A Autonomia financeira é um elemento essencial da descentralização: os poderes de decisão reconhecidos aos entes autónomos, correm o risco de ser reduzidos à nascença se o Estado entender puxar os cordões à bolsa».

A autonomia regional não pode ser vista, apreendida nem temida no quadro desse pensamento. A efectiva devolução de poderes não pode ficar dependente da bonomia estatal. E em boa verdade, mais em bom rigor técnico, nada se encontra na lei ou no costume que determine que o poder de legislar em matéria de interesse específico ou que a vontade do povo insular democraticamente formada e expressa deva sofrer limitações exógenas, fundadas no montante anual das receitas regionais. Convirá sublinhar a este propósito, que o regime político-administrativo, próprio do Arquipélago se fundamenta nos condicionalismos geográficos, económicos e sociais, nas históricas aspirações autonomistas do seu povo; tem por finalidades a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social, a promoção e defesa dos interesses regionais, o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos. Por limites, a autonomia regional apenas tem a integridade da soberania do Estado e quanto se dispõe na Constituição da República.

Não se vê, que a capacidade de financiamento das despesas públicas regionais constitua, em si mesma, um limite ao poder de decisão dos órgãos de governo próprio ou, dito de outra maneira, a autonomia política, administrativa e financeira da Região não tem nem poderá alguma vez ter por abstracto a *abundância*.

É igualmente verdadeiro que fazendo parte integrante do todo nacional, a Região não pode negar liminarmente a situação económica difícil em que se encontra o País e reivindicar egoisticamente avultadas somas de dinheiro sem qualquer critério ou aplicação recomendável.

Tudo tem a sua conta, o seu peso e a sua medida. E tem sido com notável bom senso e consciência das dificuldades de ordem financeira que envolvem o País, que os órgãos regionais têm procedido ao longo destes primeiros anos de autonomia. Nunca o Governo Regional propôs ou esta Assembleia aprovou orçamentos ou planos regionais exagerados, susceptíveis de serem vistos como configurando um atentado contra a debilidade económica nacional.

Por outra banda, ninguém se pode esquecer ou deliberadamente omitir o facto de haver potencialidades regionais que devido a erros cometidos no passado relativamente ao nosso Arquipélago, se encontram longe do seu aproveitamento integral; que algumas das poucas infraestruturas de transporte de que hoje se dispõe foram construídas por potências estrangeiras; que há cerca de 4 anos, quando surgiu a Região Autónoma era imenso o atraso em que se encontravam as infraestruturas de transporte, como era bastante acentuada a falta de quadros técnicos e o grau de insatisfação das necessidades básicas da população; e, finalmente, que o País, em geral, usufrui determinados benefícios decorrentes de situações e circunstancialismos e exclusivos da Região.

É na consideração conjunta de todos estes factores que têm de ser analisados os orçamentos regionais especialmente a parte referente às fontes de financiamento das despesas a realizar.

De resto, o equilíbrio orçamental — despesas igual a receitas — que tanto preocupavam os teóricos clássicos é hoje encarado com menor dramatismo. Modernamente, importa que o equilíbrio a obter mais do que o orçamental, seja o *equilíbrio social integral*, uma espécie de, como já tem sido denominado, «pleno equilíbrio»: equilíbrio da produção e dos mercados, da repartição dos bens e dos riscos sociais, da moeda e dos preços.

Acresce que o aparecimento de saldos negativos orçamentais não é um fenómeno privativo da nossa Região ou do nosso País que, como é do conhecimento de todos, tem vindo a apresentar uma tendência crescente. Por quase toda a Europa, mesmo no caso de Países considerados desenvolvidos os orçamentos dos respectivos Estados apresentam déficits.

Paraphraseando o actual Ministro das Finanças e do Plano, cuja competência técnica ninguém parece pôr em causa, direi: «(. . .) se do ponto de vista da estabilização não tem justificação a regra do equilíbrio orçamental em condições de pleno emprego também, e por muito maior razão, a *regra do equilíbrio anual do orçamento*. Regra esta geralmente aceite anteriormente à grande depressão dos anos 30 e, ain-

da hoje, confusamente considerada por muitos como sinónimo de responsabilidade financeira. (. . .) No entanto, é ainda frequente ver-se o equilíbrio orçamental ser encarado como qualquer coisa desejável em si mesmo e consequentemente, não ser pensada racionalmente a política orçamental. Igualmente, não tem qualquer validade o mito do perigo do déficite orçamental», afirma ainda Sua Exa. o Ministro das Finanças.

As despesas públicas são financiadas de um modo geral não só pelas receitas fiscais e patrimoniais, mas também pelo recurso ao crédito interno ou externo e pelo recurso ao Banco Central.

A mero título de exemplo poderei referir que uma análise recente às fontes de financiamento das despesas públicas de 81 a Países Europeus revelou o quadro seguinte:

- a) Em 10 Países apenas é que se registou um saldo orçamental positivo;
- b) Em 56 Países obteve-se a indicação de serem utilizados como fontes de financiamento o produto de empréstimos internos ou externos;
- c) Em 41 Países verificou-se a participação do Banco Central no financiamento do saldo apurado.

São dados do Fundo Monetário Internacional.

Não é minha intenção, claro está, comparar a nossa pequena, mas tão dispersa Região com os desenvolvidos Países da Europa, até porque e no nosso caso não se poderá falar com toda a propriedade em «definição e execução da política orçamental», uma vez que não dispondo de poderes em matéria tributária, não é possível utilizar deliberadamente e com plenitude as nossas receitas e despesas para alcançar objectivos específicos. Sabemos que as receitas fiscais, em virtude da unicidade da política tributária definida e executada em todo o território, constitui um dado que os órgãos regionais não podem alterar. Resulta deste circunstancialismo uma capacidade orçamental limitada. No entanto o Estatuto Político-Administrativo em vigor constitui, neste domínio particular, uma esperança na medida em que confere à Região o direito a uma política fiscal própria. Empenhamo-nos pois na legislação que o execute.

Porém, os exemplos de outros Países e porventura, de outras regiões ajudam a compreender o nosso próprio caso.

Veja-se, por exemplo, que a Bélgica, o Reino Unido, a Noruega, a Espanha, a Grécia, entre outros Países, têm apresentado uma dívida total (interna ou externa) superior a 50% da despesa total, em alguns destes citados, mesmo superior a esse valor.

Portanto, o saldo negativo orçamental não é um mal, em si mesmo, nem sequer a característica apenas possuída por nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Contudo a evidência parece ser esta: o Orçamento Regional para 1981 apresenta um saldo negativo de cerca de cinco milhões e meio de contos.

Como é que se explica a formação deste déficite? Como é que ele irá ser financiado? Questões pertinentes neste momento e sobretudo nesta Assembleia.

Se nos empenharmos numa breve retrospectiva, verificaremos que os saldos negativos apresentados pela Região foram em 1978, um milhão e novecentos mil contos (1 900),

em 1979, dois milhões e seiscentos mil contos (2 600), em 1980, três milhões e duzentos mil contos (3 200). Mas a mesma análise retrospectiva revelará ainda que o crescimento acentuado das necessidades de financiamento dos orçamentos regionais resultou da sua maior parte da transferência de serviços periféricos e de competências antes a cargo do Estado, bem como isto é notório do esforço do investimento em infraestruturas básicas de desenvolvimento.

Em 1980, ao sector dos transportes estavam já afectos mais de um milhão de contos. Para o próximo ano e quanto ao mesmo sector encontrava-se o mesmo dotado com mais de um milhão e meio de contos.

É claro que as verbas correspondentes aos serviços periféricos transferidos não representam uma despesa nova, uma despesa que pela primeira vez irá ser realizada na Região. Como se sabe, tratam-se de encargos com serviços suportados pelo Estado, pelo que a modificação operada em termos económicos é meramente formal respeitando apenas a entidade responsável. Relativamente a esses encargos que no caso do presente Orçamento ultrapassam um milhão e meio de contos apenas se operou aquilo a que se pode chamar uma deslocação orçamental: Do Orçamento Geral do Estado para o Orçamento da Região.

Assim do ponto de vista económico será erróneo afirmar que na Região se registou um aumento global da despesa pública desse montante.

Haverá por isso que notar que os verificados acréscimos não tem pelo simples facto de terem sido assumidos pelo Orçamento Regional maior impacto económico do que aquele que tinham antes. Por outro lado, da sua inscrição não resulta qualquer agravamento da carga fiscal.

A vantagem decorrente da sua inclusão no Orçamento da Região é obviamente a de possibilitar a administração das correspondentes dotações pelos órgãos de governo próprio, em conformidade com o interesse regional, bem como a de concretizar a integração da actividade financeira regional.

Quem tenha acompanhado a evolução do Orçamento Regional concluirá que ele tem vindo progressivamente a expressar toda a actividade financeira da Região, com a finalidade de proporcionar uma visão total e uma coordenação integral do quadro financeiro regional.

Em consequência, o crescimento acelerado das necessidades de financiamento do Orçamento da Região fica a dever quase totalmente à integração gradual da actividade financeira regional e não como os menos avisados poderão ser levados a crer, no empolamento desmesurado da nossa Administração.

A assunção progressiva das despesas com o funcionamento de toda a administração regional e a promoção do desenvolvimento económico acelerado afigura-se-me como as razões que são susceptíveis de explicar a formação dos sucessivos déficits e o seu crescimento. Aliás, essas asserções são confirmadas pela análise dos números.

Penso, de resto, que o desenvolvimento regional significativa de cada um, qualquer que seja o local em que viva, aos bens e serviços básicos da civilização. E nesta perspectiva julgo que tem de ser encarada a determinação dos órgãos regionais na promoção do desenvolvimento e da me-

lhoría da qualidade de vida dos cidadãos. E creio, por fim, que é esta A MENSAGEM que o Estado tem de receber e compreender penitenciando-se dos erros do passado e compensando a Região em termos de ela enfrentar o futuro com optimismo e esperança.

É então este o momento para tecer algumas considerações sobre as formas do financiamento do déficite do Orçamento Regional para 1981.

Embora a Região possa contar em princípio, com o recurso a fontes de financiamento de que qualquer País dispõe para cobrir os seus déficits orçamentais, ou seja, o crédito interno ou externo — e o Estatuto regulamenta adequadamente estas hipóteses — a verdade é que a sua integração no todo nacional conduz a que sejam consideradas outras soluções decorrentes da aplicação do princípio da solidariedade bem expresso no artigo 231º, nº 1 da Constituição: os Órgãos de Soberania asseguram, em cooperação com os órgãos do Governo Regional, o desenvolvimento económico e social das Regiões visando em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade.

Este princípio que obriga o Estado a cooperar financeiramente com a Região, suprimindo a sua carência de meios, constitui uma especificação do dever imposto ao Estado, como incumbência prioritária, o de orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e Regiões.

Estes preceitos constitucionais encontram-se hoje desenvolvidos no Estatuto da Região, de forma que se nos afigura bastante adequada e precisa.

Desde logo, no seu artigo 80º constituindo o Estado na sua obrigação de suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, nomeadamente, no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde. Em seguida, no seu artigo 85º ao determinar que o Estado dotará a Região de meios financeiros necessários à realização dos investimentos constantes do Plano Regional que excedam a sua capacidade.

No primeiro caso, estamos perante a verificação de custos adicionais decorrentes da descontinuidade e dispersão geográfica da Região. Custos que existem porque a Região é formada por ilhas que existirão sempre, por essa razão.

No segundo caso, o que está em causa, é o atraso económico em que se encontra a Região e os investimentos que são necessários para vencê-lo rapidamente, de acordo com o direito que as populações insulares têm nos bens e serviços da civilização.

Nestes termos, o déficite do Orçamento Regional, em bom rigor, só será o saldo que resultar depois de computado como receita própria da Região, o encargo do Estado com os custos derivados da insularidade. Tais despesas constituem sem dúvida um encargo geral da Nação e são assumidas pelo Estado em conformidade até com o interesse nacional que exige sem dúvida, a integridade territorial.

Em consequência dessa interpretação que me parece ajustada quer ao espírito e letra da lei, quer à natureza e sentido das relações que devem ser desenvolvidas entre a Região e o Estado, creio que a negociação política entre ambos, apenas deverá respeitar o saldo orçamental que se apura depois de inscrita a dotação correspondente aos custos

derivados da insularidade, fazendo então, e a partir daí, sentido a determinação de capitação das despesas públicas ou seja, o confronto dos níveis de desenvolvimento entre Regiões do mesmo País.

O recurso ao crédito só deve ser utilizado depois de esgotada a comparticipação do Estado que não pode ver na Autonomia uma forma de aliviar o seu Orçamento Geral de certos encargos. Só poderia ser assim numa situação de desagregação territorial.

À Região incumbe, como contrapartida, compreender a situação económica que o País atravessa, racionalizar e aumentar a produtividade da sua administração, evitar os consumos supérfluos, implementar uma política de desenvolvimento económico adequado e criar os meios convenientes.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Apenas anteontem à tarde tive oportunidade de ter o Plano e o Orçamento elaborado pelo Governo Regional para 1981. Não tive portanto tempo suficiente para proceder a uma análise exaustiva e aprofundada de tão importantes documentos.

Serei por conseguinte breve na minha exposição e ater-me-ei fundamentalmente a aspectos de natureza global.

Um aspecto que ressalta de imediato a quem lê o Orçamento para 1981, e que me deixou profundamente preocupado, é o montante do seu déficite, principalmente o do Orçamento Corrente.

Esperava já que mais cedo ou mais tarde tal se viesse a verificar. Não esperava contudo que tal ocorresse tão abruptamente e que o montante do déficite do Orçamento Corrente fosse tão avultado: cerca de dois milhões de contos.

Necessariamente, isto tem que deixar preocupado qualquer pessoa. Tanto mais quanto se sabe que a actual conjuntura nacional não é das mais favoráveis, isto é: que o O.G.E. para 1981 apresenta como resultado das políticas eleitoralistas do actual Governo da República, maior déficite de sempre; que em princípios de 1981 teremos novamente em Portugal as problemáticas comissões do F.M.I.; que os preços, na generalidade, dos produtos, muitos dos quais até agora artificialmente contidos, sofrerão substancial aumentos no novo ano que se aproxima.

Esta desfavorável conjuntura nacional, conjugada com a também desfavorável conjuntura internacional, faz com que o Governo Regional tenha de dedicar uma cada vez maior atenção aos problemas de desenvolvimento da nossa Região que, por serem fundamentais, terão que ser abordados e resolvidos com coerência e cada vez com maior competência.

Se é lícito exigir dos órgãos de Governo da República uma concisa compreensão do fenómeno autonómico em curso na nossa Região, muito mais lícito seria exigir dos órgãos de Governo da Região — no caso concreto do Governo Regional — eficiência e competência no equacionamento e na resolução dos nossos problemas fundamentais.

E um dos problemas fundamentais que nos é posto é,

sem sombra de dúvida, o do desenvolvimento económico e social dos Açores que, se não for prosseguido, acabará por estrangular e esvasiar de responsabilidade a autonomia de que já dispomos.

O desenvolvimento económico e social dos Açores é pois uma tarefa prioritária e que, na medida em que não poderá ser proseguida apenas com os meios existentes na Região envolve: — por um lado, a consolidação das relações de solidariedade democrática entre o Continente e a Região; — e, por outro lado à criação na Região de condições políticas e organizacionais que possibilitem uma união de esforços em torno das questões fundamentais e entre as quais avulta a do desenvolvimento económico.

Sem o preenchimento destas condições nunca a Região conseguirá sair do ostracismo a que foi votada nas décadas de uma governação centralista e autoritária, e iniciar, de uma maneira irreversível, o seu processo de desenvolvimento económico.

Por isso se estranha que o Governo Regional e o único partido que o suporta tenha abandonado a «fogosidade» com que lutava, tantas e tantas vezes por objectivos nitidamente secundários e marginais, e agora, quando curiosamente existe uma sintonia política entre os órgãos de Governo da República e os Regionais, apareça a autolimitar os meios financeiros imprescindíveis ao desenvolvimento da Região.

Sim, a autolimitar a quantificação dos meios financeiros necessários para prosseguir, *pelo menos no mesmo ritmo*, os investimentos públicos na Região, se não, vejamos.

Considerando as verbas inscritas como despesas de capital nos Orçamentos de 1978, 1979 e 1980 e que foram respectivamente de 1 993, 2 937 e 3 977 milhares de contos, verifica-se ser a sua taxa média de crescimento anual de 41,3%. Projectando esta tendência verificada nestes últimos anos para 1981, constata-se que a manutenção daquele ritmo de crescimento de despesas de capital (ou de F.B.C.F. público regional) nos levaria a um montante de 5 618 mil contos, a inscrever como despesas de capital no Orçamento de 1981.

Esta verba, que é superior em 1 062 mil contos à agora prevista pelo Governo Regional no Orçamento para 1981, conduzia-nos a um défice global de 6 milhões e meio de contos aproximadamente admitindo como válidas e correctas as demais verbas orçamentadas.

Mas, podia-se perfeitamente admitir que o Governo Regional, atentas as várias dificuldades conjunturais regionais e nacionais e mesmo internacionais, não quisesse, ou não pudesse, manter este ritmo de crescimento de F.B.C.F. público regional e que, admitamos, é francamente elevada.

Nesta ordem de ideias o mínimo que se poderá prever do Governo Regional é que ele fixasse como objectivo para 1981 a realização do mesmo volume de investimento em termos reais.

Assim, sendo as despesas de capital inicialmente previstas para o corrente ano de 3 977 mil contos, e introduzindo como factor de correcção a taxa de inflação registada na Região entre Junho de 1980 e Junho de 1979 (22,2% segundo as publicações do I.N.E.), temos que o Governo Regional teria que inscrever no seu Orçamento de Capital, como despesa, a verba de 4 860 mil contos. Isto para obter em

1981, como já referido, o mesmo volume de investimento, em termos reais, que no corrente ano.

Este montante, que era o mínimo que se podia supor o Governo Regional viesse a admitir, conduzia só por si a uma reflexão na tendência verificada nos últimos anos nas taxas de crescimento da F.B.C.F. público regional.

O Governo Regional está, pois, consciente e deliberadamente, a diminuir o ritmo do nosso desenvolvimento económico; está a adiar o completo saneamento económico e financeiro das empresas públicas e nacionalizadas sob sua tutela; está a adiar para limites temporais já perigosos a construção de uma economia regional forte e diversificada, o que exige profundas transformações de carácter estrutural. E tudo isto é importante e tanto mais urgente quanto mais breve estiver a integração de Portugal na C.E.E..

Aliás esta perspectiva de adesão à C.E.E. é fundamental e como já aqui foi por várias vezes referido, fortemente condicionante da estratégia de desenvolvimento a adoptar para a nossa Região.

Não se vê, contudo, da leitura do Plano para 1981 apresentada pelo Governo Regional, que este objectivo tenha estado sempre presente na sua elaboração, principalmente quando se entra na análise do programado sectorialmente.

E a perspectiva de adesão à C.E.E. é deveras importante, visto que exigirá profundas transformações nas nossas relações de produção que, se não forem efectuadas em devido tempo, terão um custo bastante mais elevado.

Estando a economia dos Açores assente ainda fundamentalmente no sector primário, e sendo certo que a liberalização das trocas comerciais e a adopção de uma política agrícola comum originarão grandes alterações na actual distribuição de rendimentos impõe-se que a ele seja dedicada uma especial atenção.

Relativamente a este sector — o sector primário — entendemos que para ser assegurada uma razoável taxa de crescimento da economia açoriana se torna indispensável prever maiores níveis de investimento público e privado e também uma maior selectividade no investimento em ordem a se obterem maiores produções e melhores níveis de produtividade, compatíveis com os existentes no espaço económico onde nos pretendemos integrar.

O volume de investimento público previsto para a «Agricultura, Silvicultura e Pecuária» (7,6%) afigura-se-nos à primeira vista reduzido. Porém o previsto para as «Pescas» (1,4%) esse dispensa qualquer comentário.

No que se refere ao investimento privado, ele continua a ser feito sem qualquer orientação deliberada e conscientemente assumida pelo Governo Regional.

Esperamos que com a entrada em vigor do novo Estatuto e com as maiores atribuições em matéria financeira atribuídas à Região, o Governo Regional consiga utilizar os meios adequados à prossecução do desenvolvimento económico regional nomeadamente no que se refere à definição e implementação de uma política de crédito.

Não são porém *apenas* aspectos relacionados com a forte descapitalização existente nestes ramos de actividade económica que é preciso colmatar. Muitos outros aspectos de natureza funcional e estrutural e que constituem graves estrangulamentos ao desenvolvimento deste sector, exige tam-

bém remover de imediato.

Assim, constata-se que, por exemplo, a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas não foi ainda capaz de responder aos numerosos problemas acumulados e sem resolução ao longo dos últimos anos, nem tão pouco aos novos problemas derivados da nova realidade autonómica regional nem aos decorrentes da futura integração na C.E.E..

Também não se vê que tenham sido dados os passos que se impunham no sentido de melhorar e dinamizar os Serviços de Extensão Rural, já existentes aliás no tempo das Juntas Gerais, sabido que é que um Serviço de Extensão Rural bem estruturado e actuante poderá constituir o principal agente difusor da inovação e do progresso tecnológico no seio da comunidade rural açoriana e contribuir ainda, embora indirectamente, para uma melhor gestão das explorações e uma melhor ocupação do solo por parte dos lavradores e agricultores.

Constata-se também que nada foi feito ainda no sentido de adequar à Região o sistema de crédito agrícola, compatibilizando-o com os objectivos sectoriais e globais definidos, *ou a definir*, pelo Governo Regional.

Verifica-se ainda a ausência total de outras formas (que não através do crédito) de apoio aos agricultores, nomeadamente: «seguro agrícola e pecuário» «preços de garantia» para os produtos agrícolas.

Igualmente se detecta falta de perspectivas quanto à melhor forma de se proceder à ocupação do solo, de melhorar a estrutura fundiária existente e de proceder a uma reconversão técnica da agricultura e da pecuária.

Tudo isto são problemas fundamentais e que se espera que o novo titular desta Secretaria Regional venha a resolver com a urgência que se impõe.

Igualmente para o sector das pescas onde ainda nem sequer são conhecidas as suas reais potencialidades mas onde os problemas são já muitos e onde se terá que partir praticamente do zero, não se vê, como já referido, que as verbas agora inscritas no Plano atendam minimamente às necessidades de desenvolvimento do sector.

Sector igualmente importante na nossa economia, tanto no aspecto social como no económico, é sem sombra de dúvida o dos transportes.

Na realidade os transportes desempenham uma função básica em qualquer tipo de economia estando a sua história intimamente associada à história do comércio e do próprio desenvolvimento dos povos.

As características dos Açores, Região constituída por 9 ilhas afastadas entre si e localizada entre os continentes europeu e americano, fazem com que o seu desenvolvimento económico e social não possa de forma alguma ocorrer sem um eficaz sistema de transportes e comunicações tanto a nível interno como com o exterior do Arquipélago.

A nível interno, a intensificação das ligações aéreas e marítimas entre as diferentes ilhas da Região é essencial para se conseguir uma maior integração das respectivas actividades económicas e sociais.

Com o exterior do arquipélago, a intensificação das ligações aéreas e marítimas é também fundamental para o seu desenvolvimento económico e social, tanto mais que, sendo a Região de reduzida dimensão, se torna absolutamente in-

dispensável uma efectiva integração em espaços económicos mais amplos.

Nos dias de hoje, dificilmente se pode imaginar a sobrevivência de uma economia autárquica.

A característica dominante da nossa civilização é precisamente o aumento crescente de fluxos de pessoas e bens entre os diferentes espaços geográficos, o que vem a diferenciar um tipo de desenvolvimento global baseado numa cada vez maior especialização e consequentemente numa complexa rede de inter-ligações entre as diferentes Regiões, Países e Continentes.

O planeamento de um adequado sistema de transportes para os Açores terá pois que visar a prossecução de um duplo objectivo: por um lado consolidar a integração das diferentes ilhas do Arquipélago através de uma rápida e eficiente superação das distâncias por forma a vencer-se o relativo isolamento de cada uma das ilhas, e, por outro lado, promovendo a integração da unidade «Região» em outros espaços económicos e sociais mais amplos, única forma de, a nosso ver, se conseguir o tão almejado harmónico desenvolvimento económico, social e cultural.

Agora, e não obstante o Governo Regional de ter já o controle de alguns dos principais elementos que possibilitam a definição e implementação de uma política de transportes no seu sentido mais amplo, isto é, abrangendo as infraestruturas físicas fundamentais, os meios de transportes, a sua frequência, tarifas, etc., também não se vê que no presente Plano apareça esboçada uma política de transportes adequada à especificidade da Região, às íntimas correlações existentes com os outros sectores de actividade como o comércio e o turismo, e ainda às perspectivas de integração de Portugal na C.E.E..

De qualquer modo, todas estas deficiências apontadas, bem como outras não referidas nestes e nos restantes sectores contemplados no Plano, seriam certamente colmatadas não fossem as dúvidas que pelo menos sobre mim pairam de cobertura integral do défice orçamental e que poderá vir a comprometer a realização dos investimentos preparados pelo Governo que, como referido no início, é em termos reais, inferior ao do programado para o corrente ano.

É este quanto a mim o problema crucial que nos é posto neste momento e ao qual se terá que dedicar toda a atenção, pois que se nos afigura que a capacidade de endividamento da Região, que é reduzida e que atentas as características dos investimentos públicos não é facilmente regenerável, não deverá, à partida, ser exageradamente comprometida.

Como no início referi, não foi esta uma análise exaustiva e tão aprofundada quanto desejávamos dos documentos agora em apreciação.

Na medida, porém, em que dentro de pouco tempo estamos novamente aqui reunidos para apreciação do Plano a Médio Prazo para 1981/84 e do qual este deveria ter sido o primeiro plano anual de execução, teremos então oportunidade de lhe dedicar uma maior atenção, tanto mais que, e é o próprio Governo que o afirma, a ele vem já dedicando a sua melhor atenção desde final de 1979.

Estamos pois certos que, na sequência aliás do que se tem vindo a verificar com os diferentes planos anuais, este nos será apresentado com um maior grau de aderência à rea-

lidade do que o seu anterior que na medida em que era totalmente irrealista mereceu então do nosso ex-par e meu grande amigo, Deputado Angelino Páscoa, a designação de «caderno reivindicativo à Santa Casa da Misericórdia».

Disse.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria que a pediu e porque realmente a nossa sessão não teve período de antes da ordem do dia, eu tenho que comunicar, até porque é de prever que os nossos trabalhos terminem hoje, que foram apresentados à Mesa vários requerimentos, incluindo os do Sr. Deputado Fernando Monteiro, aos quais será dado imediato expediente, fazendo chegar às mãos dos membros do Governo interessados.

Trata-se assim, de requerimentos devidos ao abastecimento de água ao domicílio na freguesia de Santa Bárbara em Santa Maria; relativos aos portos de Vila do Porto; pedido de informação sobre a tramitação do processo da «Câmara de Cura» em S. Jorge; sobre a política aérea; sobre o Plano a Médio Prazo e sobre a indústria.

(Foram lidos)

Há momentos chegou-me também, com nota de urgência um telegrama oficial assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, nos seguintes termos:

(Foi lido)

Isto era matéria que deveria ter sido posta antes da ordem do dia, mas nós não a tivemos e trata-se de documentos supervenientes e que me chegaram às mãos há muito pouco tempo.

E depois deste intervalo, desta inserção ou deste parêntese informativo, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para uma primeira intervenção.

Secretário Regional do Comércio e Indústria, Natalino Viveiros: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois do debate do Programa do Governo, discute-se agora o Plano e Orçamento para 1981, cujas linhas mestras dali emergem, descrevendo como é o propósito do Plano, os objectivos económicos do Governo e os meios convenientes e adequados e indispensáveis para a sua concretização.

É um documento de transcendente importância, pois encerra os parâmetros que irão pautar no próximo ano a actividade do Governo e também dos cidadãos que aqui vivem e trabalham, sendo portanto o Plano um documento que não abrange e respeita apenas ao Governo, mas sim a todos os açorianos.

As circunstâncias políticas actuais indicam um horizonte sombrio e difícil para os próximos tempos e tal facto impõe a consciencialização de todos os cidadãos e não obriga apenas a um realismo rigoroso por parte dos responsáveis mais directos pela governação.

Apesar de tudo, o Governo está empenhado em promover o aumento da taxa de expansão da actividade económica, aceitando conscientemente o desafio que constitui tal propósito.

A crise do petróleo e a guerra no Golfo, abalam a economia mundial e mergulham os países consumidores numa das maiores crises deste século.

Os Açores não escapam a ela e advém-nos ainda o facto de sermos uma Região desfavorecida em relação à Europa e mesmo em relação a Portugal. Os próximos tempos serão difíceis e requerem a modificação de hábitos e maior rigor na previsão dos investimentos públicos e privados.

No que concerne ao sector público, o Plano agora em discussão é prova bastante do propósito do Governo em conter o crescimento das despesas e seleccionar os investimentos para 1981 atribuindo-se uma escala de prioridades.

A iniciativa privada deve acompanhar o esforço do Governo, contendo não só as despesas variáveis, como ainda modificando as estruturas de produção como meio de aumentar o rendimento, conter o aumento dos custos de produção e melhorar a qualidade dos produtos açorianos.

O imobilismo e a falta de incentivos ao investimento eram outrora a causa da debilidade estrutural dos sectores produtivos, transformadora de serviços, mas não se pode porém continuar a culpar o passado pelas deficiências do presente, pois somos todos já também um pouco desse passado, embora recente.

Os quatro anos decorridos sobre as Instituições Autónomas permitiram estabelecer os parâmetros que envolvem as bases do desenvolvimento económico e indicaram também ao sector privado as opções de política económica do Governo.

Tratava-se e trata-se apenas dum planeamento indicativo, pois ao centralismo económico sobrepõe-se a livre escolha dos cidadãos.

A desarticulação do sector privado aliada ao primado do individual em detrimento do colectivo é um factor de preocupação profunda do Governo, não obstante as orientações que têm sido emanadas dos mais directos responsáveis.

Cabe aqui uma responsabilidade tremenda sobre a Câmara do Comércio, que não pode nem deve ser olhada apenas como agente e interlocutor para as realizações de preços e salários. Ela terá de ser um organismo de apoio e orientação dos seus associados na busca de soluções para os problemas das classes associadas.

A imaginação do espírito criativo deve ser o elemento vivo e impôr-se pelo realismo das propostas e não pela mera análise teórica e incompleta, porque desarticula com a prática, e desinserida da realidade.

Somos um território dependente sujeito às correntes inflacionistas dos outros países com que lidamos e o momento exige organização e eficácia dos agentes económicos, como forma de responder às necessidades internas e à crise em geral.

Governar, é prever com antecipação e criar os mecanismos possíveis para responder cabalmente às situações.

O mesmo princípio serve para os investidores.

Cada entidade deve assumir as suas responsabilidades, cabendo ao Governo a salvaguarda dos interesses da comunidade, somando para o efeito as medidas que entender necessárias e convenientes.

Há industriais, há indústrias nos Açores e cujos capitais próprios se situam entre os 8 e os 15% em relação aos capitais alheios, a uma taxa de juro média mais ou menos de 22% o que os coloca perfeitamente no caminho da inviabi-

lidade, se as Instituições financeiras não procurarem meios que as viabilizem. É tremenda a responsabilidade das entidades neste sector e não deixarão de certo as entidades financeiras de as assumir, de acordo com uma realidade, a realidade insular e as vênias do povo açoriano.

O exemplo emana do Governo e o Plano para 1981, ora em debate, estabelece o redimensionamento do sector público que lhes pertence e é em conformidade com tais princípios que as empresas públicas começam a sentir de novo o coração a palpitar.

O Plano para 1981 foi elaborado com o pensamento no futuro e as negociações com a C.E.E. foram uma forte condicionante.

Assim, a política do Governo aponta para a gradual adaptação do sistema de preços e demais legislação de mecanismos da C.E.E., o que implica a revisão do esquema e que estão sujeitos os diversos produtos de origem açoriana.

Tais medidas terão necessariamente em conta, o rendimento dos trabalhadores, pois as correcções não poderão ser feitas à sua custa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O crescente aumento do preço do petróleo e a crise económica que avassala o Mundo, implica o agravamento dos custos fixos e variáveis dos produtos de origem açoriana e conseqüentemente as inevitáveis correcções que terão de verificar-se no decurso do próximo ano.

O Governo limitará a sua intervenção à função de moderar os preços e garantirá sempre que necessário o abastecimento de bens de primeira necessidade sempre que a iniciativa privada não se mostre habilitada, por uma ou outra causa, a cumprir o papel que lhe incumbe pela opção profissional que fez.

A fiscalização económica sofre uma profunda reestruturação depois de ter passado para a área da competência da Secretaria Regional do Comércio e Indústria.

Este serviço será um meio de apoio e de defesa dos consumidores, mas para que a sua acção seja efectiva, exige-se, é imperioso, a colaboração estreita dos cidadãos num esforço conjugado, cujo objectivo é um fim comum.

Não se trata de perseguir seja quem for e por isso mesmo a fiscalização económica está tão bem orientada como meio de apoio, informando e orientando os diversos agentes económicos.

O Estatuto do Comerciante aprovado por este Parlamento e publicado em Agosto passado vem permitir ao Governo clarificar, com o apoio dos Organismos de classe, as funções de cada agente comercial, evitando-se ou eliminando vários circuitos que oneram os bens de consumo.

A qualidade daquilo que produzimos é uma preocupação constante do Governo, mas a sua concretização implica a formação de pessoal e nesse sentido a Secretaria Regional do Comércio e Indústria prepara um plano de apoio à iniciativa privada, sobretudo no sector agro-alimentar contando para o efeito com a colaboração de técnicos estrangeiros qualificados em normas de higiene e standerização. Preparar os estudos públicos e privados é outro dos objectivos do Governo e a Secretaria Regional do Comércio e Indústria em colaboração com a Universidade dos Açores e outras entidades irá promover cursos nesse sentido para que a moder-

nização e reorganização do aparelho económico tenha gestores capazes de impulsionar o nosso desenvolvimento.

A iniciativa privada tem uma tremenda responsabilidade, como já aqui foi dito, no progresso e no desenvolvimento económico da Região, não lhe faltando o apoio do Governo através dos incentivos postos à sua disposição.

A selectividade criteriosa do investimento, assenta na viabilidade dos projectos e a sua inserção na escala de prioridades definidas pelo Governo.

O Plano para 81 aponta para o incentivo ao investimento e ao aumento da produção industrial na sequência do Plano de 1980, cujos apoios se enquadram no Decreto-Regional 26/79-A além dos incentivos fiscais a atribuir mediante a isenção dos direitos sobre taxas de importação, sem se quer se referir aqui o recurso possível ao esquema de avales.

A criação da Empresa Pública para a instalação dos Parques Industriais permitirá com maior celeridade criar as estruturas de apoio ao desenvolvimento desse importante sector, obrigando assim a exiguidade das verbas agora orçamentadas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Plano para 1981 nos sectores do comércio, indústria e energia retoma as acções no campo das infraestruturas e prossegue a política de apoio à iniciativa privada para que a indústria regional suporte melhor os condicionalismos e conseqüências resultantes da adesão de Portugal à C.E.E..

O Governo vem, progressivamente e não de forma aparatosa, implementando as tarefas que lhe competem.

A responsabilidade é indispensável neste como noutros campos e não pode manter-se o fobismo constante de buscar um responsável que seja o bode expiatório de todos os males.

O esforço financeiro dedicado à energia fica ainda aquém das necessidades, pois as redes com idades compreendidas entre os 25 e os 30 anos requerem medidas imediatas de reestruturação cujos custos ascendem a mais de milhão e meio de contos.

A poupança da energia em todos os campos deve ser, e é concertada, preocupação constante de todos os consumidores e a busca de novas fontes energéticas será o trabalho que o Governo continuará, sobretudo nos domínios da geotermia, da hidráulica e da eólica.

A reestruturação do sector caminha através da implementação da Empresa de Electricidade dos Açores criada por esta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo consciente das suas responsabilidades sem lirismos ou tendências dirigistas, vai cumprir como é seu hábito, vai continuar a trabalhar sem ar evangélico ou profético, mas certo que a sua acção consolidará a autonomia e garantirá melhores condições de vida para os açorianos.

Que o mesmo aconteça aos demais agentes e forças responsáveis porque importante é continuar em paz a trabalhar para o futuro e para essa tarefa, todos não somos demais.

Presidente: Dou agora a palavra à Sra. Secretária dos Assuntos Sociais.

Secretária dos Assuntos Sociais, *Fátima Oliveira*: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao participar neste debate gostaria de reafirmar aqui uma ideia essencial que parece enraizada em muitos espíritos, ou seja reafirmá-la em sinal de contestação ou seja de tendência constante e às vezes assustadora com que se encara, discute a necessidade do desenvolvimento económico regional. Preocupação esta que é de louvar e que é urgente fomentar. No entanto, quem assim pensa sem associar imediatamente a procura de respostas nos campos sociais dos problemas existentes e daí advindos, tem à partida uma visão deturpada do problema, porque a verdade nua e crua é que não se pode conceber em termos sociais democratas, o desenvolvimento económico sem que a par dele se dê o crescimento dos sectores sociais sob pena de a breve trecho se correr o risco de estarmos a construir uma sociedade desumanizada e até a impedir a concretização do fim que se tem em vista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Iria solicitar a atenção dos Srs. Deputados para a pequena e ainda deficiente informação estatística que se pode analisar quer no sector da saúde, quer no sector da segurança social.

Se alguns desses dados nos indicam melhorias sensíveis, indicam-nos também melhorias insuficientes para corresponder à enorme carência que se nota em cada uma das ilhas por maior que tenha sido e seja a acção dos Assuntos Sociais dado que a nula existência de estruturas e a obrigação que nos impusemos de acudir as carências prementes e à capacidade de iniciativa da população através das suas instituições que temos toda a preocupação de levar a participar activamente connosco na resolução dos seus problemas nos podem fazer parecer que nada se fez, o que é um juízo de valor errado e que pode induzir os não acompanhantes do desenrolar da vida pública a ajuizarem erradamente. Também não é menos verdade que muitos dos que têm por obrigação sabê-lo o não sabem e até deturpam o que está feito numa linha que os desautorizará a eles próprios como alternância que são à actual maioria governamental. E a talhe de foice rapidamente diria ao Sr. Deputado Carlos Mendonça desta Câmara que numa das suas intervenções no período de antes da ordem do dia, à qual não respondi, porque a própria não tinha cabimento regimental, focou problemas sociais da Graciosa que a questão aqui posta e da forma como o foi, denuncia da sua parte não só um relativo desconhecimento do assunto em causa como uma visão distorcida da solução dos problemas.

Sei que as suas palavras traduzem uma corrente de opinião e de afinidades que eu muito bem conheço pessoalmente e com quem já tive oportunidade de trocar impressões pessoais, mas pode estar tranquilo, dado que os problemas aqui focados não estão nem nunca estiveram esquecidos.

O processo usado pelo Sr. Deputado compreende-se e aceita-se. Porém o Sr. Deputado veio tarde demais para se-mear.

Assim, nos casos concretos que apontou, devo informá-lo que existem diversos programas como já se apercebeu pela análise do Plano e que a não exequibilidade de um projecto nunca deverá impedir um outro que tem viabilidade e pernas para andar. Assim, Sr. Deputado, as suas críticas per-

dem qualquer valor perante quem tenha uma noção mínima de Governo e de acção governativa. Concretizou-se em termos de estrutura o jardim infantil e irá concretizar-se um lar para idosos cujo programa já se encontra elaborado, estando já a Santa Casa da Misericórdia encarregada de mandar fazer o levantamento dos terrenos necessários para a elaboração do projecto.

E, porque há palavras que aqui foram proferidas que me merecem o meu repúdio devo informar o Sr. Deputado que nunca o Centro de Bem Estar Social de Santa Cruz conheceu ao longo dos últimos anos um tão grande grau de humanização como o que se verifica actualmente e por isso mesmo as suas insinuações não colhem senão por falta de capacidade objectiva e incapacidade de reconhecimento do mérito alheio ou então porque se tem de dobrar a cerviz perante correligionários que, democraticamente deveriam de uma vez por todas deixar de exercer pressões por todos os meios contra a actual Mesa da Santa Casa da Misericórdia, a quem daqui presto em nome da S.R.A.S. o meu preito pela acção que vem desenvolvendo e que em poucos meses de mandato já merece o reconhecimento do povo da Graciosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos num debate, não respondi outro dia a esta questão por considerar nitidamente, matéria do Plano e faço agora embora tendo que omitir por falta de tempo, a muitas respostas a falsas questões postas pelo Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cada um dos programas do sector dos Assuntos Sociais visa essencialmente continuar a pôr em prática uma acção que tem por meta final criar as condições sociais de bem-estar que permitam à população, a par dum maior desenvolvimento económico, um acompanhamento do ter mais para ser mais, criando-lhe condições de fixação que não só evitem a emigração como também facultem o regresso de muitos que desejam voltar. E em algumas ilhas desta Região já se iniciou o movimento de regresso com uma capacidade de iniciativa diferente da que possuíam anteriormente. Se é uma realidade que as condições de trabalho diminuíram em determinados países, para os quais as nossas gentes sentem vocação especial, também não é menos verdade que esta não é a única nem a principal causa de diminuição do surto emigratório que se começa a verificar. Convém referir que se prevê que, apesar do sismo, da insistência dos familiares e das facilidades que até certo ponto foram dadas pela Embaixada Canadiana, o cômputo de emigrantes até ao fim deste ano é de menos 700 do que nos anos anteriores e das três ilhas sinistradas apenas saíram cerca de 400 pessoas. Neste contexto considera-se positiva a linguagem dos números mas nunca se poderá obviar ao apelo familiar e ao espírito de aventura que remonta ao século XVIII.

No sector da saúde os seus dois programas específicos e os dois intersectoriais, são essenciais para a criação de condições de trabalho, a melhoria da prestação de serviços, a racionalização dos serviços e a utilização de potências naturais para colocá-las essas sim ao serviço desta Região com o escalonamento necessário a satisfazer não só os «turistas» como e sobretudo os doentes e trabalhadores a nível dos Açores.

A formação inicial e reciclagem contínua do pessoal de saúde é outro dos vectores fundamentais do programa geral

e formação de pessoal. O esforço a desenvolver é grande se considerarmos o quadro do programa 8 — onde deve ler-se em vez de habitantes / enfermeiros 675 em 77, 1 075 / 77.

Nota-se também aqui, como nota favorável, um despertar para a acção na saúde pública por parte da enfermagem e de alguns médicos de uma certa mentalização no regresso à ilha de origem, melhorando-se assim as possibilidades de prestações de cuidados de saúde cada vez mais próximos das populações do que resulta uma economia de recursos irrefutável. Procura-se aqui e assim uma descentralização e uma integração dos diversos serviços que encarávamos e encaramos ainda com grande preocupação. Porém as diversas acções de integração e portanto de estruturação que foram realizadas ao longo deste ano e que prosseguem a um ritmo bastante aceitável ou em algumas ilhas onde julgávamos ir encontrar graves obstruções, estão a atingir uma fase final satisfatória que nos permite avançar mais rapidamente para outras. Não podemos, pois, esquecer o melindre e o individualismo que os serviços de saúde mantinham e ainda mantêm em alguns casos e constituem barreiras difíceis de vencer traduzindo-se inevitavelmente num processo longo e moroso. A crescer ainda a não publicação do S.R.S. no D.R. o que impede que a sua regulamentação determine em letra de lei, a prática que vem decorrendo, melhorando-a sensivelmente.

Na parte que respeita à Segurança Social nos princípios que a enformam e cuja riqueza de conteúdo define os seus objectivos, continuar-se-á uma acção já iniciada e cuja incidência social, os dados apresentados nos permitem fazer juízos de valor da justeza das medidas propostas e do que há a realizar ainda nos seus três programas de apoio à infância, juventude, terceira idade e construções de edifícios polivalentes, não se esgota nem de perto nem de longe a actividade da Segurança Social.

Também neste sector se processa uma acção conjugada de descentralização que nos permitirá dentro em breve, mercê da circunstância feliz de já termos um mínimo dos mínimos de estruturas, chegar até à população de quase todas as freguesias que o justifiquem as acções de formação contínua de pessoal, têm também aqui sido uma preocupação constante e continuará a sê-lo, no sentido duma cada vez maior racionalização e qualidade dos serviços prestados.

Através deste sector da Segurança Social tem a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais procurado a participação activa dos cidadãos na construção de melhores condições de vida, bem como tentado incentivar e reactivar as instituições privadas de assistência, reconhecendo-lhe um papel cada vez mais importante no tecido social porque o espírito de colectividade de serviço e de amor, são tónicas que de forma alguma poderemos banir da nossa sociedade, dado que a queremos profundamente humanizada e responsabilizada. Não será de mais insistir na necessidade de humanizar a par do profissionalizar.

Uma palavra especial para o apoio que se pretende prestar à família, aos idosos e aos jovens desenraizados ou sem lar. A Secretaria Regional recusa-se terminantemente a substituir-se à família, por isso a sua acção procura encontrar respostas diversificadas para problemas diversos e assim os diversos tipos de solução que, entenda-se, não serão jamais

e reafirmo uma substituição do Estado à família, embora aceitemos também as nossas responsabilidades perante os cidadãos desprotegidos nas diversas fases etárias.

Procurando ainda uma articulação cada vez mais perfeita entre os três sectores que a compõem, propõe-se a SRAS cumprir o Plano traçado para 81, com inevitáveis falhas é certo, mas com determinação.

Gostaria ainda de responder a algumas questões pontuais que foram postas posteriormente, nomeadamente, o Sr. Deputado Emílio do Porto, dir-lhe-ia que o facto da leitura que fez na página 58 do Plano não o devia preocupar, dado que as verbas que estão consignadas à Ilha do Pico correspondem por si só às perguntas e às questões que se levantaram no seu espírito.

Ao Sr. Deputado Jesuíno Facha diria que a passagem de médicos, como gatos sobre brasas, na Ilha das Flores corresponde ao que acontece em todas as outras ilhas e não por eles não estarem dispostos a receberem ordens de pessoas com menos grau de instrução.

Os Srs. doutores não recebem ordens no campo clínico, no campo profissional por pessoas com menos grau de instrução, o que eles se recusam.

É pura e simplesmente a aceitar uma disciplina de racionalização de serviços, de gestão de pessoal e de gestão de recursos. E pretendem continuar a ter regalias que são absolutamente incomportáveis quer com o Orçamento Regional, quer com as realidades regionais, dado que o uso dos carros nos fins de semana e para serviço particular, nem tão pouco os Secretários Regionais o fazem, eu por mim não o faço, e uso muitas vezes o meu carro particular, quando necessito mesmo em serviço oficial. E por aí creio que nos entenderemos.

Quanto à Sra. Deputada Adelaide Teles devo dizer que na realidade é uma preocupação da Secretaria Regional dado a situação que se verifica na Graciosa e que tende a agravar-se estabelecermos realmente uma acção rádioresteira em colaboração com a Direcção Geral de Saúde com quem já foram entabuladas negociações nesse sentido.

Em relação ao Deputado do Corvo, encontra-se neste momento destacado um enfermeiro militar em serviço permanente. A sua ausência momentânea, deve-se ao gozo dum período de férias.

Creio que no seu essencial estão respondidas as questões que entretanto foram postas, a não ser a do Sr. Deputado Dionísio de Sousa quanto à situação da instalação do Centro de Oncologia dos Açores.

Como todos sabem a S.R.A.S. ficou sem qualquer instalação. Teve que acolher-se naquelas que estavam disponíveis tendo encetado negociações e prevendo-se a chegada dum pré-fabricado a esta Região até ao fim de Dezembro, circunstâncias diversas e alheias à sua própria vontade, levam-nos a ter que prolongar um pouco mais a nossa estadia no Centro de Oncologia dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça pediu a palavra? Quer usar da palavra com a sua intervenção?

Tem a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Não estava de modo nenhum na minha mente voltar a esta tribuna, pelo menos hoje.

Algumas das palavras que acabaram de ser proferidas pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, por mim foram interpretadas no sentido ofensivo e sinto-me ofendido.

Há bem poucos momentos, numa conversa perfeitamente informal com o Sr. Secretário dos Transportes e Turismo, afirmei uma realidade que está nas minhas intenções e prezo-me de ser uma pessoa sincera. Encontro-me nesta Câmara não sei por quanto tempo. Devo dizer a todos vós que o meu propósito não é atacar ninguém, não é caluniar ninguém é defender o povo que me elegeram, os direitos legítimos que assistem ao povo que me elegeram.

Fui atacado, sinto-me ofendido. Não esperava tanta contundência das palavras da Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais. Não estou aqui para me serem reconhecidos méritos ou . . . méritos, estou aqui para servir. Nesse sentido pus as questões que coloquei no devido tempo, porque tive dúvidas, por isso as coloquei.

Na sexta-feira, uma chamada conversa de bastidores, que não foi nos bastidores, foi na via pública, no acesso a esta Assembleia, afirmei e afirmo que não sou portador, repito, não sou portador de ninguém em particular, sou o legítimo representante do povo que me elegeram.

Infelizmente notei que a Sra. Secretária dos Assuntos Sociais foi «*ipsis verbis*» portadora, porta-voz daquilo que me foi dito nos bastidores e não sei porque motivo, nem vou tentar fazer evocações infundadas, se não me foi dito, aqui directamente a mim.

Não tenho a intenção de me considerar uma supra-ciência nem super-sapiência. Sou um cidadão comum entre os demais que habitam esta Região.

Conheço dentro dos limites das minhas capacidades as carências do povo da minha terra.

Não as conheço todas, porque não quero considerar-me enciclopédico em qualquer campo.

Em relação a eventuais pressões, que foi aqui afirmado, que são exercidas sobre mim, até a este momento e na continuação da minha presença nesta Câmara nunca será exercida pressão por ninguém.

Ausculdo as pessoas que me apoiam, sou porta-voz das suas intenções, nada tenho a ver com as lutas e lamento que esse tema tenha sido trazido aqui, porque de modo nenhum considero com cabimento esta Câmara para discussão de assuntos desta natureza, de lutas entre Mesas, de membros de Mesas ou o que quer que seja. São questões que devem ser resolvidas entre os próprios.

Presidente: A Sra. Secretária Regional quer usar da palavra para uma segunda intervenção?

- Tem a palavra.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais, Fátima Oliveira: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tomo a palavra primeiro que tudo, para afirmar ao Sr. Deputado Carlos Mendonça que não tinha qualquer intenção de o atingir, a si pessoalmente.

Desse facto peço desculpa, porque ainda não estará talvez habituado ao calor que na realidade somos capazes de pôr nas nossas discussões, nas nossas lides parlamentares.

Simplesmente, eu dei resposta a afirmações que estavam aqui feitas na sua intervenção de ontem e que não deixam qualquer margem a dúvidas quanto ao seu teor afirmativo, ou seja:

Diz-se e afirma-se quanto ao bem estar da Graciosa de que nada foi feito, que tudo está parado, de que não há nenhuma acção desenvolvida. Fazem-se afirmações, disse-se inclusivamente que era porta-voz de muitas vozes que se faziam ouvir nesse sentido.

Simplesmente, eu também tenho o direito de dizer a essa parte do povo que as soluções que o Governo Regional adoptar não podem, nem terão que ser obrigatoriamente as mesmas que podem pretender fazer valer, apesar da sua actuação, actuação de muitas dessas vozes, já se ter feito sentir durante períodos internos e anteriores.

Além do mais, o ano passado na sua intervenção, creio que se referiu a qualquer coisa que para mim é muito mais ofensivo e muito mais grave do que as palavras que por mim foram proferidas.

O Sr. Deputado pergunta, se na óptica do desenrolar da sua intervenção diz: «nesta óptica não será mais justo, mais humano, mais cristão» onde se procura fazer a exploração dos sentimentos religiosos de cada um, quando aqui estamos tratando apenas de questões meramente sociais, ter-se verificado a inversão da ordem dos factores.

O Sr. Deputado entende e entendeu, pelo menos se não pretendia dar a entender de entender, de forma infeliz, de que pelo facto do processo do Lar para idosos não ter podido prosseguir ao longo deste ano, não se deveria ter feito a aquisição do Jardim Infantil. O que eu tentei explicar, é que na realidade uma coisa não é incompatível com a outra. São dois projectos distintos e como tal foram executados. Além disso, põe ainda mais dúvidas quanto à inserção do Jardim de Infância no âmbito da Santa Casa da Misericórdia, na Casa do Povo, etc., etc., mas eu queria apenas reafirmar ao Sr. Deputado, que não foi minha intenção ofendê-lo.

A intenção foi dar-lhe resposta realmente, aos aspectos que focou.

Se o Sr. Deputado se pode considerar ofendido, na mesma medida e da forma como pôs o assunto no período da intervenção da Ordem do Dia, eu poderei considerar-me ofendida como se poderão considerar outras Entidades ofendidas nesta Câmara, por uma pessoa que diz ser representante desse mesmo povo e que trabalha para esse mesmo povo desinteressadamente e sem ganhar um único escudo.

Presidente: O Sr. Deputado Emílio Porto tem a palavra para uma segunda intervenção.

Deputado Emílio Porto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Volto de novo à tribuna. Em complemento, em parte, do que ontem disse, julgo que este Plano não se encaixa muito bem no espírito de compromisso e de vinculação dos governantes para com os governados.

Aqui foi dito que o Plano é sobretudo um instrumento de política económica. Concerteza que será esta a primeira característica que deve possuir. Mas eu penso que não poderá ser só esta, sob pena de ele facilmente ser desvirtuado. O Plano é também compromisso. É também vinculativo. É

também instrumento de identidade e de unidade.

Ora eu penso que estes objectivos muito dificilmente poderão concretizar-se. Ou melhor, este Plano em muito pouco contribui para tal.

Todos sabem que a Região é «dispersa». E que algumas ilhas dentro de si também são «dispersas». O chamado bairrismo, que desejaríamos ver banido do nosso meio, é uma realidade latente e que, a cada instante, poderá surgir.

— Atirar com 120 000 contos para os portos do Pico, sem dizer para quais;

— Atirar com 35 000 contos para os Centros de Saúde sem dizer para quais;

— Atirar com quantias para este ou aquele sector em geral, sem dizer mais nada (alguns até me parecem razoáveis), é dar a mão àqueles que, por este ou aquele motivo, hão-de com concerteza tentar puxar para a sua ilha ou para o seu Concelho a maior fatia possível. Não tenho dúvidas disso. (Os exemplos que referi quanto aos portos e aos Centros de Saúde, são apenas um exemplo).

No espírito da nossa autonomia regional a realidade ilha é uma meta a alcançar. Penso até que é a meta prioritária. É bom não esquecer o conjunto, é certo. Mas querer ter numa das mãos esse conjunto e na outra a identidade ilha, é tarefa que não chegará a bom termo. Um edifício constrói-se a partir das bases. E a autonomia terá de assentar nas bases, isto é, em cada uma das 9 ilhas. Enquanto não caminharmos ao encontro desta realidade, andaremos sempre ao sabor das vagas.

É por isso que eu digo, que o Plano, quanto à identidade de ilha, é quase omisso. E neste aspecto volto a frisar o que disse.

Prevejo que segundo este documento o desenvolvimento da Região (que se quer unida), o desenvolvimento da ilha (que se quer também unida) será fruto dos mais espertos, dos mais sagazes, dos mais oportunos. Quem correr mais depressa dentro da Região e dentro da ilha, de certeza que apanhará melhores benesses. Seria bom que este processo ou estes processos desaparecessem. Nada nos garante que assim não sucederá.

Com estas minhas palavras não estou a querer meter o Governo Regional numa «camisa de forças». Estou simplesmente a tocar uma tecla que importa não esquecer. É um alerta que faço. O Plano, que consubstancia as intenções do Governo para 1981, dificilmente contempla aquela realidade básica da nossa autonomia — a ilha; e por isso mesmo, dará ocasião ao incerto. As consequências serão as mesmas do passado: os conflitos regionais, os conflitos concelhios, o quase desaparecimento de certas realidades, (como «a dos estaleiros de Santo Amaro») para assim se justificarem outros objectivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As preocupações que ontem emiti continuam de pé. Oxalá que a esperança não se transforme em descrença. Embora a Sra. Secretária dos Assuntos Sociais afirme que tudo corresponda à realidade eu digo que não pelas razões que atrás apontei.

Quem andar mais depressa melhor fatia colherá. Não será verdade? Pelo menos neste ponto estou convencido.

Presidente: Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado

Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Regional dos Açores, ao reiniciar os seus trabalhos para completar o seu primeiro período da II Legislatura, fá-lo para apreciar dois documentos fundamentais para o normal funcionamento das instituições autonómicas e para o conhecimento detalhado da evolução do desenvolvimento regional.

Trata-se de dois documentos que foram apresentados a esta Assembleia em circunstâncias especiais que, por sua vez, impuseram muita celeridade no processo da sua apreciação.

Não podemos, no entanto, esquecer que o Plano e o Orçamento serão apreciados de acordo com o estabelecido no artigo 26.º, n.º 1, alíneas e) e g) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, isto é, que o Plano regional será aprovado «discriminado por programas de investimento» e o Orçamento regional «discriminado por tipos de receita e por dotações globais correspondentes às despesas de funcionamento e ao conjunto dos programas de investimento de cada Secretaria Regional». Esta norma estatutária veio possibilitar uma análise mais clara dos documentos referidos e uma consequente e eventual assunção dos mesmos com maior consistência por parte desta Assembleia.

De salientar desde já a preocupação do proponente do Plano e Orçamento de, na apresentação de um e outro, procurar respeitar a disposição legal vigente.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos deixar de enquadrar esta apreciação do Plano e Orçamento no normal funcionamento das instituições autonómicas. Normalidade esta que se verificou desde a existência de tais instituições e se tem traduzido, ao longo de 4 anos, em respeito pela ordem jurídica vigente, pela tranquilidade e paz imprimidas à convivência social e pela caminhada progressiva do desenvolvimento das diversas parcelas que compõem a Região Autónoma dos Açores.

O Plano é como que um conjunto de normas definidoras do campo de acção da administração pública regional e indicativas para os particulares, às quais as diversas entidades intervenientes devem obediência e nas quais as mesmas irão encontrar o padrão de desenvolvimento e ajuizar do tipo de desenvolvimento eleito.

Um Plano tem como pressuposto o conhecimento profundo da realidade para que se destina, das suas necessidades e das suas limitações.

A proposta de Plano ora em apreciação demonstra que os passos dados, ao longo dos últimos 4 anos, no conhecimento da realidade da nossa Região foram profundos.

Efectivamente em termos de Plano, já se tem a consciência suficientemente clara de que a Região dos Açores tem nove ilhas com características muito especiais, pouco se sabendo ainda, no entanto, do seu mar circundante e respectivos fundos. Daí que o caminho do conhecimento a percorrer seja ainda longo. Há muito a aprofundar para que o Plano na Região atinja a qualidade técnica e a exequibilidade desejáveis e necessárias para os objectivos que todos

nos propomos.

No que respeita ao conhecimento das nossas necessidades, parece-nos claro que o grau de maturidade adquirido, através da experiência autonómica pode e deve ser considerado satisfatório. De facto as nossas necessidades estão muito razoavelmente destacadas bem como a noção das suas consequências na dinâmica do nosso desenvolvimento. Este é um dado que resulta do Plano ora em apreciação. Quanto ao conhecimento das suas limitações pensamos que foram feitos grandes progressos nesta matéria. Efectivamente a proposta de Plano tem mais presente do que nunca a nossa capacidade actual de execução e os meios financeiros com que é legítimo contar.

Tendo em conta os aspectos referidos somos de opinião que se registam na proposta do Plano ora em apreciação consideráveis melhorias relativamente às já apreciadas no Parlamento Regional. Tais melhorias manifestam-se, sobretudo, a nível de articulação das diversas políticas sectoriais e na preparação da Região para a sua futura integração na Comunidade Económica Europeia.

Não podemos, porém, deixar de referir que a proposta de Plano não abrange ainda o sector nacionalizado de superintendência regional, bem como não contempla as actividades com interesse para a Região que os sectores privado e cooperativo tomem o seu cargo. Do mesmo modo se verifica que no Plano não se encontram englobados os empreendimentos das autarquias locais, que, em nosso entender, ali deviam estar, a fim de, por uma lado, permitirem a concreta avaliação do sector público da Região e de, por outro lado, possibilitarem o perfeito conhecimento do interesse regional que certos empreendimentos autárquicos revestem.

Estamos convictos de que as lacunas mencionadas encontram a sua explicação no dramático ano de 1980. Daí que a nossa referência tenha apenas, por objectivo lembrar que, apesar dos avanços verificados muito há a fazer.

O mesmo já não poderei dizer quanto à não inclusão na proposta de Plano dos programas relacionados com a actividade do Gabinete de Apoio e Reconstrução.

Efectivamente parece-nos e assim se espera, que tal programação tenha carácter transitório. No entanto, tal facto poderia levar à conclusão da sua não inserção na proposta de Plano; interpretação em nosso entender menos correcta dado que tem como consequência que tão importante parte do Plano regional não seja sujeita a aprovação desta Assembleia Regional. Daí entendermos que esta Assembleia Regional autonomamente se pronunciasse em termos afirmativos sobre os programas relacionados com a actividade do GAR.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É natural que a caminhada iniludível de aperfeiçoamento que tem vindo a fazer ao longo dos 4 anos na elaboração das propostas ora em apreciação, tenha sido altamente afectada por este ano de 1980 que foi tão dramático para a Região. Mas, a verdade é que esta Assembleia Regional jamais pode aprovar as propostas de Plano e Orçamento demitindo-se da sua função de ser o órgão de governo próprio perante o qual o Governo é responsável.

Em nossa opinião a Assembleia Regional ao avaliar a política do Executivo Regional deve fazê-lo sem reservas.

Mas isso pressupõe que aquele órgão de governo próprio defina as suas posições com clareza e com a humildade e coragem próprias de quem está sempre apto a colher os contributos desde ^{que} honestos e sérios oriundos deste Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não podemos apreciar a proposta de Plano esquecendo o Programa do Governo que há poucos dias esta Assembleia aprovou.

Ao apreciarmos a proposta de Plano para 1981 constatamos que razões de ordem económica, financeira e de capacidade actual de execução determinam que muito fique para cumprir nos restantes três anos de mandato do Executivo Regional. Mas pelo realismo que a proposta em si tem patente não temos dúvidas em dar-lhes o nosso apoio, dado que algumas das observações feitas terão inevitavelmente, a devida resposta na proposta de Plano a Médio Prazo que, em breve, estará nesta Assembleia para sua apreciação.

É, pois, com tranquilidade que avalizamos a determinação do Executivo Regional de, através do investimento público, continuar a dotar a Região com infraestruturas que permitam a aproximação e conhecimento dos Açorianos entre si e facilitem a abertura da Região ao exterior.

Em relação ao Orçamento pensamos que é tempo de definir determinadas linhas de política que devem estar presentes na sua elaboração.

A primeira, mais do que a mera compressão, é a racionalização das despesas. Isto tem que ver com uma administração que deve continuar aceleradamente a repensar as suas estruturas e serviços de maneira a torná-las mais rentáveis e, portanto mais eficazes. Isto significa um desenvolvimento menos em extensão — traduzido num acréscimo indiscriminado de quadros — e mais em intensidade — traduzido num melhor aproveitamento dos existentes e nos respectivos métodos de trabalho.

A segunda é uma firme tomada de posição regional quanto aos contributos financeiros que, nos termos do Estatuto, o Estado Português deve à Região.

É demasiado fácil reduzir todos esses contributos financeiros à chamada cobertura do défice orçamental. É que uma parte substancial dos financiamentos que constituem encargo nacional respeita, nos termos do artigo 80. do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ao custo das desigualdades derivadas da insularidade.

Estes financiamentos dizem respeito a despesas correntes e despesas de capital, que ainda não puderam ser quantificadas.

Por nossa parte tudo faremos para que esta Assembleia tome uma posição clara sobre o assunto mediante proposta de lei a apresentar à Assembleia da República.

Só para além destas realidades é que será chamado a funcionar o artigo 85. do referido Estatuto, que igualmente vincula o Estado a completar o financiamento de programas de investimento quando eles excederem a capacidade financeira da Região. Mas esses serão programas de financiamento análogos aos de qualquer parcela do continente português e aí — só aí — consideramos admissível falar-se em défice das finanças regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao aproximarmo-nos do fim deste debate, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, reiteramos a nossa confiança ao Executivo Regional quanto às suas propostas do Plano e do Orçamento. E fazêmo-lo numa tentativa construtiva, e por isso mesmo exigente, que é aquela que o povo que nos elegerá merece. Continuemos, pois, a luta e o trabalho pelo bem estar, pela justiça e pelo futuro da nossa Região.

Presidente: O Sr. Presidente do Governo Regional tem a palavra.

Presidente do Governo Regional, Mota Amaral: Srs. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais;

As minhas considerações no encerramento do debate sobre o Plano e Orçamento para 1981 serão extremamente resumidas, fundamentalmente porque ao longo deste debate, que em parte acompanhei atentamente, os problemas citados tiveram respostas quer no esclarecimento de assuntos pontuais quer no enfrentamento de algumas das nossas questões de fundo.

A primeira, mais importante delas é; sem dúvida nenhuma, a dos recursos financeiros de que a Região dispõe para investir na realização das infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento económico.

A exposição que agora mesmo aqui fez o Sr. Deputado Borges de Carvalho é aquela que no início da Sessão da tarde, tinha feito o Sr. Deputado Álvaro Dâmaso, apontam as orientações que têm a concordância do Governo Regional. Aqui ficam, para traçar a nossa actuação nos tempos mais próximos.

É indispensável apurar o conteúdo deste conceito que a Constituição timidamente acolheu e que o nosso novo Estatuto de alguma forma ampliou dos custos da insularidade.

É óbvio, que a nossa Região pela sua configuração geográfica, tem custos de infraestruturas, e não só, custos de funcionamento dos serviços, que são incomparavelmente superiores àqueles que naturalmente derivariam da sua dimensão humana.

Uma comunidade de cerca de 250 000 pessoas, como é a nossa, se estivesse situada num território contínuo, poderia funcionar com encargos financeiros incomparavelmente menores do que aqueles que se verificam, porque ao estarmos repartidos por 9 ilhas necessitamos de manter em cada uma delas um certo número de serviços públicos mínimos, que têm custos elevadíssimos e necessitamos de dotar cada uma das nossas ilhas de infraestruturas indispensáveis nos transportes, no saneamento básico, na saúde, na habitação, na educação, que noutras circunstâncias seriam incomparavelmente menores.

É dentro deste conceito, que nós devemos, julgo eu, conduzir as nossas conversações com o Poder Central. Não se trata, como evocou o Sr. Deputado Roberto Amaral de apresentar um caderno reivindicativo relativamente à Santa Casa da Misericórdia e menos agora, quando elas estão em fase de nacionalização ou desnacionalização, não se chegou a apurar justamente ainda qual é a orientação dos últimos tempos, mas quando elas estão com grandes dificuldades, trata-se sim de aprofundar uma concepção política, um conceito que seja fundamental sobre o qual, nós nos entendemos perfeitamente bem com o Poder Central e estou certo

que dentro dos condicionalismos naturais que foram apontados; e muito bem, é bom que deles nós apercebamos e nós acabaremos por encontrar uma solução satisfatória.

Não estamos a proceder numa atitude de auto-limitar o esforço de desenvolvimento.

Nós estamos sim, a encontrar as limitações físicas da nossa possibilidade de investimento.

Recordo que, a atitude do Partido Socialista há algum tempo atrás era considerar todas as nossas propostas excessivas. Mesmo quando aparecemos aqui com um projecto de investimentos de 600 mil contos em 1976 para o ano de 1977 recebemos críticas mordazes, mas hoje somos atacados por sermos já não suficientemente fugosos. O que acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma forma especial aos Srs. Deputados do PS é que nos últimos anos, mercê de diversas circunstâncias e neste ano de 1980, na sequência directa e imediata do terramoto de 1 de Janeiro, o esforço de investimentos que está a ser feito pelo Governo e pelos particulares é tal, que começam a verificar-se limitações que podemos considerar ultrapassadas. É esta a razão também, quero aqui agora salientá-lo, porque algumas das nossas ilhas nós acabamos por verificar a absoluta necessidade de não lançarmos novos empreendimentos, não é uma situação definitiva, trata-se de uma solução que vai ao encontro da necessidade que temos perante nós da nossa necessidade concreta conjuntural.

É a situação deste ano, é o que se passa na Ilha Terceira e é bom que isto fique salientado, que a atitude do Governo Regional ao desacelerar o andamento de alguns empreendimentos, corresponde à constatação de que os recursos humanos disponíveis na Ilha Terceira atingiram um grau tal de absorção do investimento que está a ser feito na sequência do terramoto e tem em vista a reconstrução, que já não é possível lançar em novos empreendimentos. É por isso, que a execução do programado pelo Governo Regional se apresenta insuficiente.

É por isso também, que na altura de fazer a programação de novos empreendimentos temos de considerar a impossibilidade de insistir um novo impulso nesta ilha como em algumas das outras ilhas atingidas pelo terramoto do primeiro de Janeiro.

É que um dos quadros que acompanha o Plano, acaba por poder introduzir conclusões erróneas. O investimento que o Governo Regional projecta fazer neste ano de 1981 na ilha Terceira não é 516 550 contos, como se inclui no quadro final da página 189 do Anexo I do Plano de 1981. É preciso juntar a este valor aquele que consta do Anexo, que se reporta à reconstrução e que faz subir a um número aproximado, mas subir esse tal valor de meio milhão e pouco de contos para um milhão e oitocentos mil contos, e que portanto faz subir a capitação de 8 contos e 200 incluída no quadro da página 189 para a capitação de 28 800 \$00, que se dupla da capitação média do investimento público programado para o ano de 1981 no conjunto do Arquipélago e apenas isso se diz na nossa Região pelas Ilhas de S. Jorge com 31,3 contos e da Graciosa com 29,1 contos, deixando todas as outras ilhas abaixo destas médias.

É dentro deste panorama, que nós nos temos que mover ou pelo menos estabelecer o seu Plano e estabelecer o

seu plafond financeiro, o Governo procurou não o reduzir em termos reais de investimento, porque nós nos reportamos a fazer as nossas projecções ao valor corrigido do Plano que não é já 3 milhões e 900 mil contos, mas 3 milhões e 500 mil contos, aplicando portanto uma taxa de inflação que anda à roda dos 20 % chegamos ao plafond dos 4,2 milhões de contos que é efectivamente aquele que consta da proposta do Plano.

Não quisemos reduzir sem prejuízo obviamente, convém aqui salientá-lo, de que todo o investimento público é enorme, e através do mecanismo das bonificações, potencia um constante de investimento privado de valor dificilmente calculável, mas certamente muito grande. Todo este investimento recai numa realidade, como é aquela que nós temos num determinado espaço físico, numa determinada comunidade humana, cujos recursos se encontram em muitos domínios, como se poderá já constatar, em estado de utilização plena e revelando-se na nossa economia sinais nítidos de sobreaquecimento com aumento de custos que não correspondem de forma nenhuma ao aumento da produtividade, mas pura e simplesmente à situação de carência e de possibilidades de oferta. É o caso, designadamente, no campo laboral, no campo da mão-de-obra e mais especialmente ainda no domínio da construção civil.

Com o reflexo que não se projecta apenas sobre as ilhas sinistradas porque noutras das nossas ilhas tem o Governo comprovado as dificuldades em levar à frente empreendimentos que estão em curso, com o atraso de empreitadas que estão lançadas por via da falta absoluta de mão-de-obra, da fuga de mão-de-obra, atraída pelos salários muito altos, para as zonas onde se procede a um grande esforço de reconstrução.

Frente a esse panorama e tendo em conta esses factos com reflexos económicos, é evidente que o Governo Regional elaborou o seu Plano de 1981 e o seu Orçamento de 1981.

Eles inserem-se dentro dum esforço que vai ser realizado no tempo do mandato que nos foi conferido. Trata-se certamente dum período que não poderei dizer que não será rigorosamente, talvez, de contensão, mas que não é certamente dum expansão eufórica, mas não podemos de forma nenhuma perder o ritmo que adquirimos no investimento público e à medida que a concentração de recursos, que está a ser feita na reconstrução venha a diminuir, por virtude da resolução de problemas ou seja por virtude da conclusão das diversas tarefas relacionadas com este grande programa de prioridade absoluta e indiscutível que nos surgiu inesperadamente no primeiro dia de Janeiro deste ano.

Uma vez que essas condições se alterem, nós poderemos com o mesmo empenho, com o dinamismo que de forma alguma iremos diminuir, prosseguir com mira em outros objectivos, absolutamente indispensáveis, para realizarmos o nosso programa de desenvolvimento económico.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Presidente do Governo Regional acabou de tecer algumas considerações sobre o Plano e Orçamento agora em apreciação, mas referiu também que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha achado exageradas as verbas dos

Planos inicialmente propostos pelo Governo.

Efectivamente assim foi e eu pergunto ao Sr. Presidente do Governo Regional se não acha exagerada a verba que foi atirada para o Plano Trienal 78/80, quando se apontava 14 milhões de contos para investimentos na Região.

Aí, sim, o Partido Socialista considerou exagerada e aí sim teve cabimento para a minha intervenção, a minha frase, portanto, na intervenção, aliás reproduzindo uma expressão do nosso ex-par e amigo Engenheiro Angelino Páscoa, que este sim a que referiu que mais parecia um caderno reivindicativo à Santa Casa da Misericórdia.

Efectivamente, implementados estes programas, verificou-se que os três Planos de Investimentos dos anos de 78, 79 e 80 somaram oito milhões e novecentos mil contos, grosso modo.

Restou por investir cinco milhões e cem mil contos. Não acha o Sr. Presidente que não tínhamos razão na altura em considerar isso exagerado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para responder a este pedido de esclarecimento.

Presidente do Governo Regional, Mota Amaral: A consulta do Diário das Sessões da nossa Assembleia permitia concerteza comprovar que o reparo da bancada do Partido Socialista não foi feita apenas ao Plano a Médio Prazo, mas relativamente também aos nossos Planos Anuais.

Quanto ao Plano a Médio Prazo, sem dúvida alguma que os números estão à vista, mas tenho de reconhecer que nas circunstâncias em que esse documento inicial foi elaborado e foi trazido aqui à consideração da Assembleia, por certo a previsão de alguns dos Srs. Deputados seria que nunca se alcançaria, nem por sombras, os oito milhões e pouco que conseguimos ao longo desses anos com grande vantagem.

Presidente: Sr. Deputados, não vejo nem consta aqui na Mesa, que haja mais inscrições para o debate. Sendo assim declaro encerrado o debate.

Vamos proceder sucessivamente à votação da Proposta do Plano e da Proposta do Orçamento.

Este ano não apareceram quaisquer propostas de alteração dos textos, assim eles serão votados globalmente tais como constam de documentos provindos do Governo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta do Plano para 1981 fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentarem.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta do Plano foi aprovada por 23 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS e 9 votos de abstenção do PS.

Presidente: Agora vamos proceder à votação do Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta do Orçamento para 1981 fazem o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta do Orçamento foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 9 abstenções do PS e 1 voto de abstenção do CDS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Srs. Membros do Governo Regional: Ao preambular a declaração de voto que apresento em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, permitam-se que exteriorize uma preocupação, chamando a atenção de todos para a falta de condições físicas e a incomodidade das instalações precárias definitivas da Assembleia Regional dos Açores, que aliados à pressa institucional da maioria em aprovar as iniciativas do Governo, desenha um quadro de difícil acusação para a oposição democrática.

Uma coisa é aceitarmos colaborar por consenso expresso com a resolução casuística do calendário parlamentar numa matéria de relevância inadiável e outra seria de uma praxe parlamentar, assente no objectivo dominante de fazer terminar os trabalhos desta Assembleia no mais curto espaço de tempo.

Formulamos o voto de que a discussão do Plano e Orçamento anuais ocorrendo no seguimento do Programa do II Governo Regional dos Açores não tenha, desde já, viciado o estilo e o compromisso de participação dos Deputados da II Legislatura Regional, particularmente aqueles que há pouco iniciaram o seu primeiro mandato Parlamentar.

Durante dois dias foram analisados, discutidos e votados os dois documentos mais importantes para a vida pública regional e horizontes do próximo ano.

As duas propostas votadas e discutidas, são claramente recessivas na sua intencionalidade, isto é, espelham uma contenção do empenhamento autonómico do Governo, como resultado de factores conjunturais de que depende a débil economia regional.

As metas a alcançar, propostas pelo Governo são tímidas e fragilmente articuladas. Falta uma filosofia realista para o desenvolvimento regional, uma motivação agregadora de esforços que efectivamente desencadeie o interesse dos açorianos pela sua terra e a ajuda daqueles que não residindo na Região, possam contribuir de forma decisiva para o salto qualitativo indispensável à integração da Região em espaços económicos mais vastos e mais exigentes.

No todo, o Plano e o Orçamento propostos e aprovados nesta Assembleia repetem os vícios substanciais dos documentos congéneres apresentados em anos anteriores.

Projectam-se boas intenções, como no passado, mas a exequibilidade do que se propõe, só ficará garantida através de mecanismos de revisão orçamental e de transferência de verbas que muitas vezes acabam por desvirtuar «à posteriori» os objectivos do «Plano e Orçamento» votados.

O debate com o Governo pouco esclareceu, e no aspecto mais crítico que se resume na problemática do financiamento do alto déficit regional, agravado especialmente pela ordem de grandeza do déficit do orçamento corrente, são inexistentes garantias para a sua integral cobertura.

O Governo parece não saber o que quer, ou mostra-se

impotente em face dos obstáculos que não deseja enfrentar ou que julga não poder vencer nesta matéria.

Particularmente pelas omissões constatadas nos documentos debatidos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se conjuntamente na votação do Plano e Orçamento regionais.

Os Deputados socialistas tiveram ensejo de fundamentar no debate que hoje se concluiu, e embora de forma rápida, as diferenças de perspectiva, as orientações diversas que preconizamos, relativamente às opções, ou ausência delas, detectadas no Plano e Orçamento regionais para 1981.

Desse debate, resumirei algumas razões genéricas complementares às justificações parcelares nas críticas sectorial e especialmente feitas e que se encontram subjacentes à formulação do sentido de voto dos socialistas.

Devo começar por afirmar, que falta convicção a este Governo para encetar o desenvolvimento sócio-económico dos Açores e o receio com que se interpreta a realidade açoriana e a morosidade com que se avançam respostas, pouco convincentes, provam que o Governo Regional faz um compasso de espera, no campo da Autonomia.

Empolada no domínio político-administrativo, parece fraquejar no seu conteúdo financeiro, tema aliás bem controvertido, enquanto o Governo, a oposição, os agentes económicos e a população dos Açores desconhecem a realidade em que está inserida, particularmente as grandezas macro-económicas indispensáveis à correcta elaboração de um plano de desenvolvimento.

Como poderá a Região assumir qualquer forma de endividamento externo ao seu espaço económico sem conhecer por exemplo: o produto interno bruto regional e a sua balança de pagamento.

Será que o Governo não conhece os possíveis riscos decorrentes da dimensão exagerada duma dívida que eventualmente terá de contrair?

Porque abrandou o Governo com tanta facilidade o vigor da exigência que noutras alturas até revestiu roupagens de ameaças da cobertura do déficit regional, ao abrigo da solidariedade nacional, que só merece uma referência de ocasião, chegando-se ao cúmulo do imprevisível, o de se poder vir a financiar parte do déficit regional a partir da contribuição, que espero que seja voluntária, das poupanças privadas do povo dos Açores.

Não é com esta irresponsabilidade e com tanto irrealismo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista poderia colaborar, para o avanço dum possível abismo conduzido pelo Governo Regional dos Açores.

Exigimos deste Governo que assuma pelo menos a coerência do comportamento que dignifica a Autonomia Regional.

Se o não fizer, podemos caminhar a grandes passos para ser cada vez mais dependentes das conjunturas e será o Governo Regional e o Partido que o apoia, os grandes responsáveis pelo esvaziamento de sentido do ideal autonómico tão apressadamente usado para a conquista do poder, mas tão inabilmente defendido, por quem não soube ou não quis aceitar as responsabilidades e as consequências do processo iniciado.

Fazemos votos para que a autonomia não fique no pa-

pel da história que de certo se escreverá como um episódio conjuntural, em que a devolução de poderes significou também um cenário especial de um processo pseudo-autonómico porque concentracionário e anti-descentralizador.

A Autonomia Regional só tem existência em democracia e não faz sentido que o poder regional, que se diz ser corporizador e que se comporta por acções e omissões hesitando do cumprimento integral das virtualidades da democracia, que integralmente assumiram.

Por isso, os Deputados socialistas não abdicarão dum luta há longa data iniciada, pugnando acima de tudo pela consolidação realista da autonomia, não poderá dar o seu aval a mais uma incerteza, a mais uma aventura institucional.

Não votou contra, por razões formais e porque também naturalmente embora desarticulados e desinseridos de um plano integrado de desenvolvimento, alguns projectos e programas proposto merecem a nossa concordância pontual.

A nossa posição de voto não é um cheque em branco: Exprime a dúvida profunda, que as hesitações do Governo provocam e representa a certeza de que o desenvolvimento dos Açores que o II Governo Regional se propõe desencadear não assenta em pressupostos realistas, que garantam os objectivos genéricos que unem os democratas dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em atenção que o Plano Económico de 1981 apresentado pelo Governo Regional contém um razoável conjunto de ideias e intenções traduzidas em Programas e Projectos viáveis quase todos mormente nos seus aspectos técnicos e promissores nos seus objectivos sociais, servindo claramente os interesses do povo açoriano e os preceitos consagrados no Estatuto Administrativo da R.A.A. dei o meu voto de concordância ao mesmo e apraz-me acrescentar o desejo de o ver plenamente executado, não sem ter em consideração as vicissitudes com que a Região usualmente nos surpreende no decurso das realizações bem intencionadas como sejam desde as faltas de materiais de construção à falta de tesouraria, passando por acidentes inesperados como sejam algumas descontinuidades políticas a que temos assistido e que indirectamente afectam a Região.

Permita-me a ciosa maioria Parlamentar que teça um elogio ao Governo pela boa metodologia apresentada que se desenvolve desde o texto do Plano até aos anexos esclarecedores e ainda à sistematização orçamental, peças bem pensadas e criteriosas que permitiram uma atitude bem consciante e esclarecida da minha parte.

Votei a favor do Plano porque concordei com a sua feitura e intencionalidade.

Votei abstenção no Orçamento não para limitar a virtualidade do seu ajustamento ao Plano 81 uma vez que as duas peças em apreço não se desmerecem.

Votei abstenção no Orçamento porque não me permito na função de Deputado apesar de independente naquela bancada seja mesmo de pequena oposição, mas representativa dum parcela respeitável do povo açoriano, dar luz verde ao Governo Regional que sendo esporadicamente da minha

confiança administrativa como agora o foi e acabo de manifestar pela aprovação do Plano 81, mesmo sem garantia orçamental, concorra para lhe abrir o caminho à fatalidade.

Votei abstenção no Orçamento para que se sinta de uma vez por todas que o que está consagrado na Constituição da República nos seus artigos 81.º alínea e) 231.º n.º 1 respectivamente, que passamos a citar nos seus próprios termos ou seja «orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões» papel este a cumprir pelos «Órgãos de Soberania de assegurarem, em cooperação com os Órgãos de Governo Regional, o desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas, visando, em especial a correcção das desigualdades derivadas da insularidade», tem que se garantir dentro do espírito de solidariedade nacional com o cumprimento autenticamente dos artigos 81.º e 85.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores que também dizem expressamente que «a solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos, de dimensão nacional e internacional» e ainda citando desenvolvidamente o segundo artigo que apontei «de harmonia com o princípio da solidariedade nacional o Estado dotará a Região de meios financeiros necessários à realização dos investimentos constantes do Plano Regional que excederem a capacidade de financiamento dela, de acordo com um programa de transferências de fundos a acordar entre o Governo da República e o Governo Regional».

Mas estas e outras expressões regulamentares tem que ser expressões suficientemente definidas para que a Região seja soberana, é um exagero dizê-lo, na orçamentação do seu Plano Económico Anual e mesmo quadrienal sem que tenha sistematicamente de sujeitá-lo a negociações fundamentalmente mais de carácter político-partidário que de norma jurídica-administrativa expressa ou seja que jamais faça depender da arbitrariedade da conjuntura política ou conexão partidária, a vida regional.

Se a negociação depender da concordância partidária ou da habilidade dos agentes negociadores, que interesse tem aprovar antecipadamente um Orçamento ou mesmo um Plano Económico ou mesmo um Plano a Médio Prazo?

Que autonomia tem a Assembleia Regional dos Açores mandatária do povo açoriano?

Que consideração prática e concreta merece a vontade do povo açoriano na escolha da senda do seu processo de vida e do projecto do seu desenvolvimento na perspectiva da lei fundamental portuguesa?

Há que consagrar na futura Constituição Portuguesa um lugar de honra e de respeito para a Autonomia dos Açores libertando-a da conjuntura política e só a fazendo depender da solidariedade nacional, traduzidas estas em critérios objectivos de cobertura orçamental.

É o voto que faço nesta Câmara e que dentro em breve traduziremos em ante-projecto de lei que, aprovado por esta Assembleia, subirá à Assembleia da República.

A Região nunca me há-de acusar de insensatez ou de di-

letantismo na qualidade de Deputado desta Assembleia Regional na bancada do CDS.

Ou temos uma autonomia responsável e autêntica ou não aceitamos uma autonomia de tutela.

Reconheço finalmente a serenidade com que foi desenvolvida por toda a Câmara a discussão e votação do Plano e do Orçamento que vai palear a actividade administrativa do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 1981 que acabámos de votar mereceram a aprovação do Grupo Parlamentar do PSD, por revelarem a clara preocupação de dar continuidade a investimentos que visam desenvolver harmonicamente a Região e preparar a sua integração na C.E.E..

No nosso voto favorável tivemos em devida conta várias razões importantes:

1. — A realização das eleições de 5 de Outubro, determinou que o Plano e Orçamento para 1981 fossem apresentados à Assembleia Regional em data posterior à determinada no Decreto-Regional 3/78-A, o que impediu também uma completa audição das autarquias e dos parceiros sociais.

Mesmo assim, o esforço desenvolvido pelo Governo na elaboração destes dois documentos e o nível pelos mesmos apresentados, revelam uma capacidade e um sentido de responsabilidade que importa aqui registar e salientar.

2. — Não obstante o pouco tempo disponível, o trabalho das Comissões permanentes desta Assembleia que relataram e apreciaram as propostas do Plano e Orçamento pôde ser realizado com a abertura e a profundidade necessárias, graças ao empenhamento dos Deputados e dos membros do Governo, que em clima de franca colaboração suscitaram e obtiveram respostas concretas e satisfatórias a todas as questões levantadas.

3. — O Plano que acabámos de aprovar é realista e tem em conta a efectiva capacidade de execução da Região, contemplando sectores de fundamental importância para o desenvolvimento dos Açores.

Na verdade, impõe-se continuar a recuperação do atraso ancestral a que ainda há 6 anos estávamos votados, no seguimento de séculos de governação centralista.

O Plano, como documento essencial ao exercício da actividade governativa reflecte a clara opção sempre defendida pelo PSD, no lançamento de um efectivo e harmónico desenvolvimento regional, tendo sempre como objectivo último a construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

4. — No nosso voto favorável, tivemos ainda em conta que a cobertura do défice da Região se terá de encontrar na solidariedade nacional, claramente expressa em lei, mais concretamente nos artigos 80º e 85º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os quais vinculam o Estado a colmatar as dificuldades financeiras da Região, quer para compensar os custos da insularidade, quer para dotar a Região dos meios necessários a vencer o seu atraso económico.

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa da Assembleia Regional dos Açores em conformidade com o artigo 30. n. 1

do Estatuto Político-Administrativo da Região propõe que o Plenário resolva dar por findo o presente período legislativo.

Não vejo que haja ninguém que queira manifestar-se sobre esta proposta, que aliás é de norma quando chegamos ao fim dos trabalhos, e assim sendo vou pô-la à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta da Mesa, fazem o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Amanhã a Mesa desta Assembleia reunir-se-á às 10 horas. Solicitamos a todos os membros da mesma que estejam presentes no meu gabinete.

Srs. Deputados, chegámos pois assim ao fim do I Período Legislativo, o período de Novembro, que se prolongou até Dezembro pelas razões que são sabidas.

Ao findarmos os nossos trabalhos neste ano, queria exprimir a todos, os votos de Boas Festas e de um Bom Ano de 1981.

O ano que vai terminar, pôs à prova a nossa Região dum forma particularmente aguda e significativa. Fomos efectivamente desafiados a vários níveis desde o natural, podemos mesmo chamar desde o cataclismo, até ao político e ao económico.

Não só sobrevivemos a todos esses desafios, como penso que devo dizer, sem qualquer espécie de vanglória, que os aceitámos e lhes fizemos frente e na medida do possível os vencemos, em alguns casos, de forma extraordinária.

Que isto nos sirva, não de mero comprazimento mas de argumento que nos dê forças para as dificuldades que concerta iremos encontrar no ano próximo. Dificuldades também de ordem natural, previstas e imprevisas, porventura imprevisíveis algumas, dificuldades de ordem política, dificuldades de ordem económica.

Os nossos votos vão, para que 1981 seja um ano de paz, de trabalho e de prosperidade para a nossa Região e para o nosso País.

Muito boa noite, Srs. Deputados. Estão encerrados os trabalhos.

(Eram 20 00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD — Alvarino Pinheiro, João Medeiros, Jorge Cruz, Manuel Valadão; PS — Conceição Bettencourt, José Manuel Bettencourt, Roberto Amaral).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD — Carlos Bettencourt, Cinelândia Sousa, José Freitas da Silva, Renato Moura).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Projecto de Decreto Regional

Elevação da Vila da Praia da Vitória a Cidade

A Vila da Praia da Vitória é objecto, por parte dos Órgãos de Governo próprio da Região, de interesse especial tendo em vista a sua posição privilegiada no contexto do futuro desenvolvimento dos Açores, ou seja, a existência de uma infra-estrutura aeroportuária, a construção de um futu-

ro porto oceânico e de um conseqüente parque industrial.

A Praia da Vitória é hoje um autêntico centro urbano e a sua população tem manifestado, através dos tempos o desejo da promoção cívica a que tem direito.

Neste sentido, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo assinados, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 27.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis apresentam à Assembleia Regional dos Açores o seguinte Projecto de Decreto-Regional:

Artigo único

A Vila da Praia da Vitória é elevada à categoria de cidade.

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: *Dionísio Mendes de Sousa, João Jorge Gomes de Lima, José Manuel da Costa Bettencourt.*

Projecto de Decreto Regional

Elevação da Vila da Ribeira Grande a Cidade

A Vila da Ribeira Grande é hoje um autêntico centro urbano quando comparado em termos de população com outros dos Açores, atenta a complementaridade de freguesias como Santa Bárbara, Ribeira Seca e Ribeirinha, que, desde há muito, se integraram de facto no agregado das freguesias — Matriz e Conceição — que constituíam a primitiva Vila.

O comércio, a indústria, a agricultura e a pecuária, há muito florescentes na Ribeira Grande, bem como a histórica aspiração da respectiva população, justificam plenamente a sua elevação a cidade, como acto de elementar justiça no quadro do Arquipélago dos Açores.

Neste sentido, e ao abrigo do disposto na alínea b) do Artigo 27.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo assinados apresentam à Assembleia Regional dos Açores o seguinte Projecto de Decreto Regional:

Artigo único

A Vila da Ribeira Grande é elevada à categoria de cidade.

Horta, 15 de Dezembro de 1980

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: *Avelino Feliciano Martins Rodrigues, Roberto de Sousa Rocha Amaral, Carlos Manuel do Vale César, Conceição Bettencourt, José António Martins Goulart.*

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5.º e de outras disposições regimentais aplicáveis requero a V. Exa. que providen-

cie no sentido de me serem facultadas, pela Secretaria Regional do Equipamento Social ou à Câmara Municipal de Vila do Porto, as seguintes informações:

Considerando que a freguesia de Santa Bárbara em Santa Maria está carecida de distribuição de água ao domicílio e que já se encontra em fase avançada a sua instalação;

A obra em curso poderia estar mais avançada não fora a morosa produtividade de trabalho do seu empreiteiro;

A aparente falta de insistente fiscalização por parte do serviço a quem incumbe a fiscalização da mesma, ou da Câmara Municipal de Vila do Porto ou da Secretaria Regional do Equipamento Social;

Solicito parecer das entidades ligadas à obra à data do recebimento deste requerimento nomeadamente: como está a decorrer, quando se prevê a sua finalização, quais os entraves e o que fica por fazer que não conste do projecto aprovado?

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

O Deputado pelo CDS: *Fernando António Monteiro da Câmara Pereira.*

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5.º e de outras disposições regimentais aplicáveis requero a V. Exa. que providencie no sentido de me serem facultadas, pela Secretaria dos Transportes e Turismo, as seguintes informações:

Considerando que a Ilha de Santa Maria para se reabastecer em produtos primários essenciais carece do recurso nomeadamente da produção micaelense ou continental e que este fornecimento é todo executado por via marítima para não sair demasiado oneroso ao consumidor mariense;

O porto de Vila do Porto está considerado em Plano apenas com uma verba de 10 000 contos para 1981 e que essa verba não é necessariamente suficiente para a obra que tanta falta faz ao povo da terra o que faz pressupor que mediarão longos anos até ver concluído este importante empreendimento;

A terra dos marienses e os marienses não caíram nas boas graças do partido que apoia o Governo o que pode agravar as vicissitudes desta parcela açoriana.

Solicito que me seja informado em que situação se encontra o estudo ou projecto e o que pensa o departamento sobre o período que demorará a conclusão da obra e a localização do futuro cais?

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

O Deputado pelo CDS: *Fernando António Monteiro da Câmara Pereira.*

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5.º e de outras disposições regimentais aplicáveis requero a V. Exa. que providencie no sentido de me serem facultadas, pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, as seguintes informações:

Sendo do conhecimento público que o Plano do Governo de 1978 continha um projecto de instalação de uma Câmara de Cura na Ilha de S. Jorge com a finalidade de disciplinar e até para tipificar o queijo do mesmo nome e assim garantir uma marca comercial assente em característica organolética;

Nada surgindo no Plano para 1981, pelo que se deduz ou que já está executado o empreendimento ou que foi esquecido;

Considerando que a economia Jorgense e a regional é prejudicada se o empreendimento não foi executado, solicito a informação da tramitação do processo da Câmara de Cura de S. Jorge.

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

O Deputado pelo CDS: *Fernando António Monteiro da Câmara Pereira.*

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5º e das disposições regimentais aplicáveis, requeiro a V. Exa. que providencie no sentido de me serem facultadas, pela Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, as seguintes informações:

Considerando que na Ilha de Santa Maria situa-se o aeroporto do mesmo nome que desde 1943 vem prestando relevantes serviços à aero-navegação do Atlântico Norte;

Ainda no corrente ano o Governo dos Açores definiu a política aérea açoriana localizando na Ilha Terceira, o aeroporto das Lajes a placa giratória aérea da Região e definindo este aeroporto como o de escalas intercontinentais relegando o de Santa Maria para escalas técnicas;

Não sabendo o que efectivamente estas classificações de aeronáutica civil quererão tecnicamente exprimir e dado que esta definição nunca poderá ser uma atitude político-administrativa do Governo Regional mas fundamentalmente uma opção técnica imposta pelo Governo da República ou pela IATA, solicito toda a informação possível sobre:

1º — Estudos que tenham servido de base para a decisão o Governo Regional.

2º — Imposição do Governo da República ou de entidades extra-regionais para a definição que o Governo Regional assumiu como sua.

3º — Opções alternativas para valorização da estrutura aeroportuária de Santa Maria com vista à sua reconversão.

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

O Deputado pelo CDS: *Fernando António Monteiro da Câmara Pereira.*

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5º de outras disposições regimentais aplicáveis requeiro a V. Exa. que providencie no sentido de me serem facultadas, pelo Sub-Secretário do Planeamento e Integração Europeia, as seguintes informações:

A Ilha de Santa foi gravemente prejudicada pela deslocação da placa giratória aérea para o aeroporto das Lajes;

O aeroporto de Santa Maria é desde há muitos anos a mola impulsadora da vida mariense e o facto de não depender dos seus habitantes mas das fortes circunstâncias a eles alheias e que a sua estrutura de produção sofreu o desgaste dessa situação anómola;

O povo mariense se sente desmotivado para continuar a lutar na sua ilha porque as estruturas macro-económicas estão desmanteladas vivendo-se uma situação de insegurança e dúvida;

A alternativa para a revitalização da ilha passa pelo seu desenvolvimento turístico para depois acabar noanel envolvente da produção e dos serviços inerentes convergentes desde a produção agrícola ao comércio passando pelo recrutamento e surgimento de novas indústrias;

Solicita-se ao departamento que poderá informar o seguinte:

1º — O Plano a Médio Prazo considera Santa Maria como ilha de vocação turística intensiva?

2º — O Governo Regional considera Santa Maria a ilha ensaio da Zona Franca Regional e que tipos de franquias?

3º — Em que situação real se encontram os pedidos de aprovação ou de apoio dos empreendimentos turísticos da ilha?

4º — Em que situação real se encontra a recuperação do hotel do aeroporto de Santa Maria?

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

O Deputado pelo CDS: *Fernando António Monteiro da Câmara Pereira.*

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5º e de outras disposições regimentais aplicáveis requeiro a V. Exa. que providencie no sentido de me serem facultadas, pelo Secretário Regional do Comércio e Indústria e Sr. Sub-Secretário Regional do Planeamento e Integração Europeia, as seguintes informações:

Considerando que o parque industrial da Ilha de Santa Maria já contou muito recentemente com indústrias como a cerâmica e a olaria, a conserva de peixe, a tecelagem, o bordado, etc.;

O parque ou mini-parque industrial poderá ser agora revitalizado com a indústria de extração de sal que tem sido apoiada pela S.R.C.I.;

A Ilha de Santa Maria está em plena falência industrial e a sua população já se apercebeu do facto pelo que alguns marienses estão receptivos a um arranque do processo;

A Ilha de Santa Maria é a única em que qualquer experiência de zona franca integral tem menos consequências sociais, pergunta-se qual a possibilidade de se lançar de imediato um estudo de desenvolvimento integrado que passará a servir de modelo para outras ilhas pequenas e que teria o seu efectivo arranque à data do Plano a Médio Prazo, o qual seria denominado «Plano de Salvação de Santa Maria»?

Pergunta-se:

1. — O que prevê o Governo Regional accionar como medidas de política para revitalização do sector industrial de Santa Maria com base nas suas tradições ou com indústrias novas?

2. — Em que situação se encontra o lançamento da indústria de extração do sal da ilha que tem sido apoiado pela S.R.C.I.?

3. — Quais as possibilidades do Governo Regional mandar executar um estudo completo de recuperação de Santa Maria com base num projecto de ilha franca turística?

Horta, 15 de Dezembro de 1980.

O Deputado pelo CDS: *Fernando António Monteiro da Câmara Pereira*.

Cópia dum telegrama enviado pelo Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, ao Presidente da Assembleia Regional dos Açores:

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida aos 15 dias do mês de Dezembro de 1890 deliberou por unanimidade solidarizar-se com a posição tomada pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória na sua reunião do dia 10 do corrente subscrevendo inteiramente essa tomadas de posição e dar ainda o seu firme apoio aos Deputados desta ilha nessa Assembleia que corajosamente defendem aqueles interesses.

Ass: *Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*.

Proposta

A Mesa da Assembleia Regional dos Açores, em conformidade com o artigo 30º n.º 1 do Estatuto Político-Administrativo da Região, propõe que o Plenário resolva, dar por findo o presente período legislativo.

Horta, 16 de Dezembro de 1890.

O Presidente da Assembleia Regional: *Álvaro Monjardino*.
